

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

ABOUT POVERTY,
INEQUALITY
AND MATERIAL DEPRIVATION
IN PORTUGAL



condições de vida

Ficha técnica

Título

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL
ON POVERTY, INEQUALITY AND MATERIAL DEPRIVATION IN PORTUGAL

Editor

Instituto Nacional de Estatística, IP
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Tel: +351 218 426 100
Fax: +351 218 440 401

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, IP

Tiragem

450 exemplares

ISBN: 978-989-25-0081-2

Depósito Legal: 316235/10

Preço

€ 5,00 (IVA incluído)

O INE, I.P. na Internet
www.ine.pt

A análise e conclusões representam a opinião do autor e não necessariamente a do INE.

Os indicadores relativos ao Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2009 têm carácter provisório.



808 201 808



INTRODUÇÃO INTRODUCTION

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, ICOR, é um inquérito anual dirigido a uma amostra representativa das famílias residentes em Portugal, cujo âmbito abrange a valorização das várias fontes de rendimento dos agregados familiares, a sua caracterização sócio-económica e ainda um conjunto de itens relativos às condições de vida em termos habitacionais, de acesso a bens básicos e dificuldades financeiras. Permite, entre outros, o cálculo das estatísticas oficiais sobre taxa de risco de pobreza e desigualdade na distribuição dos rendimentos.

The Survey on Living Conditions and Income, ICOR in its Portuguese acronym, is an annual survey on a representative sample of private households living in Portugal. It addresses the evaluation of several sources of households' income, its socio-economic characteristics and yet a set of items related to living conditions, such as housing, access to basic goods and financial constraints. It allows, inter alia, the calculation of official statistics on at-risk of poverty and inequality on income distribution.

O inquérito, que integra o programa harmonizado de estatísticas comunitárias sobre o rendimento e condições de vida dos agregados domésticos privados, EU-SILC, tem sido implementado anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística desde a primeira vaga comunitária (2004).

The survey, which is part of the harmonised program of community statistics on income and living conditions of private households, EU-SILC, is being implemented annually by Statistics Portugal since its first community wave in 2004.

De igual modo, o INE disponibiliza anualmente, sob a forma de destaque à comunicação social e através da disponibilização dos dados no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), os indicadores que decorrem do rendimento monetário disponível das famílias, nomeadamente os que caracterizam o risco de pobreza para vários grupos sócio-económicos e a desigualdade nos rendimentos auferidos, e mais recentemente, sobre a privação material. Por outro lado, as bases de dados anonimizados do inquérito são amplamente exploradas por investigadores no desenvolvimento de trabalhos sobre as temáticas da pobreza e distribuição do rendimento.

In addition, Statistics Portugal disseminates annually, by means of press releases and on the Official Statistics Portal (www.ine.pt) statistical data, several indicators concerning households' monetary disposable income, namely those characterising the risk of poverty for a set of socio-economic groups and the income inequality and, recently, the material deprivation. On another hand, anonymised microdata are extensively explored by researchers when working on poverty and income distribution issues.

Desde o lançamento da primeira vaga, foram cinco anos de intenso trabalho que permitiram consolidar metodologias de recolha e de construção de indicadores, tanto ao nível nacional como comunitário, cujos resultados agora se apresentam. Com esta publicação pretende o INE partilhar uma análise descritiva dos resultados

Five years of hard work are gone since the first survey wave. It allows for consolidates data collection and indicators methodologies, both at national and community levels. Outcomes of the work developed over these five years are now presented in the current publication. In this publication Statistics Portugal presents the

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

2004-2009, com um conjunto de reflexões por parte de alguns investigadores nacionais sobre a utilização dos dados estatísticos para a análise das condições de vida e exclusão social.

Esta publicação é também a forma privilegiada de o INE se associar às comemorações de “2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social”, no ano em que se celebra, pela primeira vez, o Dia Mundial da Estatística.

Outubro de 2010

2004-2009 results with a set of considerations by national researchers about the use of statistical data in the analysis of living conditions and social exclusion.

With this publication Statistical Portugal is participating in the celebration of the “2010 European Year for Combating Poverty and Social Exclusion” as well as celebrating the first World Statistics Day.

October 2010

ÍNDICE DE FIGURAS

INDEX OF PICTURES

Capítulo 1

Figura 1.1 Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente, Portugal 2003-2008	35
Figura 1.2 Taxa de variação média anual do rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decis, Portugal 2003-2008	36
Figura 1.3 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decis, Portugal 2003 e 2008.....	37
Figura 1.4 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por composição do agregado familiar (sem crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008.....	38
Figura 1.5 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por composição do agregado familiar (com crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008	38
Figura 1.6 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por intensidade laboral do agregado familiar, Portugal 2008	39
Figura 1.7 Distribuição dos indivíduos por intensidade laboral do agregado familiar e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008.....	40
Figura 1.8 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por intensidade laboral do agregado familiar (sem crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008.....	41
Figura 1.9 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por intensidade laboral do agregado familiar (com crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008	41
Figura 1.10 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por principal fonte de rendimento do agregado familiar, Portugal 2003 e 2008.....	42
Figura 1.11 Distribuição dos indivíduos por principal fonte de rendimento do agregado familiar e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008..	43
Figura 1.12 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por nível de escolaridade completo, Portugal 2003 e 2008	44
Figura 1.13 Distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade completo e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008	45
Figura 1.14 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por grau de urbanização, Portugal 2003 e 2008.....	45
Figura 1.15 Distribuição dos indivíduos por grau de urbanização e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008	46

Capítulo 2

Figura 2.1 Coeficiente de Gini (%) 2007, EU-SILC 2008	47
Figura 2.2 Coeficiente de Gini, Portugal 2003-2008	48
Figura 2.3 Efeito dos impostos e contribuições sociais pagos pelas famílias sobre a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, Portugal 2006-2008	48
Figura 2.4 Efeito das pensões e das transferências sociais sobre a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, Portugal 2003-2008.....	49
Figura 2.5 Indicadores de desigualdade do rendimento, Portugal 2003-2008.....	49
Figura 2.6 Taxa de variação média dos indicadores de desigualdade na distribuição do rendimento, Portugal 2003-2008.....	50
Figura 2.7 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por quintis, Portugal 2003-2008.....	50
Figura 2.8 Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decis, Portugal 2003-2008.....	51



Capítulo 3

Figura 3.1	Linha de pobreza relativa, Portugal 2003-2008	52
Figura 3.2	Taxa de risco de pobreza, Portugal 2003-2008	53
Figura 3.3	Taxa de risco de pobreza, Portugal 2003 e 2008.....	53
Figura 3.4	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, por sexo e grupo etário do indivíduo, Portugal 2008	54
Figura 3.5	Taxa de risco de pobreza por sexo, Portugal 2003-2008	55
Figura 3.6	Taxa de risco de pobreza por grupo etário, Portugal 2003-2008	55
Figura 3.7	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais segundo a condição perante o trabalho, Portugal 2008	56
Figura 3.8	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por composição do agregado familiar, Portugal 2008	57
Figura 3.9	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por principal fonte de rendimento do agregado, Portugal 2008	58
Figura 3.10	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por nível de escolaridade completo, Portugal 2008	59
Figura 3.11	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por grau de urbanização, Portugal 2008.....	60
Figura 3.12	Dispersão do limiar de risco de pobreza, Portugal 2003-2008.....	60
Figura 3.13	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) e dispersão do limiar de risco de pobreza (40%, 50% e 70% da mediana), Portugal 2008	61
Figura 3.14	Dispersão do limiar de risco de pobreza, Portugal 2003-2008.....	61
Figura 3.15	Taxa de intensidade da pobreza, Portugal 2003-2008	62
Figura 3.16	Taxa de intensidade da pobreza, por sexo e grupo etário do indivíduo, Portugal 2008.....	62
Figura 3.17	Taxa de risco de pobreza (em %), União Europeia (UE 27) 2007	63
Figura 3.18	Taxa de risco de pobreza,por sexo e grupo etário, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007	64
Figura 3.19	Taxa de risco de pobreza, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007	64
Figura 3.20	Taxa de intensidade da pobreza (em %), União Europeia (UE 27) 2007	65
Figura 3.21	Taxa de intensidade da pobreza, por sexo e grupo etário, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007	66

Capítulo 4

Figura 4.1	Privação material por número de itens, Portugal 2009	68
Figura 4.2	Intensidade da privação material, Portugal 2004-2009	68
Figura 4.3	Itens de privação material na população total e na população em privação material, Portugal 2009.....	69
Figura 4.4	Itens de privação material (relacionados com dificuldades económicas) na população em privação material, Portugal 2004-2009	70
Figura 4.5	Itens de privação material (relacionados com bens duráveis) na população em privação material, Portugal 2004-2009.....	70
Figura 4.6	Taxa de privação material por grau de urbanização, Portugal 2004-2009	71
Figura 4.7	Taxa de privação material por sexo, Portugal 2004-2009	71
Figura 4.8	Taxa de privação material por grupo etário, Portugal 2004-2009	72
Figura 4.9	Taxa de privação material por composição do agregado familiar, Portugal 2009	72
Figura 4.10	Taxa de privação material por principal fonte de rendimento do agregado, Portugal 2009.....	73
Figura 4.11	Taxa de privação material por condição perante o trabalho dos indivíduos com 18 e mais anos, Portugal 2009	73
Figura 4.12	Taxa de privação material (em %), União Europeia (UE 27) 2008.....	74
Figura 4.13	Taxa de privação material, por sexo e grupo etário, Portugal e União Europeia (UE 27), 2008	74

Capítulo 5

Figura 5.1	Privação habitacional, Portugal 2004-2009	76
Figura 5.2	Taxa de sobrelotação da habitação, por sexo e grupo etário do indivíduo, Portugal 2009.....	76
Figura 5.3	Taxa de de sobrelotação da habitação por grau de urbanização, Portugal 2009	76
Figura 5.4	Taxa de privação severa das condições de habitação por grau de urbanização, Portugal 2009.....	77
Figura 5.5	Privação habitacional por estado de pobreza, Portugal 2009	77
Figura 5.6	Carga mediana das despesas em habitação, Portugal 2004-2009	78
Figura 5.7	Carga mediana das despesas em habitação por grau de urbanização, Portugal 2009.....	78
Figura 5.8	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por grau de urbanização, Portugal 2009.....	79
Figura 5.9	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por estado de pobreza, Portugal 2009.....	79

Capítulo 6

Figura 6.1	Pobreza consistente, Portugal 2009	80
Figura 6.2	Correlação entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material, Portugal 2004-2009.....	81
Figura 6.3	Pobreza consistente, Portugal 2004 e 2009	81
Figura 6.4	Pobreza consistente por sexo, Portugal 2004-2009.....	82
Figura 6.5	Pobreza consistente por grupo etário, Portugal 2004-2009	82

Pontos de Reflexão

Figura IIIa.1	Risco de pobreza por escalão etário.....	87
Figura IIIa.2	Risco de privação por escalão etário	88
Figura IIIb.1	Risco de pobreza monetária – perspectiva de género, Portugal e UE27, 2008	93
Figura IIIb.2	Risco de pobreza monetária, perspectiva de género, e alguns grupos de risco.....	94
Figura IIIb.3	Risco de privação, perspectiva de género, e alguns grupos de risco	95
Figura IIIb.4	Risco de pobreza monetária e privação, perspectiva de género, e alguns grupos de risco	96
Figura IIIc.1	Taxa de risco de pobreza total e na população com 65 ou mais anos segundo o sexo, Portugal 2008.....	99
Figura IIIc.2	Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos e com menos de 65 anos por tipo de agregado familiar, Portugal 2003-2008	100
Figura IIIc.3	Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos, Portugal 2003 e 2008.....	100
Figura IIIc.4	Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos considerando as transferências sociais, Portugal 2003-2008	101
Figura IIIc.5	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) e dispersão do limiar de risco de pobreza (40%, 50% e 70% da mediana) para a população com 65 ou mais anos, Portugal 2008.....	101
Figura IIIc.6	Taxa de intensidade de pobreza (60% da mediana) total e na população com 65 ou mais anos, Portugal 2003-2008.....	102
Figura IIIc.7	Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos segundo o sexo, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007	103
Figura IIIc.8	Indicadores de privação material na população com 65 ou mais anos, Portugal 2004-2009	104
Figura IIId.1	Taxa de risco de pobreza segundo a situação familiar do indivíduo na adolescência, Portugal 2004.....	106



Figura III d.2 Taxa de risco de pobreza segundo o número de irmãos com que o indivíduo viveu na adolescência, Portugal 2004.....	106
Figura III d.3 Taxa de risco de pobreza segundo o número de pais a trabalhar durante a adolescência do indivíduo, Portugal 2004.....	107
Figura III d.4 Lugares de classe da família de origem e do indivíduo, Portugal 2005.....	108
Figura III d.5 Mobilidade social intergeracional segundo o sexo do indivíduo, Portugal 2005.....	109
Figura III d.6 Nível de ensino mais elevado alcançado pelos pais e pelos filhos, Portugal 2005...	110
Figura III d.7 Mobilidade escolar intergeracional segundo o sexo do indivíduo, Portugal 2005...	111
Figura III d.8 Lugares de classe da família de origem por nível de ensino mais elevado alcançado pelo indivíduo, Portugal 2005.....	112
Figura III d.9 Taxa de risco de pobreza segundo a mobilidade social e escolar intergeracional dos indivíduos, Portugal 2004.....	112
Figura III d.Anexo 1 Matriz de construção do indicador individual de classe.....	114
Figura III d.Anexo 2 Matriz de construção do indicador familiar de classe.....	114
Figura III e.1 Indicadores de pobreza relativa, Portugal 2003-2008.....	115
Figura III e.2 Indicadores de pobreza, Portugal 2003 e 2008.....	116
Figura III e.3 Indicadores de pobreza “ancorados” no tempo, Portugal 2003-2008.....	117
Figura III e.4 Indicadores de pobreza “ancorados” no tempo, Portugal 2003 e 2008.....	117
Figura III e.5 Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal 2003 e 2008.....	118
Figura III e.6 Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal 2003 e 2008.....	119
Figura III e.7 Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal 2003 e 2008.....	120
Figura III e.8 Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza expressa como percentagem do rendimento mediano, Portugal 2003 e 2008.....	121
Figura III e.9 Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza expressa como percentagem do rendimento mediano, Portugal 2003 e 2008.....	122
Figura III e.10 Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza expressa como percentagem do rendimento mediano, Portugal 2003 e 2008.....	123
Figura III e.11 Indicadores de pobreza relativa: rendimento total versus rendimento monetário, Portugal 2007.....	124

GLOSSÁRIO

GLOSSARY

Sinais convencionais/ *Conventional signs*

x – **Valor não disponível** (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos)

x – *Not available (value not available due to the inexistence or lack of quality of data)*

Nota/ *Note*

Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

Where estimates have been rounded, discrepancies may occur between sums of the component items and totals.

Países/ Estados-Membros da UE

União Europeia 27

Áustria

Bélgica

Bulgária

Chipre

República Checa

Alemanha

Dinamarca

Estónia

Espanha

Finlândia

França

Grécia

Hungria

Irlanda

Itália

Lituânia

Luxemburgo

Letónia

Malta

Países Baixos

Polónia

Portugal

Roménia

Suécia

Eslovénia

Eslováquia

Reino Unido

UE 27

AT

BE

BG

CY

CZ

DE

DK

EE

ES

FI

FR

GR

HU

IE

IT

LT

LU

LV

MT

NL

PL

PT

RO

SE

SI

SK

UK

Countries/ Member States

European Union (27)

Austria

Belgium

Bulgaria

Cyprus

Czech Republic

Germany

Denmark

Estonia

Spain

Finland

France

Greece

Hungary

Ireland

Italy

Lithuania

Luxembourg

Latvia

Malta

Netherlands

Poland

Portugal

Romania

Sweden

Slovenia

Slovakia

United Kingdom



SUMÁRIO EXECUTIVO EXECUTIVE SUMMARY

Dar a conhecer as desigualdades na repartição do rendimento e da riqueza, a incidência e severidade da pobreza e os seus múltiplos rostos, as grandes disparidades de condições em que vivem os cidadãos e as cidadãs do nosso País e as carências básicas de que sofrem alguns estratos de população constitui uma tarefa fundamental das sociedades democráticas que tem de ser assumida como responsabilidade das respectivas administrações públicas e governos.

É neste contexto que se insere o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística há mais de uma década, desde a colaboração no Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados entre 1995 e 2001, e mais recentemente no âmbito do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), que consubstancia a aplicação nacional do programa europeu relativo às estatísticas das condições de vida (EU-SILC) desde 2004.

Em termos gerais, o EU-SILC é um programa coordenado de produção de dados estatísticos, com harmonização das variáveis finais e respectivos conceitos, do dimensionamento amostral e seguimento longitudinal dos respondentes, do período de recolha e dos algoritmos de cálculo dos indicadores estatísticos e respectivas medidas de erro estatístico. Todos os anos é inquirido um conjunto comum de variáveis, que permite o acompanhamento temporal de um largo conjunto de indicadores.

Em cada ano, acresce um conjunto diferente de variáveis específicas de um tema associado às condições de vida, designado módulo *ad hoc*: em 2005, sobre a transmissão intergeracional da pobreza, em 2006, sobre a participação social, em 2007, sobre a habitação e habitabilidade, em

In a democratic society, it is a responsibility of the public administration and government to measure and illustrate income and wealth inequalities, the incidence and severity of poverty in its multiple faces, the big disparity of living conditions between citizens of a country and the basic limitations affecting daily life of some groups of the population.

The contribution of Statistics Portugal for this purpose has been over more than a decade long and has comprised the collaboration with the European Community Household Panel between 1995 and 2001, and the participation in the European program of statistics on income and living conditions (EU-SILC) since its first wave in 2004.

EU-SILC is a coordinated program for the production of statistical data, with harmonization of final variables and concepts, sample sizing and longitudinal following of respondents, collection period and algorithms of calculus of indicators and statistical errors. Every year, a set of common variables is surveyed, allowing for temporal analysis of a large group of indicators.

Each year a different set of variables on a specific issue concerning living conditions (the ad hoc module) is added. In 2005, this module addressed the intergenerational transmission of poverty; in 2006, it addressed social participation; in 2007, it focused on housing conditions; in 2008, over-

2008, relativo ao sobreendividamento e exclusão financeira, em 2009, sobre privação material, e em 2010, sobre a partilha de recursos no seio da família. Nesta publicação, apresenta-se uma análise do módulo sobre transmissão intergeracional da pobreza realizado em 2005.

O ICOR consubstancia a nível nacional o programa EU-SILC, adoptando um questionário e conceitos em linha com a norma europeia. Corresponde a um inquérito anual junto de uma amostra representativa de alojamentos de residência principal, estratificada e bi-etápica, dimensionada tendo em conta um nível de erro máximo para a taxa de risco de pobreza. O seguimento longitudinal é assegurado pela partição da amostra de cada ano em quatro subamostras ou rotações, sendo que cada uma é inquirida em quatro anos seguidos. A recolha dos dados é realizada por entrevista directa com computador. No inquérito relativo a 2009, foram conseguidas respostas de 4 961 agregados familiares e 13 013 indivíduos, a partir de uma amostra de 6 176 agregados.

O documento metodológico do inquérito, onde se descrevem de forma completa os objectivos e pressupostos técnicos, encontra-se disponível no Portal de Estatísticas Oficiais.

∴

A publicação integra três partes, a primeira das quais, apresenta um enquadramento teórico, elaborado pela Prof.^a Doutora Manuela Silva, seguida de uma apresentação descritiva dos aspectos distributivos e redistributivos do rendimento, pela equipa que no INE coordena a realização do ICOR, e por uma terceira, onde se abordam pontos de reflexão e análise específicos, partilhada por três investigadores e pela equipa ICOR. Conclui-se com a apresentação dos quadros de resultados e os respectivos coeficientes de variação do ICOR, 2004-2009.

indebtedness and financial exclusion, in 2009, material deprivation, and in 2010, about intra-households sharing of resources. The analysis of the ad hoc module collected in 2005 about intergenerational transmission of poverty is presented in this publication.

In Portugal the ICOR implements the program EU-SILC by adopting a questionnaire and concepts in line with the European standards. It is an annual survey on a representative stratified two-stage sample of private households, where size takes into account a maximum of error for the at-risk-of poverty rate. The longitudinal component is ensured by the partition of the annual sample into four sub-samples or rotations, each surveyed in four running years. Data are collected by computer assisted interviewing. In 2009 a total of 4 961 household responses and 13 013 individual responses were collected from a sample of 6 176 households.

The survey methodology describing objectives and technical issues is available at Statistics Portugal website.

∴

This publication is composed of three parts. The first presents a theoretical context developed by Professor Manuela Silva. A description of the income distribution prepared by the team that coordinates ICOR at Statistics Portugal follows. Thirdly, the analysis of some specific issues developed by three invited researchers and the ICOR team is introduced. The publication concludes with the tables of numerical results and its coefficients of variation for the ICOR 2004-2009.



∴

A primeira parte, “Rendimento, pobreza e condições de vida – Os diferentes olhares das estatísticas”, consubstancia uma reflexão e propostas sobre múltiplas problemáticas novas neste âmbito a que importa dar atenção.

A adopção do conceito de pobreza como violação de direitos humanos abre caminho ao aperfeiçoamento do conceito estatístico de pobreza monetária, complementando-o com a noção de privação em relação a necessidades humanas fundamentais: a alimentação, a habitação, a educação, a saúde, a segurança, a participação na vida económica e cívica e alargando o domínio de observação a toda a população residente, vivendo ou não em agregados familiares.

As estatísticas sobre a desigualdade de rendimento (como, de resto, as que se referem à pobreza) evidenciam a importância da variável género, dando argumento ao esforço que vem sendo feito no sentido da desagregação dos dados estatísticos segundo aquela dimensão.

Considerar a informação estatística como um “bem público” obriga a repensar as condições de acesso, de modo a garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, o que implica controlar os respectivos custos de utilização.

∴

A segunda parte, “Aspectos distributivos e redistributivos do rendimento”, encontra-se dividida em seis linhas de análise:

1. O rendimento monetário disponível por adulto equivalente, com detalhe por decis de rendimento, numa análise desagregada por composição familiar, intensidade laboral dos indivíduos não dependentes, principal fonte de rendimento, nível de escolaridade dos indivíduos e grau de urbanização da área de residência.

∴

In the first part, “Rendimento, pobreza e condições de vida – Os diferentes olhares das estatísticas”, statistics are confronted with new issues on income distribution.

Professor Manuela Silva proposes to improve the statistical concept of poverty so as to include the notion of deprivation on human basic needs - nourishment, housing, education, health, safety, participation in economic and civic life -, and to enlarge the domain of observation to the population as a whole, in particular to those not living in private households.

Statistics on income inequality (along with all those concerning poverty) serve to illustrate the importance of gender, recognising an ongoing effort to disaggregate statistical data along this dimension.

Finally, she also stresses that statistics are a “public good” and therefore it is necessary to ensure appropriate access, which in turn implies managing costs so as to guarantee equal opportunities of access to all citizens.

∴

The second part, “Aspectos distributivos e redistributivos do rendimento”, is divided into six lines of analysis:

1. The monetary disposable income by equivalent adult is analysed for the population as a whole and broken-down by income deciles, type of household composition, work intensity of the non dependent members, main source of income, highest level of education attained and degree of urbanisation of area of residence.

Nesta análise, entre 2003 e 2008, destacava-se uma taxa de crescimento médio anual de 3,2% no rendimento monetário disponível por adulto equivalente, cujo valor no final do período (2008) era de 10 390€. Observava-se ainda que a taxa de crescimento anual do rendimento médio para o mesmo período diminuía com o aumento do decil de rendimento.

This analysis highlights an average rate of increase for the monetary disposable income by equivalent adult of 3.2% between 2003 and 2008, with a value of 10 390€ at the end of the period (2008). Also, the annual rate of increase of average income in 2003-2008 decreased with the ascent of the income decile.

2. As desigualdades do rendimento por adulto equivalente, analisando-se dois tipos de medidas de desigualdade na distribuição do rendimento monetário disponível por adulto equivalente – o coeficiente de Gini e dois rácios de desigualdade entre indivíduos com maiores e menores recursos – e o impacto das pensões, das transferências sociais e dos impostos e das contribuições sociais pagas pelos indivíduos sobre a desigualdade.

2. The analysis of the inequalities in monetary income distribution, presenting the Gini coefficient and two ratios of the gap between individuals with the biggest and the lowest resources, and the impact of pensions, social transfers, and taxes and social contributions paid by individuals on inequality.

Neste âmbito, Portugal é um dos países da União Europeia que apresenta uma elevada assimetria na distribuição dos rendimentos dos agregados familiares, com um coeficiente de Gini de 35,8% em 2007 que compara com 30,6% no conjunto dos países da União Europeia. Todavia, esta desigualdade tem vindo a reduzir-se progressivamente desde 2004, em que o valor do coeficiente correspondia a 38,1%, face ao valor de 35,4% para 2008, ano de referência mais recente em termos nacionais.

Portugal shows a large asymmetry in the distribution of households' income, with a Gini coefficient of 35.8% in 2007 when compared to 30.6% in the EU as a whole. Nevertheless, this inequality has gradually been decreasing since 2004 from 38.1% to 35.4% in 2008 the most recent reference year.

No mesmo período, o indicador de desigualdade S80/S20 corroborava a evolução registada pelo coeficiente de Gini, registando uma redução de 7,0 em 2004 para 6,0 em 2008.

In the same period, the income quintile share ratio S80/S20 confirmed the variation of the Gini coefficient, attaining a reduction of 7.0 in 2004 to 6.0 in 2008.

3. O risco de pobreza, o limiar de pobreza (ou linha de pobreza relativa) e o efeito das pensões e das transferências sociais no risco de pobreza, bem como uma análise detalhada do risco de pobreza de acordo com o sexo e o grupo etário dos indivíduos, a condição perante o trabalho dos indivíduos com 18 e mais anos, a composição familiar, a

3. The risk of poverty, the poverty line and the impact of pensions and social transfers, as well as an analysis of the risk of poverty by several dimensions (sex and age group of the individuals, self-defined economic status for individuals aged 18 or more, household type, household's main source of income, highest level of education attained and



principal fonte de rendimento do agregado, o nível de escolaridade dos indivíduos e o grau de urbanização da área de residência. É também apresentada uma análise do impacto de valores de referência alternativos ao valor de 60% da mediana convencionado para a linha de pobreza, especificamente para valores de 40%, 50% e 70% da mediana do rendimento monetário disponível por adulto equivalente. Por fim, analisa-se o indicador taxa de intensidade da pobreza, com desagregação por sexo e grupo etário dos indivíduos que compõem os agregados familiares.

Neste ponto, verificava-se que, em 2008, 17,9% da população residente se encontrava em situação de risco de pobreza, ou seja, que o seu rendimento anual era inferior ao limiar de pobreza (i.e., 4 969€). No início da série, 2003, a taxa de risco de pobreza era de 20,4%.

No período em análise, entre 2003 e 2008, observava-se uma melhoria da situação em termos de risco de pobreza dos agregados sem crianças dependentes face aos agregados com crianças dependentes. Em 2008, o risco de pobreza dos agregados sem crianças dependentes correspondia a 14,9%, enquanto que o mesmo risco para as famílias com crianças dependentes era de 20,6%.

Sobressai ainda neste âmbito a diminuição do risco de pobreza dos idosos de 28,9% em 2003 para 20,1% em 2008.

Todavia, os idosos que vivem sós, bem como as famílias constituídas por um adulto com crianças dependentes e as famílias com dois adultos e três ou mais crianças dependentes apresentam normalmente os riscos de pobreza mais elevados (32,7%, 38,8% e 42,8%, respectivamente, em 2008).

Por outro lado, a taxa de intensidade de pobreza desagravou-se de 24,7% em 2003 para 23,6% em 2008, provavelmente

degree of urbanisation of the residence area) are presented. Other topics such as: the impact of alternative reference values for the poverty line on the at-risk of poverty rate (40%, 50% and 70% of the median of the monetary disposable income by equivalent adult distribution when compared with the 60% convened value); and the relative risk of poverty gap by sex and age group of the households' members are also addressed.

In 2008, 17.9% of the resident population was at risk of poverty, i.e. its annual income was less than the poverty threshold (4 969€). By 2003, the at-risk of poverty rate was 20.4%.

Between 2003 and 2008, the condition of the households without dependent children has improved in terms of the risk of poverty and when compared with households with dependent children. In 2008, the risk of poverty for the households without dependent children was 14.9%, while the risk for the households with dependent children was 20.6%.

It was also observed a reduction of the elders' risk of poverty from 28.9% in 2003 to 20.1% in 2008.

Nevertheless, elders living alone, as well as the households composed by one adult with dependent children and households with two adults and at least three dependent children, usually show the highest risks of poverty (32.7%, 38.8% e 42.8%, respectively, in 2008).

The relative risk of poverty gap declined from 24.7% in 2003 to 23.6%, probably associated

associado a uma melhoria do rendimento dos agregados com rendimentos mais baixos.

with an improvement on income received by the households with lowest income.

4. A privação material e a intensidade da privação material, numa análise por número e tipologia de itens de privação material, e de acordo com o grau de urbanização da área de residência dos agregados familiares, o sexo e grupo etário dos indivíduos, a composição familiar, a principal fonte de rendimento e a condição perante o trabalho dos indivíduos com 18 e mais anos.

4. Material deprivation and its intensity, by number and type of material deprivation items, by degree of urbanisation of the household residence area, household type, main source of income, and self-defined economic status for individuals aged 18 or more are assessed.

Observava-se que a taxa de privação material afectava em 2009 21,4% da população residente em Portugal e que as famílias compostas por um adulto e uma ou mais crianças dependentes e as famílias com dois adultos e pelo menos três crianças dependentes registavam as taxas de privação material mais elevadas (respectivamente, 46,8% e 47,5%), mais do que duplicando a taxa de privação material observada para o total da população. Por outro lado, registou-se uma tendência decrescente na taxa de privação material dos idosos, com 31,3% em 2004 e 24,7% em 2009.

In 2009 the rate of material deprivation affected 21.4% of the population living in Portugal, and the highest material deprivation rates were those concerning the households composed by one adult with dependent children and the households with two adults and at least three dependent children (respectively, 46.8% and 47.5%), in both cases more than doubling the rate of material deprivation for the whole population. It was also recorded a decreasing trend for the rate of material deprivation of elder individuals, with 31.3% in 2004 and 24.7% in 2009.

A intensidade da privação material, ou seja, o número médio de itens em falta para a população em privação material, correspondia em 2009 a 3,7, valor idêntico ao globalmente observado no período 2004-2008.

The intensity of material deprivation, i.e., the average number of items lacking for the deprived population, was 3.7 in 2009, a value that is similar to that generally observed in the period 2004-2008.

5. A privação habitacional, análise que abrange os aspectos de sobrelotação do espaço habitacional – 14,1% dos indivíduos viviam em 2009 em alojamentos sobrelotados –, as situações de privação severa das condições de habitação – 4,7% em 2009 –, e a carga que representam as despesas em habitação no rendimento disponível dos agregados familiares – em 2009, 11,4%. Analisa-se ainda a associação entre insuficiência habitacional e estado de pobreza, registando-se que 23,4% da população em risco de pobreza estava também em situação de sobrelotação, ou insuficiência habitacional, em 2009.

5. When looking into housing deprivation it is noted that in 2009, 14.1% of the population lived in overcrowded dwellings, 4.7% in severe housing deprivation, and the burden of housing costs on the households' disposable income was 11.4%. The association between housing insufficiency and poverty status is also analysed: 23.4% of the population at risk of poverty lived in an overcrowded dwelling, i.e. faced housing insufficiency.



6. A pobreza consistente, numa análise que associa o risco de pobreza e a privação material, de modo a concluir sobre a proporção de indivíduos que se encontravam simultaneamente em risco de pobreza e em privação material, desagregando-se esta análise por sexo e grupo etário dos indivíduos.

Os resultados relativos à proporção de indivíduos em pobreza consistente não revelavam ao longo dos seis anos em análise, 2004-2009, um padrão regular de evolução deste indicador, sendo todavia possível concluir que registava um nível médio de 8,6% (oscilando entre 9,4% em 2004 e 8,1% em 2009). Por outro lado, verificava-se ainda que, entre 2004 e 2009, a correlação entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material era relativamente baixa, variando entre 26,7% em 2008 e 33,5% em 2007.

∴

Na terceira parte são apresentados cinco pontos de reflexão:

a. Um primeiro ponto relativo à “Matriz de análise da pobreza infantil: potencialidades e limitações”, em que a investigadora Amélia Bastos apresenta alguns resultados sobre o padrão evolutivo do risco de pobreza nas crianças e as vantagens de uma recolha que tenha em conta a distribuição intra-familiar do rendimento e informações específicas sobre as crianças, nomeadamente sociodemográficas e sobre itens de privação material específicos para este grupo etário, para além de um dimensionamento amostral que contemple de forma específica a população infantil.

As crianças constituíam em 2008 o grupo etário com maior risco de pobreza e com uma evolução mais desfavorável deste indicador, desde 2004. Em termos de privação e pese embora o facto dos indicadores utilizados não serem

6. *Consistent poverty is analysed by associating the risk of poverty and the rate of material deprivation. This allows us to establish the number of individuals living on both conditions.*

There is no regular trend in the proportion of individuals in consistent poverty during 2004-2009, though such evolution has remained around an average value of 8.6% (varying between 9.4% in 2004 and 8.1% in 2009). On the other hand, it was observed that between 2004 and 2009, the correlation between the at-risk of poverty rate and the rate of material deprivation was relatively low, ranging from 26.7% in 2008 and 33.5% in 2007.

∴

The third part of the present study presents an analysis of the data from five different perspectives.

a. *“Matriz de análise da pobreza infantil: potencialidades e limitações”, by Professor Amélia Bastos. Here some results are presented on the dynamics of the risk of poverty for children and the advantages of an extended data collection retaining the intra household income distribution and information specific to children, namely socio demographic and about material deprivation items specific to this age group, as well as sampling that specifically takes into account the child population.*

In 2008 children were the age group showing the highest risk of poverty and with the worst evolution since 2004. Although the items considered are not specific to this specific age

específicos das crianças, mais de uma em cada cinco crianças encontrava-se em situação de privação, sublinhando a dimensão e gravidade desta problemática.

É ao nível dos agregados familiares monoparentais e das famílias com dois adultos e três ou mais crianças dependentes, que se faz sentir mais significativamente a pobreza infantil – cerca de metade das crianças estavam em risco de pobreza ou em situação de privação.

- b. O segundo ponto de reflexão, “Algumas notas sobre a pobreza no feminino”, é apresentado pela investigadora Carla Machado, comparando os riscos de pobreza monetária e privação material na perspectiva do género, nesse âmbito identificando a necessidade de se aprofundar a perspectiva da privação material, nomeadamente incluindo bens específicos por género, a distribuição intra-familiar do rendimento e um dimensionamento amostral que contemple de forma específica as famílias monoparentais.**

Em 2008, cerca de 19% das mulheres adultas portuguesas encontravam-se em risco de pobreza monetária, posicionando-se dois pontos percentuais acima da média da UE27. Paralelamente estimava-se que 16% dos homens adultos portugueses encontravam-se em semelhante situação.

Esta análise tem especial relevo sobre estruturas familiares e económicas específicas. Regista-se uma maior vulnerabilidade a situações de pobreza e desigualdade de género por parte dos indivíduos que integram famílias monoparentais e famílias onde não coabitam casais, bem como pelos indivíduos que vivem sozinhos, em especial idosos isolados. Paralelamente foi possível identificar a vulnerabilidade específica das mulheres inseridas em agregados familiares em que nenhum dos indivíduos trabalha e, de forma mais particular, a vulnerabilidade das mulheres em idade activa sem trabalho.

group, more than one in five children was deprived, highlighting the scope and gravity of the problem.

Children poverty is more significant in single parent families and in households composed by two adults and at least three children – where about half the children were at risk of poverty or deprived.

- b. “Algumas notas sobre a pobreza no feminino”, by Carla Machado. The risks of monetary poverty and material deprivation taken from a gender point of view are discussed, identifying the need for a deeper analysis of material deprivation, namely, one that includes gender specific items, intra household income distribution, and a sampling design that specifically takes single parental families into account.**

In 2008, about 19% of Portuguese adult women were at risk of monetary poverty, 2 percentage points above the EU27 average. The at-risk of poverty for Portuguese adult men was 16% in the same period.

This analysis is particularly relevant for specific family and economic patterns. The largest vulnerability to gender poverty and inequality is observed for persons living in one single parent families and households not including a couple, as well as persons living alone, specially if elder. The vulnerability of women living in households without any employed and, particularly, women at working age but with no job are also singled out.



c. **“O risco de pobreza e a privação material das pessoas idosas”, preparado pela equipa do INE, apresenta uma descrição dos indicadores habituais de pobreza monetária para o caso dos idosos, incluindo também uma análise da privação material para esta população específica e o impacto das transferências sociais e de valores de referência alternativos para o limiar de pobreza sobre o risco de pobreza.**

Entre 2003 e 2008, a população idosa registava, de forma constante, um risco de pobreza superior ao observado para o total da população residente. Em 2008, a taxa de risco de pobreza dos idosos era de 20,1% face a 17,9% para o total da população residente. Ao contrário, a taxa de intensidade da pobreza, 15,5% em 2008, era menor para esta população quando comparada com a média da população residente, 23,6%.

Tal como para o risco de pobreza monetária, a taxa de privação material dos idosos era superior à verificada para o total da população residente, respectivamente com valores de 24,7% e 21,4%, em 2009.

d. **A “Transmissão intergeracional da pobreza” apresenta uma leitura dos resultados do módulo 2005 do ICOR, procurando identificar algumas relações entre a alteração de classe social e nível de escolaridade e alteração do risco de pobreza, entre pais e filhos. Esta análise é também da responsabilidade da equipa do INE.**

Destacava-se, por um lado, a influência das origens de classe nas trajetórias de escolarização dos filhos, observando-se que 72,5% dos filhos de empresários, dirigentes e profissionais liberais ou de profissionais técnicos ou de enquadramento, alcançaram habilitações escolares ao nível do ensino secundário ou superior. Por outro lado, observou-se o contributo da transmissão intergeracional do capital social e escolar para a transmissão intergeracional da pobreza, concluindo-se que o risco de pobreza era menor, 12,0%, para os indivíduos que registavam mobilidade social e escolar ascendente.

c. ***“O risco de pobreza e a privação material das pessoas idosas” prepared by Statistics Portugal team, presents a description concerning the current monetary poverty and material deprivation indicators for elder population, and the impact of social transfers and alternative reference values on the poverty threshold on the risk of poverty.***

Between 2003 and 2008, the elder population consistently recorded a risk of poverty higher than the population in general. In 2008, the at-risk of poverty rate for an old person was 20.1%, while the same indicator showed a value of 17.9% for a common resident. By contrast, in 2008, the relative risk of poverty gap for the elder, 15.5%, was smaller than that recorded for the population in general, 23.6%.

In 2009, the rate of material deprivation for an old person was higher than the one observed for the residing population, 24.7% versus 21.4%, respectively.

d. ***“Transmissão intergeracional da pobreza” presents an analysis of the outcomes of the 2005 ad hoc module, which aims to identify relationships between social class, education transition and changes in the risk of poverty between parents and children. This analysis was developed by the Statistics Portugal team.***

On the one hand, there was evidence about the influence of social class origins on the education path of children: 72.5% of children born to businessmen, leaders and scientific or technical professionals, attained a secondary or higher level of education. On the other hand, there is a contribution of intergenerational transmission of social and educational capital to the intergenerational transmission of poverty, resulting from the fact that the risk of poverty was lower, 12.0%, for the individuals who experienced upward social and educational mobility.

e. Finalmente, o investigador Carlos Farinha Rodrigues introduz no último ponto, “Outros olhares sobre os indicadores de pobreza” uma reflexão sobre o que medem os indicadores de pobreza, nomeadamente a forma como é definida a linha de pobreza, e a abrangência do conceito de recursos utilizado. Propõem-se análises alternativas do risco de pobreza, ancorando o limiar de pobreza a um determinado ano, avaliando a sensibilidade do risco de pobreza à linha de pobreza adoptada, e o efeito do rendimento não monetário sobre o risco de pobreza.

Os resultados apresentados demonstram que ao longo do período 2003-2008 se registou em Portugal uma redução significativa das diferentes dimensões da pobreza monetária. Este resultado revela-se estatisticamente robusto e independente do valor da linha de pobreza adoptado.

A consideração de hipóteses alternativas quanto à evolução da linha de pobreza e quanto à abrangência dos recursos das famílias possibilita uma nova leitura sobre os indicadores de pobreza no nosso país e sobre a sua evolução recente.

A consideração de uma linha de pobreza definida em 2003, e actualizada anualmente nos anos subsequentes apenas com base na variação do índice de preços no consumidor, confirma os resultados anteriormente obtidos quanto à evolução dos principais indicadores de pobreza entre 2003 e 2008. Com uma linha de pobreza “ancorada” em 2003, a redução da incidência da pobreza ao longo dos seis anos considerados é superior a 4,5 pontos percentuais.

Por último, a consideração ainda que parcial dos rendimentos não monetários permite constatar o efeito relevante destes rendimentos sobre os vários indicadores de pobreza, concluindo-se que a utilização de um conceito mais abrangente dos recursos das famílias permite uma análise mais exacta dos níveis e das características do fenómeno da pobreza em Portugal.

e. *“Outros olhares sobre os indicadores da pobreza”, by Professor Carlos Farinha Rodrigues, proposes alternative measures for the risk of poverty, such as the risk of poverty anchored to a specific year, as well as the evaluation of the sensitivity of the risk of poverty to different poverty thresholds and the impact of non monetary income on the risk of poverty.*

For 2003-2008, numerical outcomes show a relevant reduction of the various aspects of the monetary poverty in Portugal that is statistically robust to changes in the poverty line chosen.

Taking into account alternative paths for the poverty line and different scopes for households’ income, a new reading of poverty indicators in Portugal and their recent evolution is possible.

Taking the poverty line calculated for 2003 and then correcting it annually by the variation of the consumer price index, allows to broadly obtaining the same outcomes for 2003-2008. However, when anchoring the poverty line in 2003, a reduction of more than 4.5 percentage points in the risk of poverty is obtained for this period.

Finally, the inclusion of non-monetary income, even if partially, has a relevant impact on poverty indicators. It is thus concluded that the use of a broader concept of income may allow for a more detailed analysis of the level and characteristics of poverty in Portugal.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO





RENDIMENTO, POBREZA E CONDIÇÕES DE VIDA – OS DIFERENTES OLHARES DAS ESTATÍSTICAS

Manuela Silva*

1. INTRODUÇÃO

A dedicação de um ano europeu ao combate à pobreza e exclusão social foi uma iniciativa dos decisores políticos a nível europeu, o Conselho e o Parlamento, a qual, certamente, merece o aplauso de quantos consideram que a pobreza involuntária é uma violação de direitos humanos e como tal a sua erradicação deve inscrever-se na agenda política dos governos dos Estados-Membros e das instâncias comunitárias e merecer o suporte político da maioria das respectivas populações.¹

O que não se previu, quando aquela decisão foi tomada, foi que a concretização de tal invento em 2010 viesse a coincidir com um tempo de grande crise económica e social. Este facto conferiu ao Ano europeu de combate à pobreza e à exclusão social, presentemente em curso, ainda maior relevância e oportunidade.

É de louvar que o Instituto Nacional de Estatística tenha decidido participar nesta iniciativa de forma explícita e muito positiva, dando a conhecer as estatísticas que já produz sobre o rendimento, a pobreza e as condições de vida dos portugueses e portuguesas e abrindo o debate sobre a sua pertinência, qualidade e aperfeiçoamentos possíveis, convocando para o efeito não só técnicos do próprio INE como outros investigadores, utilizadores destas estatísticas.

A presente publicação dá conta da informação estatística disponível acerca da pobreza, repartição do rendimento e condições de vida e oferece aos leitores análises plurifacetadas acerca da desigualdade na repartição do rendimento e das condições de vida no nosso País, com destaque para a situação dos segmentos de população em situação de pobreza e exclusão social. Trata-se de uma obra que ficará, por certo, como documento de referência para quantos investigam nesta área assim como para decisores políticos, técnicos e analistas da comunicação social, que se debrucem sobre estas problemáticas sociais.

No estágio actual do conhecimento, a medida dos fenómenos sociais, com o que tal implica de quantificação das suas variáveis, identificadoras ou representativas, é procedimento insubstituível e, por isso, tudo quanto for feito para dispor de dados quantitativos fiáveis e actuais constitui fonte de progresso nesse conhecimento.

Acresce que poder mensurar uma dada realidade é dar-lhe visibilidade na opinião pública e contribuir para que a mesma encontre o devido lugar nas agendas políticas, o que, no domínio que aqui nos ocupa, constitui acto político do maior alcance. Vem à memória a

* Economista. Professora catedrática convidada do Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa. Aposentada.

¹ Desde 1983 que o Parlamento Europeu e o Conselho vêm dedicando cada ano a um tema específico sobre o qual se pretende chamar a atenção da opinião pública da União, governos e instâncias políticas nacionais e comunitárias. A partir de 2005 a escolha tem recaído sobre temas de índole social: a mobilidade dos trabalhadores (2006), a igualdade de oportunidades para todos (2007), o diálogo inter cultural (2008), a inovação e criatividade (2009).

conhecida estrofe dum poema de Sophia de Mello Breyner: *“vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”*.

Dar a conhecer as desigualdades na repartição do rendimento e da riqueza, a incidência e severidade da pobreza e os seus múltiplos rostos, as grandes disparidades de condições em que vivem os cidadãos e as cidadãs do nosso País e as carências básicas de que sofrem alguns estratos de população constitui uma tarefa fundamental das sociedades democráticas que tem de ser assumida como responsabilidade das respectivas administrações públicas e governos.

Por outro lado, não pode esquecer-se que a pobreza e a exclusão social se combatem através de políticas públicas bem desenhadas, executadas e regularmente avaliadas, o que requer a disponibilidade de correspondente informação estatística fiável e o mais actualizada possível.

A este propósito, há que reconhecer o esforço que vem sendo feito a nível nacional, como também no âmbito do Eurostat, no sentido da harmonização de conceitos e métodos, de modo a que se disponha de informação susceptível de permitir comparações entre os países da União e respectiva evolução. Contudo, não pode ignorar-se que a pobreza e a exclusão social são, por sua natureza, fenómenos complexos e plurifacetados, o que torna a tarefa da produção estatística (recolha e tratamento de dados) particularmente difícil e exigente.

Nas reflexões seguintes, debruçar-me-ei sobre cinco tópicos de entre muitos outros, que também mereceriam atenção na óptica do aperfeiçoamento estatístico:

- o conceito de pobreza como violação de direitos humanos e suas implicações na produção estatística;
- a pobreza e a desigualdade: semelhanças e diferenças;
- a importância da variável género nas estatísticas da repartição do rendimento, da pobreza e da exclusão social;
- a informação estatística e a decisão política;
- a informação estatística enquanto “bem público”.

2. O CONCEITO DE POBREZA COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

Toda a informação estatística tem por base uma dada conceptualização da realidade ou do fenómeno que se pretende medir, por isso é tão importante a definição do conceito de pobreza ou de exclusão social subjacente às estatísticas da pobreza. Com efeito, importa saber a que nos referimos quando avaliamos a pobreza existente num determinado território ou segmento de população. Dito por outras palavras: o que é ser pobre ou socialmente excluído?

Esta interrogação básica adquire maior pertinência política e alcance prático quando o que está em causa é a utilização da informação estatística para a fundamentação e a avaliação das políticas públicas e se reconhece que, sendo a pobreza uma violação de direitos humanos, a sua erradicação responsabiliza os poderes públicos de todos os estados signatários da



Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como avaliar se tal violação existe? E em que medida? Como indagar os progressos decorrentes da implementação desta ou daquela medida de política?

Os conceitos de pobreza têm-se sucedido e os sistemas estatísticos têm procurado acompanhar essa evolução. A este propósito, há que salientar que se têm registado progressos consideráveis na produção estatística neste domínio, como ficará ilustrado nos diversos capítulos desta publicação. Todavia, estão identificadas algumas limitações que devem ser objecto de consideração, com vista a obter aperfeiçoamentos futuros.

Presentemente, a maior atenção dos serviços de estatística vai para o conceito de *pobreza monetária relativa*, baseado este no rendimento disponível ou na despesa por indivíduo ou agregado familiar, quando comparado com alguma variável de referência, arbitrariamente, ainda que fundamentadamente, definida, que serve de linha de demarcação entre pobres e não pobres.

São conhecidos os limites desta perspectiva nas suas duas variantes de montante de rendimento ou de despesa, limitações essas mais evidentes no primeiro caso. Por isso, devemos louvar os esforços em curso para atenuar as imperfeições deste conceito, aplicando-o não só à incidência do fenómeno, como também à respectiva intensidade ou severidade e bem assim ao grau da sua permanência ao longo do tempo.

Tais esforços, porém, não superam dois obstáculos básicos. Em primeiro lugar, porque, aos mesmos níveis de rendimento ou despesa expressos em termos monetários, corresponderão situações de privação (pobreza) distintas, consoante a extensão e a qualidade da provisão de bens públicos em sectores-chave, como sejam os cuidados de saúde, a educação, a habitação social, os transportes, etc., os quais podem variar muitíssimo entre diferentes países e, num mesmo país, ao longo do tempo. Esta é uma dimensão da informação estatística sobre a desigualdade e a pobreza que, presentemente, ganha grande acuidade, em virtude das medidas anti-crise e sua incidência nas políticas de bem-estar social e, em especial, nas políticas de segurança social. A tendência actual para emagrecer o Estado-Providência e dar lugar à privatização da provisão de bens públicos não deixará de ter repercussões muito negativas na extensão e severidade da pobreza e da desigualdade, mas aquelas não serão capturadas pela análise da pobreza em termos monetários.

Analogamente, também não é irrelevante no conhecimento do fenómeno da pobreza e exclusão social que a informação produzida dê conta ou não dos recursos disponíveis, por parte dos diferentes estratos da população, fora da economia de mercado (auto-consumo; apoios de solidariedade intra-familiar; etc.), sendo certo que aqueles variam, significativamente, consoante os contextos geográficos e sóciopolíticos. Para idênticos níveis de rendimento ou despesa expressos em termos monetários, o risco de pobreza difere consoante a extensão dos bens não comercializáveis de que dispõem, pelo que a sua respectiva estimação é uma variável importante na quantificação da pobreza.

Por outro lado, não é despidendo, do ponto de vista de um conceito de pobreza que integre a autonomia e a capacidade de dispor (ou não) do rendimento, a natureza da sua respectiva fonte, nomeadamente há que saber se aquela depende da atribuição de subsídio ou prestação assistencial ou se, pelo contrário, provem de salários ou pensões de reforma ou outras prestações garantidas por direito. Ser pobre não é apenas ter um rendimento inferior

a um dado limiar de pobreza, mas é também estar dependente de fontes sobre as quais os indivíduos não têm qualquer controlo, por elas não constituírem seu direito.

Acresce que a actual metodologia de recolha de dados sobre o rendimento e a despesa em que se baseiam as actuais estatísticas da pobreza não abrange a população institucionalizada, sendo certo que entre esta se encontra uma proporção significativa e crescente de vítimas da pobreza monetária.

A adopção do conceito de pobreza como violação de direitos humanos abre caminho ao aperfeiçoamento do conceito estatístico de pobreza monetária, complementando-o com a noção de privação em relação a necessidades humanas fundamentais: a alimentação, a habitação, a educação, a saúde, a segurança, a participação na vida económica e cívica e alargando o domínio de observação a toda a população residente, vivendo ou não em agregados familiares.

É possível definir, para cada uma das componentes da privação que configuram situações de pobreza, limiares de carência (absoluta e relativa) e com base neles definir índices de privação ou pobreza efectiva em relação a uma ou mais componentes do nível de vida considerado digno numa dada sociedade; já se torna, porém, difícil partir daqui para a construção de algum índice compósito, que integre todas as variáveis que configuram a privação e exclusão social, mas talvez não seja esse o instrumento mais relevante para a política de combate à pobreza, já que aquela deve, isso sim, dirigir-se para a superação das causas subjacentes às diferentes situações de privação as quais relevam de políticas específicas cujos objectivos, instrumentos e resultados, poderão ser mensurados com base em estatísticas adequadas desde que produzidas para o efeito.

Não obstante as limitações ainda existentes, há que assinalar o mérito dos progressos havidos nos últimos 5 anos, designadamente através do Inquérito às condições de vida e rendimento das famílias², os quais, no entanto, gostaríamos de ver aperfeiçoados no futuro próximo, nomeadamente através da revisão dos conceitos em uso.

Ao problematizar o conceito estatístico de pobreza, tal como vem sendo utilizado no âmbito do Eurostat, não podemos esquecer dois contributos teóricos recentes que compaginam bem com o reconhecimento político da pobreza como violação de direitos humanos.

Para Amartya Sen, prémio Nobel de economia em 1998, a pobreza deve ser encarada não tanto pelo seu lado monetário mas, sobretudo, como um défice de capacidade(s) relativo a uma pessoa ou agregado familiar para levar uma vida decente segundo o padrão corrente na respectiva sociedade. Este conceito de capacidade (entitlement) tem o mérito de colocar o acento no que está a montante da situação de pobreza monetária e que, de algum modo, a determina e põe em evidencia não só a importância da disponibilidade de recursos materiais como também a disponibilidade de recursos humanos. Trata-se de uma perspectiva conceptual com evidentes consequências muito pertinentes para as políticas de erradicação e prevenção da pobreza, a exigir da produção estatística a devida resposta.

² O EU-SILC, Inquérito às condições de vida e rendimento das Famílias, foi aplicado pela primeira vez em Portugal em 2004 e, desde então, tem-se realizado anualmente. Constitui uma melhoria considerável em relação ao anterior instrumento designado por Painel Europeu de Agregados Domésticos privados (ECHP), que foi aplicado em vagas sucessivas junto de um conjunto fixo de famílias, entre 1994 e 2001.



Nas nossas sociedades, constituem capacidades, por exemplo, a possibilidade de encontrar trabalho remunerado e estável relacionada com habilitações escolares e/ou profissionais, a possibilidade de aceder a uma habitação com o mínimo de conforto e renda acessível, o direito a cuidados de saúde de qualidade e condições efectivas de informação e outras para o exercer, as condições de acesso e sucesso na educação, etc.. Todas elas são variáveis a ter em conta na definição do risco de pobreza com consequências relevantes para as políticas que visam a sua prevenção e erradicação.

Cabe ainda referir um outro ângulo de abordagem, que tem sido subestimado na observação estatística, mas que se reveste também da maior importância: a percepção subjectiva da pobreza, tanto pelo lado dos pobres como pelo lado dos não-pobres.³

No primeiro caso, tal percepção é importante visto serem os indivíduos pobres os primeiros a reconhecer e experimentar as suas situações de privação e a manifestarem a vontade de as superar.

No segundo caso, é importante também, porque a percepção que os não-pobres tenham acerca da pobreza constitui um factor que pode ser ou de encorajamento ou de travagem das políticas de combate à pobreza.

Apesar das previsíveis dificuldades de quantificação da pobreza subjectiva, não deve ser descartada essa possibilidade em aperfeiçoamentos estatísticos futuros.

3. POBREZA E DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO

Embora relevando de distintos conceitos, a pobreza pode ser considerada um caso extremo de desigualdade na repartição do rendimento.

Segundo um estudo da OCDE (2008)⁴ relativo a um conjunto de 30 países, a desigualdade e a pobreza estão entre os principais problemas com que se defronta a Humanidade. Sondagens de opinião, no conjunto dos países da OCDE, mostram que existe uma percepção clara por parte da opinião pública de que a desigualdade de rendimento e a pobreza têm aumentado em paralelo com o crescimento económico, principalmente a partir da década de noventa e que tal facto é tido como uma disfunção do actual modelo económico de crescimento.

As estatísticas disponíveis confirmam esta percepção, ainda que tal não se verifique com idêntica intensidade em todas as áreas geográficas e contextos nacionais. Mesmo em espaços mais homogêneos, como é o caso da União Europeia, a situação tem contornos distintos, o que, desde logo, indicia que o agravamento da desigualdade e a persistência da pobreza não são fatalidades do crescimento económico, mas efeitos negativos do tipo de crescimento e das políticas públicas que o enquadram.

³ Deepa Narayan (2000) procura expandir o conceito de pobreza apresentado por Sen, a partir das conclusões obtidas em estudos promovidos, pelo Banco Mundial, desde 1993. A partir de então, o Banco Mundial passou a realizar Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP's) entrevistando populações carenciadas, em vários países do mundo, sobre a sua percepção acerca do que é ser pobre. Reconhece-se que ninguém melhor do que os próprios pobres sabe falar sobre a sua situação, o modo como encaram as oportunidades, os riscos e as limitações que se lhe apresentam para superar a pobreza.

⁴ Growing unequal? Income distribution and poverty in OECD countries (2008). OECD.

A mesma constatação, indirectamente, afasta a ideia de que o crescimento económico é a condição suficiente para corrigir desigualdades e reduzir a pobreza. A evidência empírica, que a informação estatística já proporciona, permite concluir que poderá ser necessário maior crescimento da economia para erradicar a pobreza, mas tal não é, seguramente, uma condição suficiente para reduzir a desigualdade e eliminar a pobreza, podendo mesmo ser factor do seu respectivo agravamento.

No conjunto dos países da OCDE em que Portugal se inclui, a repartição do rendimento, segundo o estudo acima citado, veio mostrar que a desigualdade na repartição do rendimento conheceu, de modo geral, um agravamento quando medida pelo índice de Gini, mas este apresenta-se com diferente intensidade segundo os países.⁵

Outra conclusão relevante do citado estudo é também a de que, nos países com maior desigualdade na repartição do rendimento, o índice de pobreza monetária é mais elevado, qualquer que seja o limiar de pobreza utilizado.

Para o agravamento da desigualdade, concorrem quer a evolução da estrutura demográfica, com peso crescente da população mais idosa, quer o maior alargamento do leque das remunerações do trabalho, além do maior peso relativo das remunerações do capital. De acordo com os dados estatísticos disponibilizados, diminuiu a incidência relativa da pobreza entre a população com mais de 65 anos, mas, em contrapartida, cresceu o peso dos trabalhadores em situação de pobreza, a pobreza entre a população infantil e nas famílias monoparentais em geral constituídas por mulheres com crianças a cargo.

4. A IMPORTÂNCIA DA VARIÁVEL GÉNERO NAS ESTATÍSTICAS DA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO, DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL

As estatísticas sobre a desigualdade de rendimento (como, de resto, as que se referem à pobreza) evidenciam a importância da variável género, dando argumento ao esforço que vem sendo feito no sentido da desagregação dos dados estatísticos segundo o género.

Qualquer que seja o segmento de análise que seja considerado, as mulheres encontram-se, sempre, em situação desfavorável em relação aos homens em matéria de direitos sociais. Este facto deve ser salientado, de modo a encorajar os necessários aperfeiçoamentos com vista à maior desagregação possível, segundo o género, dos dados estatísticos acerca da desigualdade na repartição do rendimento e da pobreza. Em reforço desta afirmação cabe citar uma afirmação de José Pereirinha e outros (2008): *A pobreza tem uma dimensão de género, o que implica a necessidade de indicadores específicos para se poder medir as diferenças, entre os países, da pobreza numa perspectiva de género, da sua evolução temporal e dos efeitos das políticas públicas.*⁶ No mesmo trabalho de investigação, são sugeridos indicadores para melhor atender à variável género na recolha e tratamento dos dados estatísticos sobre a pobreza.

⁵ No presente estudo, Portugal está incluído no grupo de países com maior índice de desigualdade (coeficiente de Gini de 0,38, em 2004, sendo que o valor deste indicador para o conjunto dos 30 países analisados se situa entre 0,23 e 0,48).

⁶ Veja-se a este propósito o estudo coordenado pelo Prof. Doutor José António Pereirinha *“Género e Pobreza. Impacto e determinantes da pobreza no feminino”* (2008). CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.



5. A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E A DECISÃO POLÍTICA

A iniciativa do Presidente da República da França, Nicholas Sarkozy, de criar, no início de 2008, uma Comissão de peritos com o mandato de avaliarem o estado da informação estatística acerca da economia e da sociedade veio pôr em destaque a relevância política de que tal informação se reveste.⁷ Em especial, à Comissão foi confiado o mandato de identificar os limites do PIB como indicador do desempenho económico e do progresso social.

As medidas estatísticas são importantes e fundamentais não só para que os governos nelas se possam apoiar ao formularem as suas políticas, como também para proporcionarem informação às empresas quanto à orientação dos seus negócios e bem assim para a própria sociedade civil que aspira a estar cada vez melhor informada e habilitada a ajuizar do desempenho dos governos aos vários níveis e expressar as suas opções quanto ao seu presente e ao seu futuro.

Não pode esquecer-se que, numa sociedade de informação, a qualidade da informação estatística influencia aquilo que se faz e molda os nossos desejos e aspirações quanto ao futuro.

Por outro lado, a disponibilização de uma boa informação estatística sobre o presente e o passado abre caminho ao desenho de previsões acerca do futuro e, conseqüentemente, propicia a possibilidade de o moldar através da tomada de decisões assertivas em tempo oportuno. Ao invés, uma deficiente ou distorcida informação condiciona as tomadas de decisão e pode conduzir a soluções erradas.

O que se passa com o PIB, como indicador de desempenho da economia e do nível de bem-estar, é bem elucidativo a este propósito. O derrame do crude no Golfo do México que presentemente acontece fará subir aquele indicador, mas à custa da destruição de múltiplos recursos não renováveis e manifesta degradação das condições de vida das populações afectadas por tamanho desastre ecológico. Ou, num exemplo mais corrente, o congestionamento do tráfico automóvel nas grandes cidades é factor de crescimento do PIB, pelo que origina de maior consumo de combustível e valor acrescentado nas empresas fornecedoras, mas à custa de maior poluição e pior qualidade de vida das populações.

Com a publicação do Relatório encabeçado por Stiglitz espera-se que os sistemas estatísticos encontrem nele pistas adequadas para uma revisão em profundidade das estatísticas de desempenho económico e avaliação das condições de vida e de bem-estar das populações.⁸

⁷ Da Comissão fizeram parte distintos investigadores, tendo o trabalho sido coordenado por Joseph Stiglitz (Presidente), Amartya Sen (Consultor) e Jean-Paul Fitoussi (Co-ordenador).

⁸ A autoridade do ex- Conselheiro do Banco Mundial e prémio Nobel vem dar voz a críticas de outros autores que remontam pelo menos ao final da década de sessenta do século passado.

6. A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA ENQUANTO “BEM PÚBLICO”.

Na sociedade de informação para onde nos dirigimos, as pessoas e as instituições consideram o acesso à informação como um recurso importante para melhor fazerem as suas escolhas e fundamentarem as suas estratégias.

Os meios de comunicação de que, hoje, é possível dispor facilitam o acesso generalizado ao conhecimento, incluindo neste a informação estatística. Há cada vez maior procura de dados estatísticos sobre os mais variados domínios. As pessoas, em geral, querem estar bem informadas e atribuem grande (e talvez mesmo excessiva ...) importância aos dados quantitativos.

Não só cresce a procura de informação estatística como aumenta também o grau de exigência por parte dos potenciais utilizadores quanto à respectiva fiabilidade (rigor dos conceitos usados, qualidade das fontes de recolha de dados, rigor dos métodos de tratamento e da análise dos dados, actualidade da informação disponibilizada).

A uma tal procura, quantitativa e qualitativa, os serviços de produção estatística procuram responder, mas não sem dificuldades acrescidas, nomeadamente no que respeita à melhor alocação dos seus recursos (sempre limitados) em função de prioridades bem definidas.

A este propósito, o Relatório da Comissão presidida por Sarkozy chama a atenção para o facto de que as opções até agora tomadas em matéria de informação estatística têm privilegiado a medida da produção em termos económicos, mas é chegada a hora de prestar maior atenção à medida do bem-estar das pessoas e à sua sustentabilidade.

Nesta perspectiva, há que complementar o recurso corrente aos valores agregados e às médias com informação estatística sobre o que se passa nos extremos das distribuições.

Considerar a informação estatística como um “bem público” obriga a repensar as condições de acesso, de modo a garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, o que implica controlar os respectivos custos de utilização.

Assim sendo, ocorre perguntar: Poderá a definição de prioridades ficar confinada à decisão dos gestores dos sistemas estatísticos nacionais e/ou comunitários?

Que palavra têm a dizer os respectivos governos e outros decisores políticos?

Qual o poder de influência que deve caber aos investigadores, aos decisores económicos, à sociedade civil?

Haverá lugar para um Conselho de alto nível onde tenham assento representantes dos diversos actores sociais, um Órgão que aprecie as prioridades a estabelecer?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Costa, A. Bruto e outros (2008), *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Gradiva.
- EUROSTAT (2010), *Combating poverty and social exclusion. A statistical portrait of the European Union 2010*.
- Narayan, D. (2000), *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press.
- OECD (2008), *Growing unequal? Income distribution and poverty in OECD countries*.
- Pereirinha, J. A. E outros (2008), *Género e Pobreza. Impacto e determinantes da pobreza no feminino*. CIG.
- Romão, Maurício E.C., "Considerações sobre o conceito de pobreza". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, Out./Dez. 1982.
- Sen, Amartya K. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Stiglitz, J. e outros (2009), *Report by the Commission on the Measurement of economic performance and social progress*.
- Van Praag e outros (2006), *A multidimensional approach to subjective poverty*.

II. ASPECTOS DISTRIBUTIVOS E REDISTRIBUTIVOS DO RENDIMENTO





1. RENDIMENTO MONETÁRIO DISPONÍVEL POR ADULTO EQUIVALENTE

O **Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE)** é obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

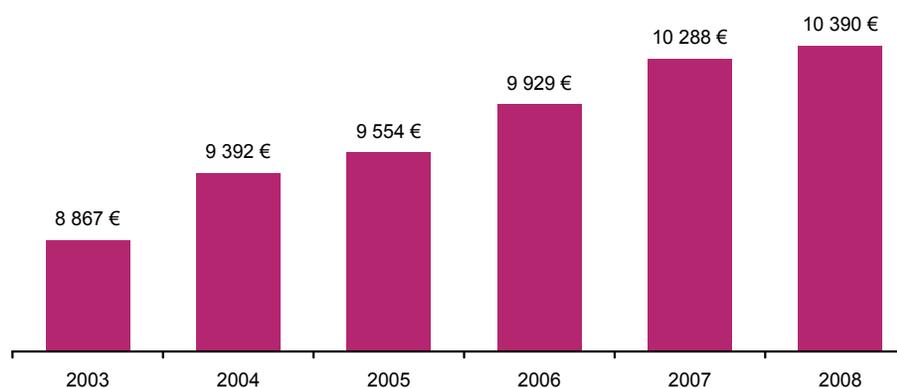
De forma a reflectir as diferenças na dimensão e composição das famílias, o indicador **Rendimento monetário disponível** é transformado em **Rendimento monetário disponível por adulto equivalente**.

Consideram-se **componentes principais do rendimento monetário disponível** os rendimentos de trabalho (por conta de outrem e por conta própria), os rendimentos de pensões (de velhice, sobrevivência, doença e invalidez), as outras transferências sociais (desemprego, educação, habitação e outros) e outros rendimentos líquidos (de capital, propriedade e transferências privadas).

Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

Em Portugal e em 2008, de acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2009, o rendimento monetário disponível por adulto equivalente correspondia, em média, a 10 390€ (cerca de 866€ por mês), reflectindo uma variação positiva de 1,0% face ao valor de 2007.

Figura 1.1 | Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente, Portugal 2003-2008

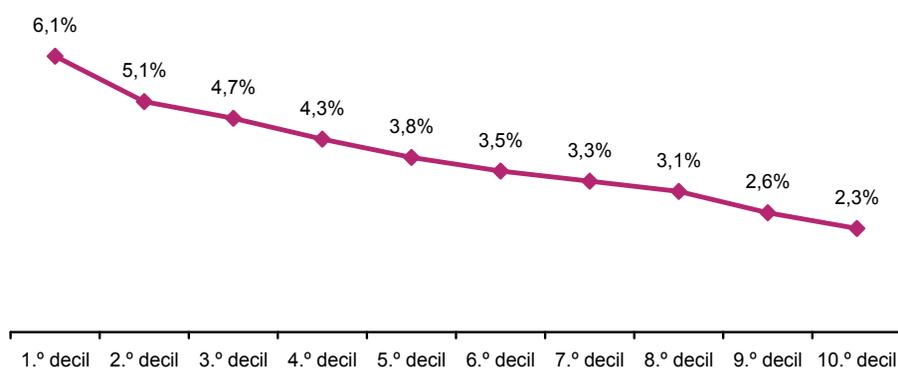


Valores a preços correntes.

Entre 2003 e 2008, a taxa de crescimento média anual do rendimento monetário por adulto equivalente foi de 3,2%, com um acréscimo monetário, no final daquele período, de 1 523€. Em termos reais⁹, a variação do rendimento monetário disponível por adulto equivalente foi menos significativa, tendo-se registado um crescimento médio anual de 0,6%, que se traduziu num aumento monetário real de 319€ no final do período.

Numa análise da distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente por decis, verificou-se que a taxa de crescimento anual do rendimento médio entre 2003 e 2008 diminuiu com o aumento do decil de rendimento.

Figura 1.2 | Taxa de variação média anual do rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decis, Portugal 2003-2008



Para os 10% de indivíduos com menores recursos, o rendimento cresceu de acordo com uma taxa média anual, 6,1%, próxima do dobro da taxa de crescimento médio para a população total, 3,2%, reduzindo-se a distância entre o rendimento médio deste grupo populacional – 2 117€ em 2003 e 2 843€ em 2008 – para o rendimento médio da população residente – de 23,9% para 27,4%.

Ao contrário, os rendimentos dos três decis mais elevados cresceram entre 2003 e 2008 de acordo com taxas anuais médias (3,1%, 2,6% e 2,3%, respectivamente para o 8.º, 9.º e 10.º decis) inferiores ao valor para a população total (3,2%). Estes decis correspondem às três classes de rendimento cujo valor médio é superior à média nacional, sendo que o rendimento monetário médio anual disponível por adulto equivalente dos restantes 70% da população não atingiram o rendimento médio da população no período em análise.

⁹ Preços de 2008.



Figura 1.3 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decil, Portugal 2003 e 2008

Ano de referência dos dados	Unidade: Euro	
	2003	2008
Total	8 867	10 390
1.º decil	2 117	2 843
2.º decil	3 619	4 636
3.º decil	4 548	5 725
4.º decil	5 477	6 745
5.º decil	6 439	7 777
6.º decil	7 419	8 832
7.º decil	8 700	10 246
8.º decil	10 467	12 192
9.º decil	13 849	15 769
10.º decil	25 997	29 101

Valores a preços correntes.

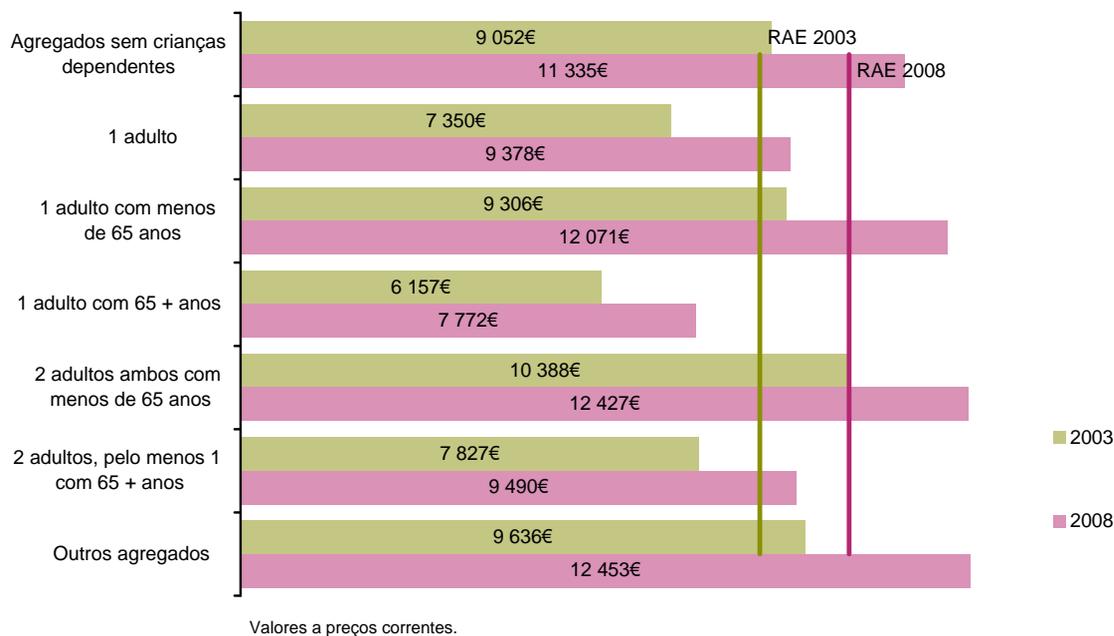
1.1. POR COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Em 2008, o rendimento monetário disponível médio anual por adulto equivalente do conjunto dos agregados familiares sem crianças dependentes¹⁰ era de 11 335€, mais elevado em 945€ que o registado para a média da população (10 390€). No mesmo período, o rendimento monetário disponível médio anual por adulto equivalente dos agregados familiares com crianças dependentes registava valores inferiores ao apurado para a média do total da população residente (menos 890€ por ano).

No primeiro grupo, relativo aos agregados familiares sem crianças dependentes, eram os agregados constituídos por um adulto a viver só que apresentavam valores mais baixos de rendimento monetário disponível (9 378€), e inferior à média total do rendimento monetário (por ano, 1 012€). A situação agravava-se quando o indivíduo era idoso, aumentando aquela diferença para 2 618€ (correspondendo a um rendimento médio anual de 7 772€). Os agregados compostos por dois adultos em que pelo menos um tinha 65 ou mais anos também apresentavam rendimentos inferiores à média registada para o total da população (ou seja, 9 490€ comparativamente a 10 390€). Por sua vez, os agregados com três ou mais adultos e sem crianças dependentes registavam o rendimento médio mais elevado, 12 453€, imediatamente seguidos pelos constituídos por dois adultos, ambos com menos de 65 anos (12 427€) e por um adulto com menos de 65 anos (12 071€).

¹⁰ São considerados "crianças dependentes" os indivíduos com menos de 18 anos, bem como todos os indivíduos entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes.

Figura 1.4 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por composição do agregado familiar (sem crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008



Entre 2003 e 2008, o rendimento monetário disponível médio anual por adulto equivalente dos agregados familiares sem crianças dependentes cresceu a um ritmo médio anual superior ao registado para o rendimento médio da população residente: 4,6%, ou seja, mais 1,4 p.p., traduzindo-se em mais 2 283€ no final do período. Esta evolução ocorreu em todos os tipos de agregados sem crianças dependentes, variando os crescimentos entre os 5,3% (nos agregados constituídos por um adulto com menos de 65 anos e nos agregados com três ou mais adultos) e os 3,6% (nos agregados com dois adultos ambos com menos de 65 anos).

Figura 1.5 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por composição do agregado familiar (com crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008





Em 2008, os agregados com apenas um adulto e uma ou mais crianças dependentes apresentavam o valor de rendimento mais reduzido no conjunto dos agregados com crianças dependentes, 7 275€, ou seja, menos 3 115€ por ano do que o valor auferido pela média dos indivíduos residentes em agregados familiares no território nacional. Por outro lado, os agregados constituídos por dois adultos e duas crianças registavam, em 2008, os valores de rendimento médio mais elevados no conjunto dos agregados com crianças dependentes (10 323€), embora inferior à média do rendimento do total da população residente.

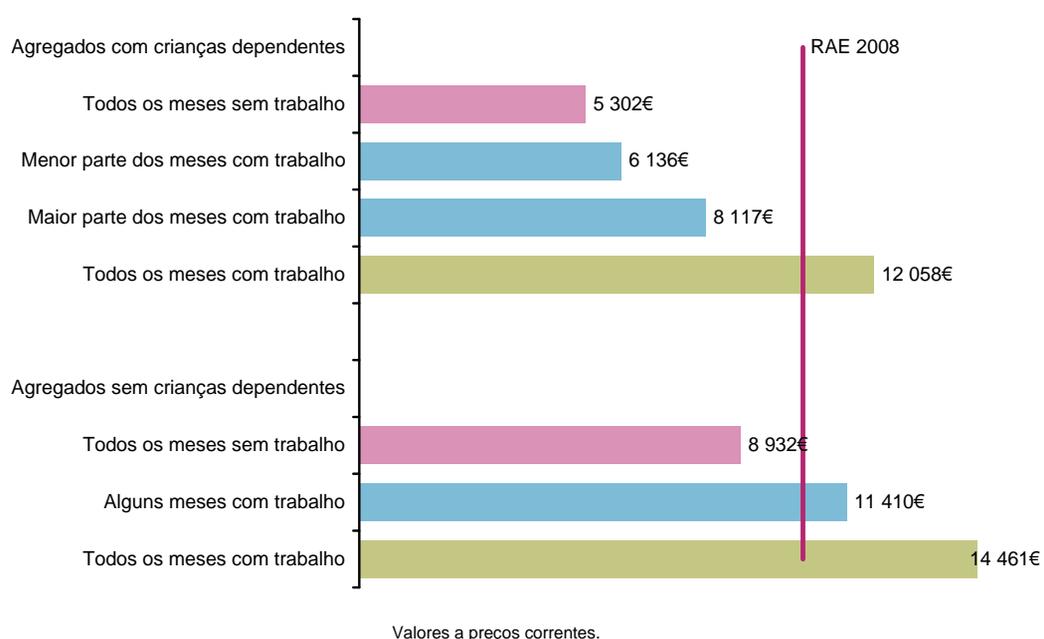
Entre 2003 e 2008, o rendimento médio dos agregados familiares com crianças dependentes cresceu menos 1,5 p.p. que o apurado para o total da população residente (ou seja, 1,7% comparativamente a 3,2%).

1.2. POR INTENSIDADE LABORAL

Em 2008, uma análise da intensidade laboral dos agregados permite concluir que a condição de não trabalho em todos os meses era relevante para a observação de um rendimento médio inferior à média nacional de 10 390€, mas também a existência de meses sem trabalho no caso dos agregados com crianças dependentes.

Os agregados em que todos os meses de 2008 foram meses de não trabalho registaram rendimentos médios por adulto equivalente de 8 932€ e 5 302€, respectivamente para agregados sem crianças dependentes e para agregados com crianças dependentes. No segundo grupo, o rendimento médio por adulto equivalente era inferior em quase 50% à média total do rendimento monetário disponível por adulto equivalente (menos 5 088€ por ano, ou seja, 424€ por mês).

Figura 1.6 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por intensidade laboral do agregado familiar, Portugal 2008



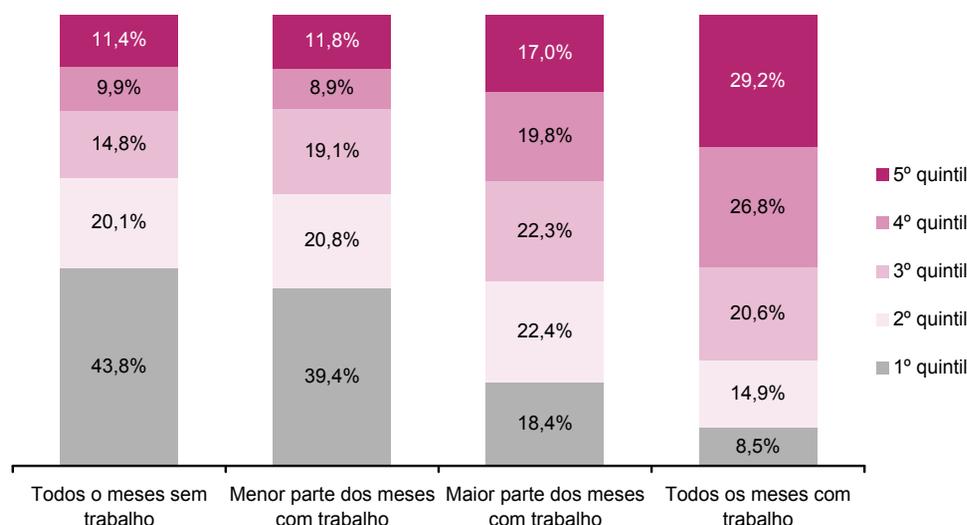
Os agregados com crianças dependentes em que a menor parte dos meses de 2008 correspondeu a meses de trabalho registaram rendimentos médios por adulto equivalente de 6 136€. Ainda que a maior parte dos meses de 2008 tenha correspondido a meses de trabalho, a existência de crianças dependentes reflectia-se num rendimento de 8 117€, inferior à média.

Nos agregados familiares sem crianças dependentes em que todos os indivíduos não dependentes trabalharam durante todos os meses de 2008, a média do rendimento monetário disponível por adulto equivalente era significativamente superior ao registado para o total da população residente (14 461€, ou seja, mais 4 071€ no ano em relação à média nacional).

Também em 2008, no conjunto dos agregados com crianças dependentes, apenas aqueles em que todos os indivíduos não dependentes trabalharam todos os meses registaram rendimento médio anual superior ao verificado para o total da população residente (mais 1 668€ no ano).

Em 2008, a distribuição da população por nível de rendimento era semelhante para os indivíduos não dependentes em que existia uma situação de não trabalho, fosse na totalidade dos meses ou na sua maior parte, com uma concentração dos indivíduos nos dois quintis de rendimentos mais baixos. Assim, aproximadamente 40% dos indivíduos em agregados naquelas condições pertenciam aos 20% da população com menores rendimentos, e cerca de 20% encontravam-se no 2.º quintil de rendimento.

Figura 1.7 | Distribuição dos indivíduos por intensidade laboral do agregado familiar e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008



Os indivíduos em que a maior parte do ano correspondia a meses com trabalho, mas não a sua totalidade, distribuíam-se de modo relativamente homogéneo por toda a população, à excepção do último quintil ao qual pertenciam apenas 17,0% dos indivíduos com um grau de intensidade laboral superior a 50% mas inferior ao número total de meses.

No mesmo período, os indivíduos em que todos os meses corresponderam a meses com trabalho caracterizavam-se maioritariamente pela pertença ao 4º e 5º quintis do rendimento, respectivamente com 26,8% e 29,2%.



Entre 2003 e 2008, os agregados sem crianças dependentes em que todos os indivíduos não dependentes trabalharam todos os meses durante o ano de referência registaram um aumento monetário no final daquele período de cerca de 3 277€, correspondente a um crescimento médio anual de 5,3%. O crescimento médio anual do rendimento por adulto equivalente nos agregados em que todos os indivíduos não dependentes não trabalharam qualquer mês foi de 2,5% (i.e. 0,7 p.p. inferior à verificada para o total dos agregados familiares residentes em Portugal, 3,2%). No mesmo período, a variação média anual do rendimento dos agregados em que os indivíduos não dependentes estiveram em trabalho alguns meses foi de 3,9%.

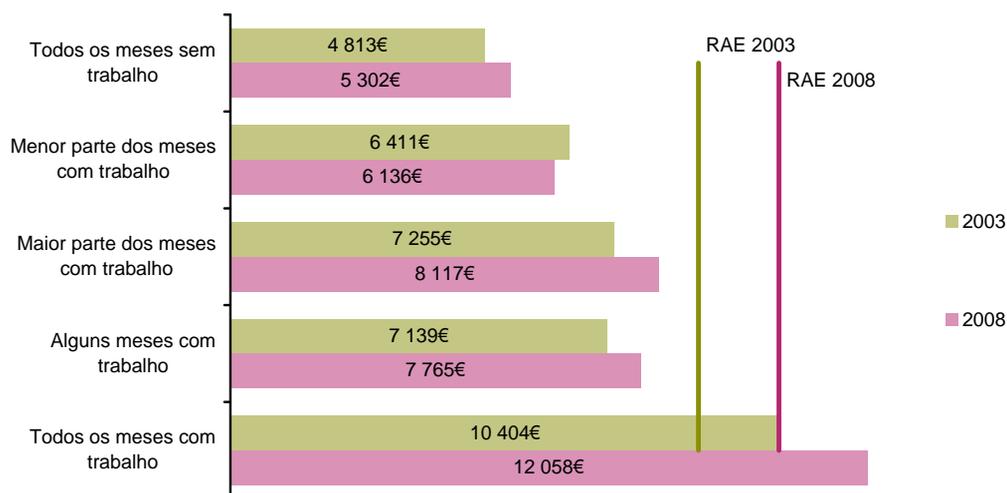
Figura 1.8 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por intensidade laboral do agregado familiar (sem crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008



Valores a preços correntes.

Ainda entre 2003 e 2008, e para os agregados com crianças dependentes, a taxa de crescimento média anual do rendimento dos agregados em que todos os meses corresponderam a meses de não trabalho foi de 2,0%. No caso dos agregados com crianças dependentes e alguns meses de trabalho, a taxa de crescimento médio anual entre 2003 e 2008 foi de 1,7%, sendo de 3,0% quando todos os meses para todos os indivíduos não dependentes correspondiam a meses com trabalho.

Figura 1.9 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por intensidade laboral do agregado familiar (com crianças dependentes), Portugal 2003 e 2008

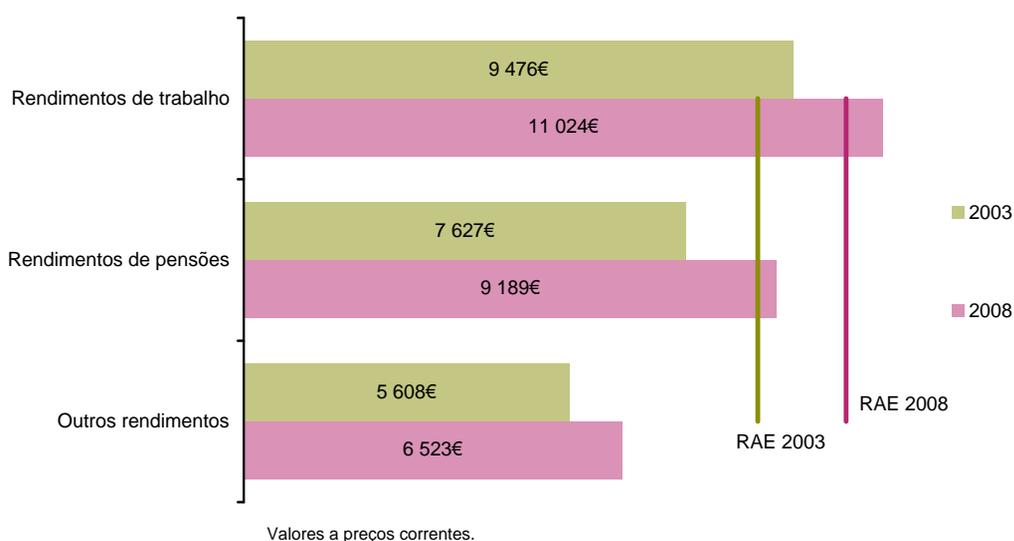


Valores a preços correntes.

1.3. POR PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO

Em 2008, os indivíduos que pertenciam a agregados familiares cuja principal fonte de rendimento provinha do trabalho registaram um rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente de 11 024€, superior ao rendimento médio apurado para o total da população em mais 634€ por ano.

Figura 1.10 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por principal fonte de rendimento do agregado familiar, Portugal 2003 e 2008



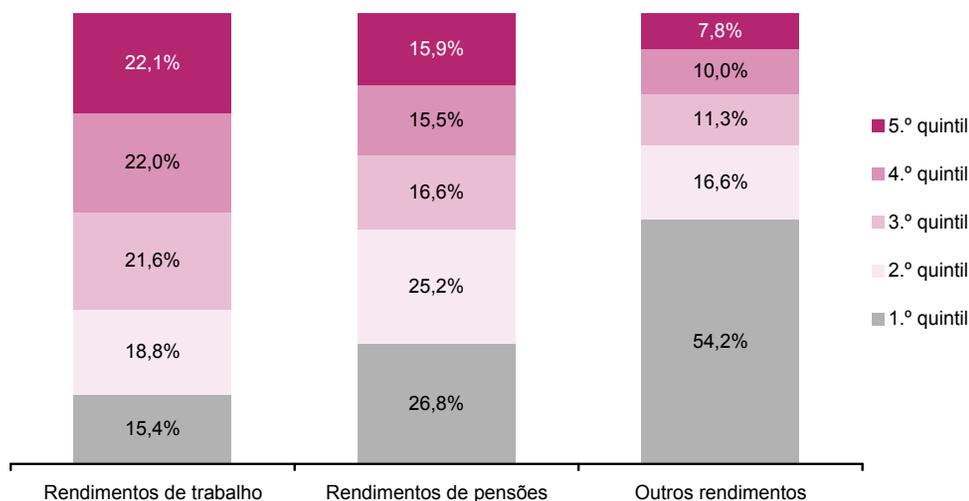
Os indivíduos em agregados cuja principal fonte de rendimento derivava de outros rendimentos (transferências sociais, excluídas as pensões, e outros rendimentos privados) registavam o valor mais baixo de rendimento monetário por adulto equivalente (6 523€), inferior em 3 867€ relativamente ao rendimento médio do total dos agregados familiares residentes em Portugal (i.e., menos 322€ por mês).

Situação idêntica verificava-se já em 2003, sendo que o rendimento monetário médio era mais elevado para os indivíduos em cujos agregados a principal fonte de rendimento provinha do trabalho, com 9 476€, e mais baixo naqueles cuja principal fonte de rendimento derivava de outros rendimentos, com 5 608€.

Entre 2003 e 2008, o rendimento dos indivíduos em agregados cuja principal fonte de rendimento provinha de pensões, embora inferior ao rendimento médio auferido pela população em geral, registou um crescimento médio anual de 3,8%, traduzindo-se num aumento monetário anual de mais 1 562€. Por sua vez, o rendimento monetário dos indivíduos pertencentes a agregados cuja principal fonte de rendimento era o trabalho aumentou a uma média anual de 3,1%, ligeiramente inferior à taxa de crescimento do rendimento médio do total dos agregados (i.e., menos 0,1 p.p.).



Figura 1.11 | Distribuição dos indivíduos por principal fonte de rendimento do agregado familiar e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008



Em 2008, 54,2% dos indivíduos que pertenciam a agregados cuja principal fonte de rendimento eram outros rendimentos pertenciam aos 20% da população com menores recursos. Embora com peso menos expressivo, também os agregados que auferiam sobretudo rendimentos provenientes de pensões pertenciam maioritariamente aos grupos populacionais com menores recursos: cerca de 52% dos agregados em que as pensões eram a principal fonte de rendimento incluíam-se nos 40% da população mais pobre (26,8% e 25,2%, respectivamente, para o 1.º e 2.º quintil).

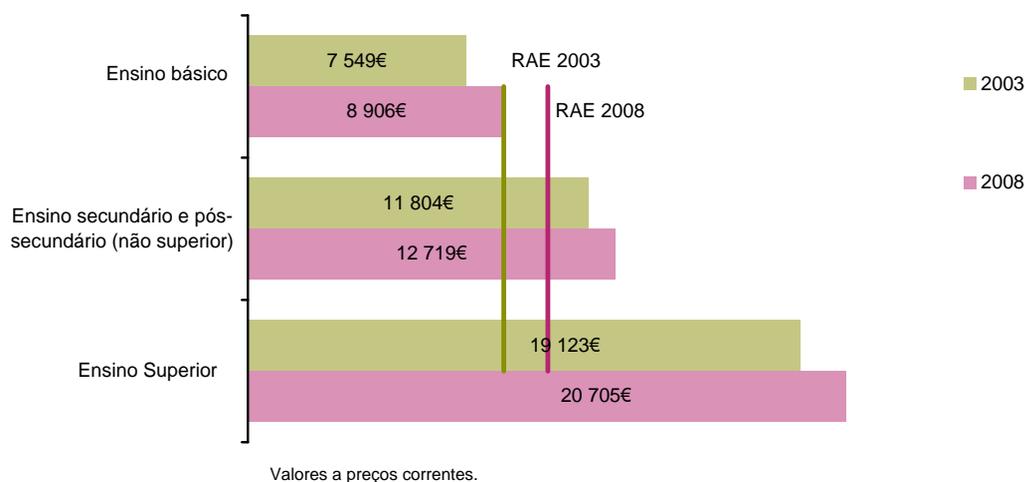
No mesmo ano, a distribuição por níveis de rendimento dos indivíduos em agregados cuja maior parte do rendimento provinha do trabalho era semelhante, à exceção do 1.º quintil (15,4%).

1.4. POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO¹¹

Em 2008, o rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente dos indivíduos que completaram o ensino superior era duas vezes superior ao rendimento médio para o total da população residente, correspondendo a mais 10 315€ por ano (ou seja, mais 860€ por mês).

¹¹ Para efeitos deste indicador são considerados os indivíduos com 18 e mais anos.

Figura 1.12 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por nível de escolaridade completo, Portugal 2003 e 2008



A conclusão do ensino secundário proporcionava, em média, um rendimento monetário disponível por adulto equivalente superior ao registado para a média em cerca de 2 329€ por ano.

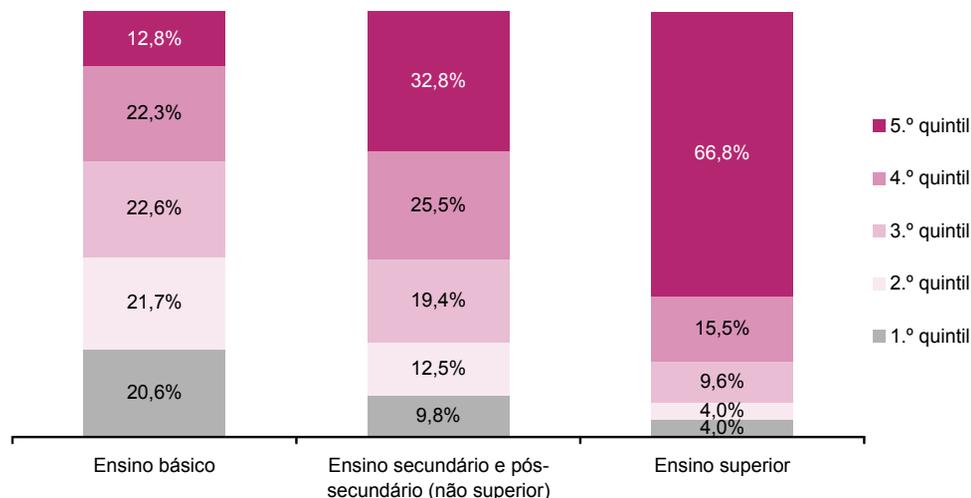
Nos casos em que os indivíduos não dispunham de habilitação académica ao nível do ensino secundário, o rendimento monetário disponível por adulto equivalente era de 8 906€, inferior em 1 484€ por ano à média apurada para o total da população residente.

Entre 2003 e 2008, a evolução do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, tendo em atenção o nível de escolaridade concluído pelos indivíduos, foi positiva em todos os níveis, embora apenas superior à média apurada para o total da população residente no caso dos indivíduos que não concluíram o ensino secundário: 3,4%, revelando um aumento monetário, entre o início e o fim do período em análise, de mais 1 357€ por ano. Por sua vez, o rendimento monetário médio dos indivíduos que completaram o ensino superior ou o ensino secundário apresentou um crescimento mais moderado (ou seja, 1,6% e 1,5%, respectivamente).

Em 2008, aproximadamente 67% dos indivíduos que concluíram o ensino superior pertenciam aos 20% da população com maiores recursos e cerca de 25% aos dois níveis de rendimento imediatamente abaixo (i.e., 4.º e 3.º quintis).



Figura 1.13 | Distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade completo e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008



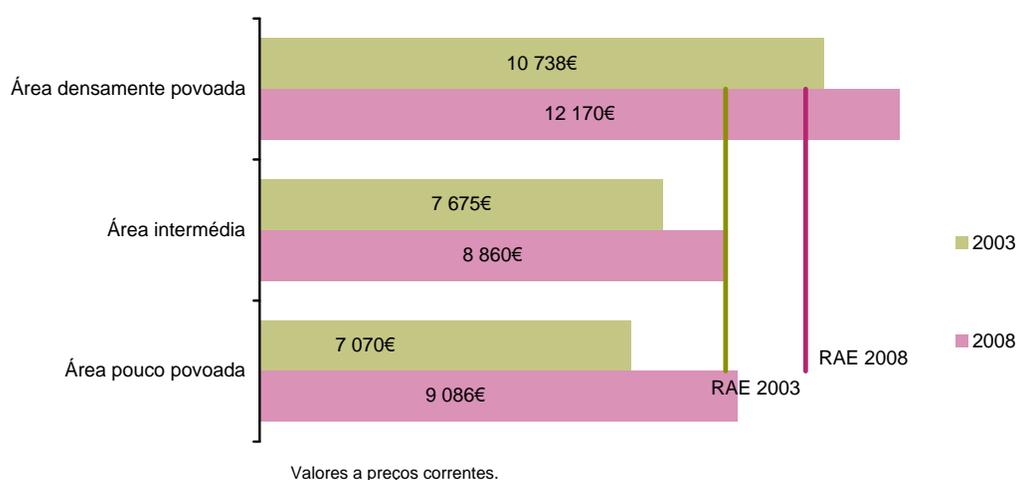
Os indivíduos que concluíram o ensino secundário ou pós-secundário (não superior) incluíam-se maioritariamente, cerca de 58%, nos dois níveis de rendimento mais elevados (32,8% no 5.º quintil e 25,5% no 4.º quintil), observando-se uma importância decrescente daquela população nos quintis com níveis de rendimento inferiores.

A distribuição por níveis de rendimento dos indivíduos que tinham completado o ensino básico era relativamente homogénea, na ordem dos 22%, exceptuando o 5.º quintil com apenas 12,8% daquela população.

1.5. POR GRAU DE URBANIZAÇÃO

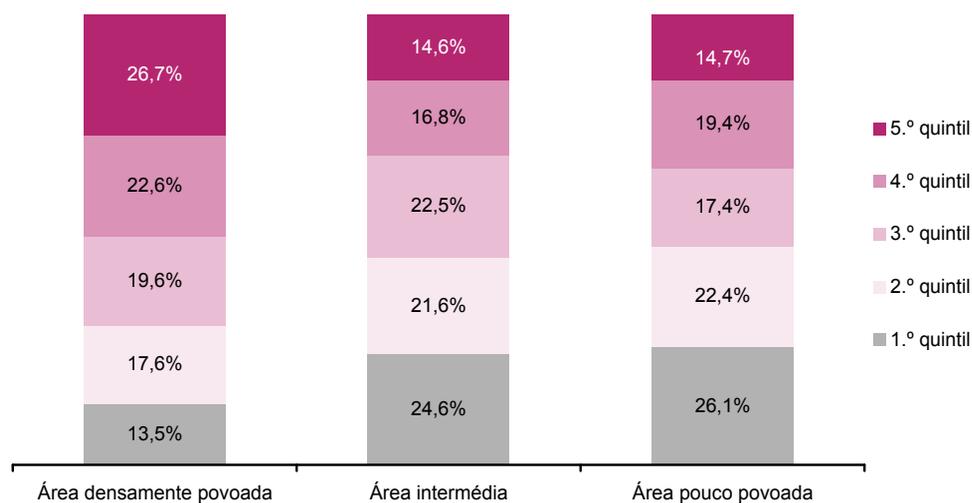
Em 2008, o rendimento monetário disponível médio dos indivíduos cujos agregados residiam em áreas densamente povoadas era superior ao rendimento médio auferido pelo total da população residente (em mais 1 780€), tal não ocorrendo quando a área de residência era intermédia ou pouco povoada.

Figura 1.14 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por grau de urbanização, Portugal 2003 e 2008



Nesse ano, observava-se uma associação entre a predominância dos dois quintis de rendimento mais elevados nas zonas densamente povoadas (49,4%), enquanto que o 1º e 2º quintis registavam predominância nas zonas intermédias e, sobretudo, nas áreas pouco povoadas, respectivamente com 46,1% e 48,6%.

Figura 1.15 | Distribuição dos indivíduos por grau de urbanização e quintis do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, Portugal 2008



A diferença de rendimentos, conforme o grau de urbanização, era contudo mais acentuada em 2003. Entre 2003 e 2008, o rendimento monetário dos indivíduos pertencentes a agregados residentes em áreas pouco povoadas registou taxas de crescimento médias anuais superiores à registada para o total da população (5,1%, ou seja, mais 1,9 p.p.). Para o mesmo período o crescimento médio anual do rendimento dos agregados que viviam em áreas intermédias ou densamente povoadas foi inferior ao verificado para a média do total da população (menos 0,3 e 0,7 p.p., respectivamente).



2. DESIGUALDADES DO RENDIMENTO POR ADULTO EQUIVALENTE

No âmbito do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento têm sido utilizados dois tipos de medidas de desigualdade na distribuição do rendimento monetário disponível por adulto equivalente:

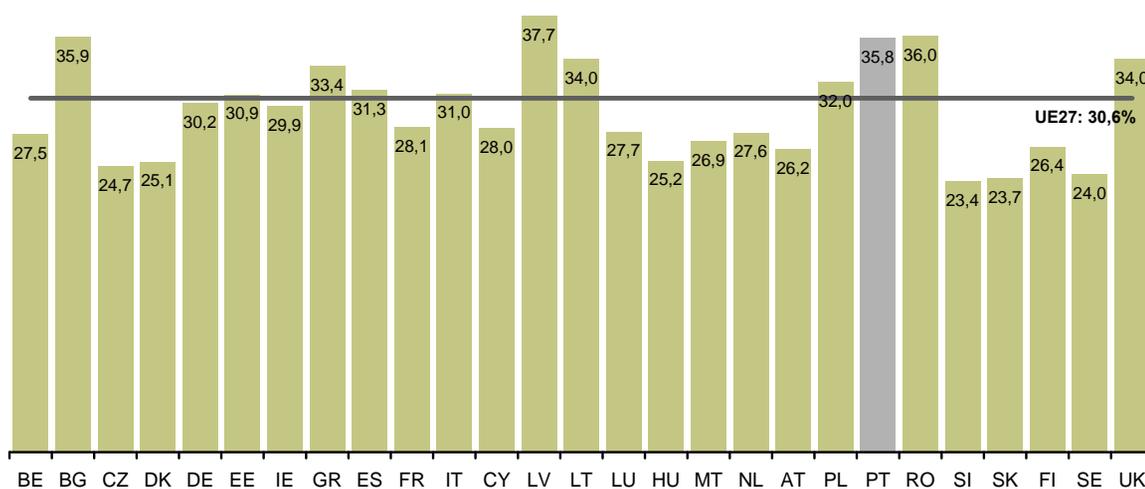
- O **Coefficiente de Gini**, que corresponde à média normalizada das diferenças absolutas entre o rendimento de qualquer par de indivíduos de uma população, sintetizando num único valor a assimetria da distribuição dos rendimentos desses indivíduos – assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

- Os indicadores de desigualdade, que relacionam o total do rendimento disponível auferido pelos indivíduos com rendimentos superiores a um determinado quantil da distribuição dos rendimentos e o total do rendimento disponível auferido pelos indivíduos com rendimentos inferiores ao quantil simétrico da mesma distribuição do rendimento. Utilizam-se normalmente indicadores baseados nos quintis da distribuição, que correspondem a partições de 20%, no **indicador de desigualdade S80/S20**, e baseados em decis, partições de 10%, no **indicador de desigualdade S90/S10**.

Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

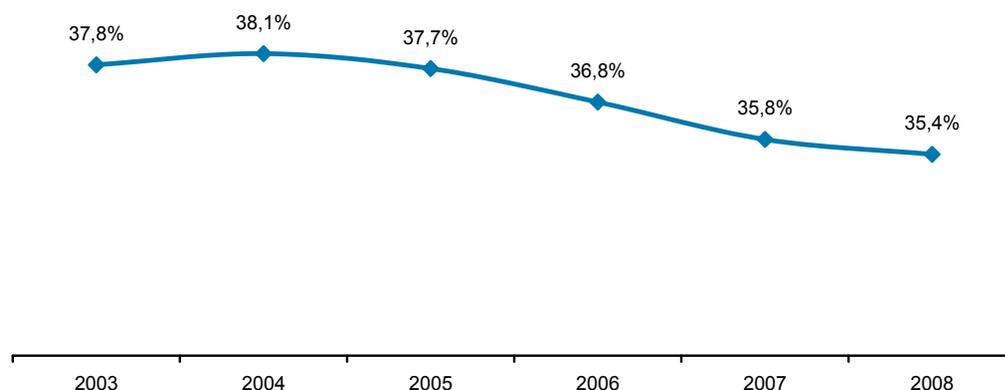
Portugal é um dos países da União Europeia que se caracteriza por uma elevada assimetria na distribuição dos rendimentos dos agregados familiares. Em 2007, último ano com dados disponíveis para o conjunto dos Estados-Membros, o coeficiente de Gini nacional, calculado com base no rendimento disponível por adulto equivalente, correspondia a 35,8%, mais 5,2 p.p. do que o coeficiente para o conjunto dos 27 países (30,6%). Em 2007, apenas três Estados-Membros – a Bulgária, a Letónia e a Roménia – registavam níveis de desigualdade superiores ao valor estimado para Portugal.

Figura 2.1 | Coeficiente de Gini (%) 2007, EU-SILC 2008



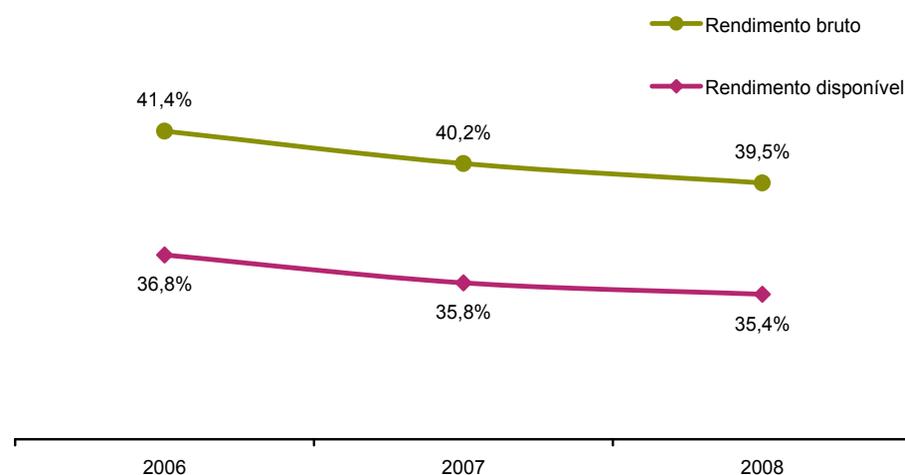
Todavia, esta assimetria nacional tem vindo a reduzir-se progressivamente desde 2004, ano em que o coeficiente de Gini era de 38,1%. O coeficiente de Gini em 2008 correspondia a 35,4%, registando-se uma redução global de -2,7 p.p. face a 2004.

Figura 2.2 | Coeficiente de Gini, Portugal 2003-2008



Entre 2006 e 2008, o coeficiente de Gini, relativo à distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente, quando comparado com o coeficiente de Gini calculado com base na distribuição dos rendimentos brutos (i.e., antes de deduzidos os impostos ao património e rendimento e as contribuições sociais pagas pelos particulares), evidenciava uma variação ligeiramente superior (menos 4,6% de desigualdade no rendimento disponível face a menos 3,9% de desigualdade no coeficiente relativo ao rendimento bruto).

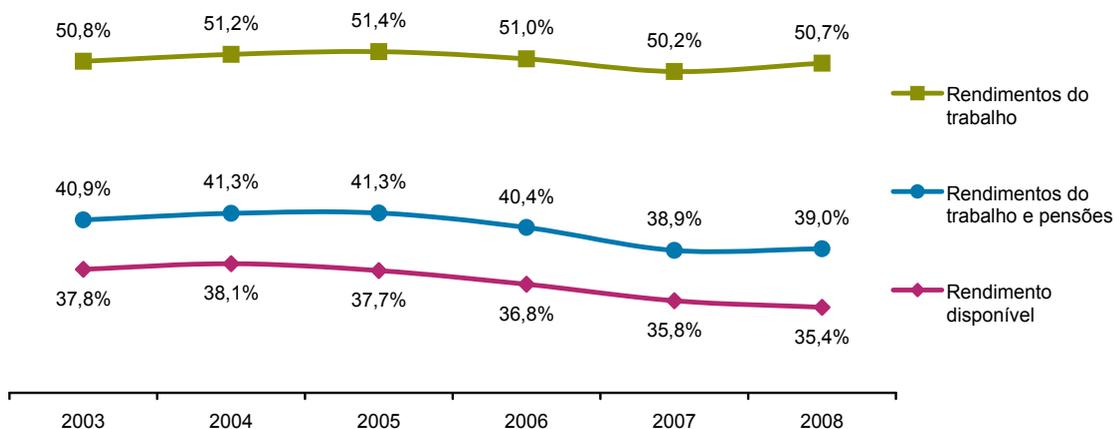
Figura 2.3 | Efeito dos impostos e contribuições sociais pagos pelas famílias sobre a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, Portugal 2006-2008



Observava-se que em 2006, a dedução dos impostos e contribuições sociais reflectia-se numa distância de 4,6 p.p. entre a desigualdade da distribuição do rendimento bruto e a desigualdade da distribuição do rendimento líquido, enquanto que em 2008 essa distância se encontrava reduzida a 4,1 p.p.



Figura 2.4 | Efeito das pensões e das transferências sociais sobre a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, Portugal 2003-2008



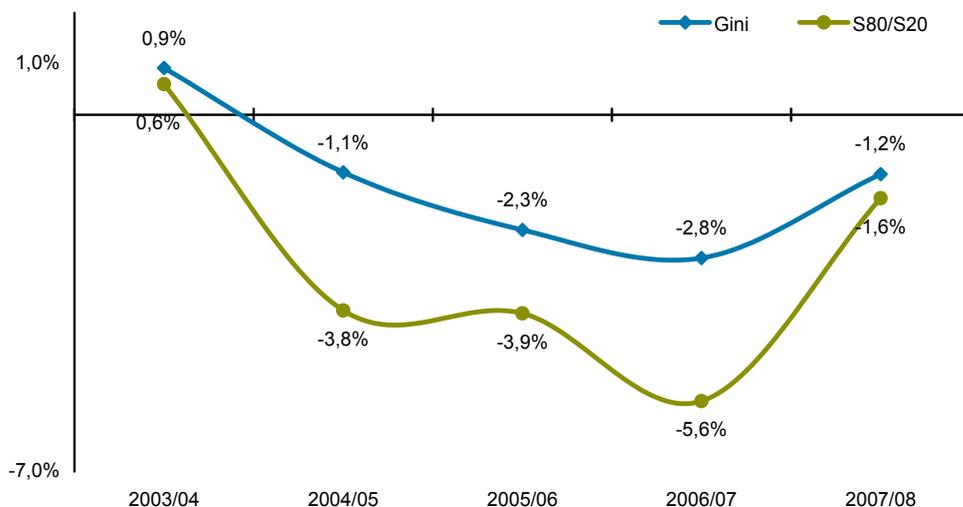
Por outro lado, o coeficiente de Gini associado à distribuição dos rendimentos do trabalho registava entre 2003 e 2007 valores da ordem de 51%. Tomando como referência este indicador, o contributo dos rendimentos de pensões na redução da desigualdade correspondia a cerca de 10 p.p. entre 2003 e 2005, registando-se um impacto crescente a partir de 2006 (10,6 p.p. em 2006, 11,2 p.p. em 2007 e 11,6 p.p. em 2008). O contributo das transferências sociais em sentido estrito entre 2003 e 2008 foi, em média, de 3,5 p.p.

Figura 2.5 | Indicadores de desigualdade do rendimento, Portugal 2003-2008

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Coeficiente de Gini (%)	37,8	38,1	37,7	36,8	35,8	35,4
S80/S20	7,0	7,0	6,7	6,5	6,1	6,0
S90/S10	12,3	12,2	11,9	10,8	10,0	10,3

O indicador de desigualdade S80/S20 corroborava entre 2004 e 2008 a evolução registada pelo coeficiente de Gini, ou seja, no mesmo sentido, ainda que sujeita a variações maiores por se tratar de um indicador que utiliza apenas os valores das abas da distribuição. O coeficiente de Gini registou uma redução de 38,1% em 2004 para 35,4% em 2008, com taxas de variação negativas nos anos intermédios de 1%, 2%, 3% e 1%. O indicador de desigualdade S80/S20 registou uma redução de 7,0 para 6,0, com taxas de variação negativas nos anos intermédios de 4%, 6% e 2%. A evolução do indicador S80/S20 entre 2004 e 2008 traduzia ainda uma quebra de cerca de 10% na distância entre os rendimentos auferidos pelos 20% de indivíduos com maiores rendimentos e os rendimentos dos 20% de indivíduos com menores rendimentos.

Figura 2.6 | Taxa de variação média dos indicadores de desigualdade na distribuição do rendimento, Portugal 2003-2008



Neste sentido, observava-se ainda que, entre 2005 e 2008, a taxa de crescimento do rendimento disponível médio dos 20% de indivíduos com menores rendimentos foi substancialmente mais elevada, 5,0% por ano (de 3 228€ para 3 741€), do que a registada para os 20% de indivíduos com maiores rendimentos, 1,1% por ano (de 21 693€ para 22 428€).

A comparação entre o rendimento médio disponível dos dois grupos entre 2003 e 2008 registava taxas anuais médias de crescimento de 5,5% para os indivíduos com menores rendimentos (2 868€ face a 3 741€), e 2,4% para os indivíduos com maiores rendimentos (19 921€ face a 22 428€).

Figura 2.7 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por quintis, Portugal 2003 - 2008

Unidade: Euro

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
1.º quintil	2 868	3 093	3 228	3 412	3 668	3 741
2.º quintil	5 013	5 301	5 483	5 709	6 019	6 236
3.º quintil	6 928	7 243	7 339	7 642	8 197	8 304
4.º quintil	9 582	9 859	10 008	10 832	11 198	11 217
5.º quintil	19 921	21 451	21 693	22 035	22 317	22 428

Valores a preços correntes.

A taxa anual média de crescimento da distância entre o rendimento disponível médio dos dois grupos era, entre 2003 e 2008, de 1,8%, e entre 2005 e 2008, de 0,4%, consubstanciando uma tendência de redução das desigualdades por referência aos quintis do rendimento disponível por adulto equivalente.



Retomando a Figura 2.5, o indicador S90/S10 registava nos dois primeiros anos da série, 2003 e 2004, um comportamento estável. Em 2003, restringindo a análise da desigualdade à distância entre os 10% de indivíduos com maiores rendimentos e os 10% de indivíduos com menores rendimentos, observava-se que os primeiros obtinham rendimentos 12,3 vezes superiores aos segundos, enquanto que em 2004 e 2005 esta distância correspondia a 11,9. O rendimento médio dos 10% de indivíduos com maiores rendimentos era em 2003 de 25 997€, registando uma diferença de 23 881€ para o rendimento médio de 2 117€ dos 10% de indivíduos com menores rendimentos. Em 2004 e em 2005, esta diferença reduziu-se em cerca de 10% para um valor aproximado de 26 mil euros.

À semelhança do registado para o coeficiente de Gini e para o indicador S80/S20, os valores apurados para o indicador S90/S10 entre 2005 e 2007 indicavam uma melhoria relativa na distância entre os 10% de indivíduos com maiores rendimentos e os 10% com menores rendimentos, com 11,9 em 2005, 10,8 em 2006 e 10,0 em 2007.

Em 2008, o rendimento médio dos 10% população com maiores rendimentos era de 29 101€ e o rendimento médio dos 10% de indivíduos com menores rendimentos era de 2 843€, resultando numa diferença de 26 258€, superior à verificada nos dois anos anteriores. O valor do indicador S90/S10 correspondia a 10,3.

Figura 2.8 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decis, Portugal 2003 - 2008

Ano de referência dos dados	Unidade: Euro					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
10% da população com menores rendimentos	2 117	2 340	2 420	2 637	2 890	2 843
10% da população com maiores rendimentos	25 997	28 426	28 602	28 412	28 888	29 101

Valores a preços correntes.

3. RISCO DE POBREZA

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

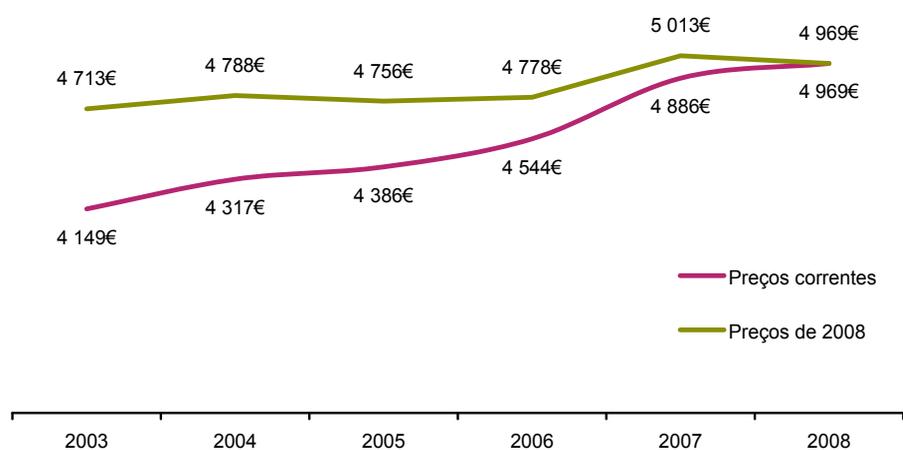
Taxa de intensidade da pobreza (Relative at risk of poverty gap): corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

3.1. LINHA DE POBREZA RELATIVA

Em 2008 a linha de pobreza relativa, ou seja, o limiar de rendimento disponível por adulto equivalente abaixo do qual se considera que um indivíduo está em situação de risco de pobreza monetária (60% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente), foi de 4 969€ por ano (ou seja, 414€ por mês).

Figura 3.1 - Linha de pobreza relativa, Portugal 2003-2008



Entre 2003 e 2008, aquele limiar cresceu a um ritmo médio anual de 3,7% (traduzindo-se em mais 820€ no final daquele período).

Em termos de evolução real¹² o limiar de pobreza cresceu a uma média anual de 1,1%, registando um aumento positivo de 256€ entre 2003 e 2008.

¹² Preços de 2008.



3.2. TAXA DE RISCO DE POBREZA, ANTES E DEPOIS DE TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

Em Portugal e em 2008, 17,9% da população residente encontrava-se em situação de risco de pobreza, ou seja, o seu rendimento anual era inferior ao limiar de pobreza (i.e., 4 969€).

Figura 3.2 | Taxa de risco de pobreza, Portugal 2003-2008

Ano de referência dos dados	Unidade: %					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9
Após transferências relativas a pensões	26,5	25,7	25,1	24,2	24,9	24,3
Antes de qualquer transferência social	41,3	40,8	40,2	40,0	41,5	41,5

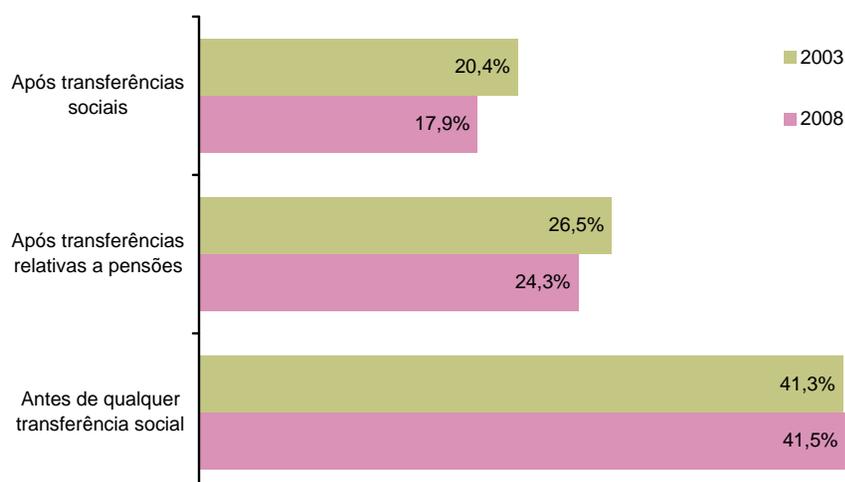
Em 2003, primeiro ano do período em análise, o risco de pobreza atingia 20,4% dos indivíduos, observando-se reduções da ordem do ponto percentual em 2004 e em 2005 e de ½ p.p. entre 2005 e 2008.

Considerando apenas os rendimentos de trabalho e os outros rendimentos privados, em 2008 cerca de 41,5% dos indivíduos estariam em risco de pobreza, situação que se desagravava para 24,3% com a inclusão dos rendimentos provenientes de pensões (-17,2 p.p.).

A taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais (em sentido lato, i.e., incluindo as transferências sociais propriamente ditas e também as pensões) registava valores da ordem dos 40-41% ao longo da série disponível, verificando-se todavia um impacto crescente do valor das pensões na redução do risco de pobreza: entre 14,8 e 15,1 p.p. em 2003-2005, 15,8 p.p. em 2006, e 17,2 p.p. em 2008.

Também as outras transferências sociais em sentido estrito (i.e., excluídas as pensões) contribuem para a redução do risco de pobreza, sendo que o seu impacto em 2008 correspondia a uma redução de 6,5 p.p. no valor da taxa de risco de pobreza. Em média, o contributo em termos de pontos percentuais foi de 6,3 ao longo de 2003-2008, não se observando um padrão de evolução específico, naturalmente dependente das medidas concretas adoptadas no contexto da protecção social nos últimos anos.

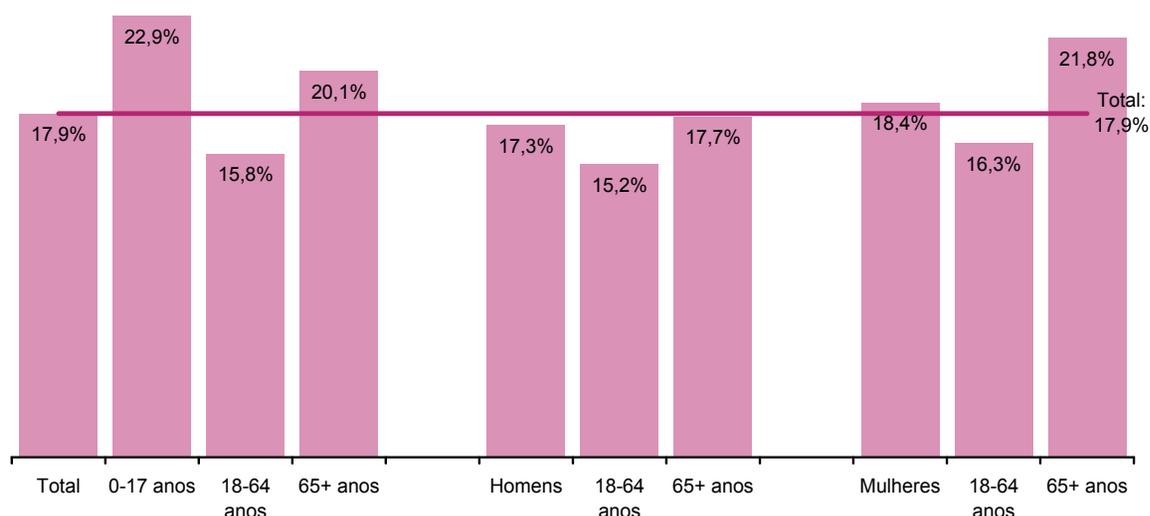
Figura 3.3 | Taxa de risco de pobreza, Portugal 2003 e 2008



3.3. TAXA DE RISCO DE POBREZA POR SEXO E GRUPO ETÁRIO

Os indivíduos com menos de 18 anos e aqueles com 65 ou mais anos apresentavam, em 2008, os riscos de pobreza mais elevados, 22,9% e 20,1%, respectivamente, sendo superiores à taxa de risco de pobreza global (17,9%). O risco de pobreza dos indivíduos em idade adulta era mais baixo (15,8%), e inferior à taxa de pobreza para o total da população (em 2,1 p.p.).

Figura 3.4 | Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, por sexo e grupo etário do indivíduo, Portugal 2008



Independentemente da idade, o risco de pobreza era mais elevado para as mulheres (18,4%) do que para os homens (17,3%), sendo que esta diferença aumentava a partir dos 65 anos: em 2008 estavam em risco de pobreza 21,8% das mulheres idosas, com um risco superior em 4,1 p.p. à dos homens no mesmo grupo etário.

O risco de pobreza nas mulheres aumentava de forma relevante com a idade: em 2008, enquanto que na idade adulta a taxa de risco de pobreza das mulheres era de 16,3%, este indicador registava um valor de 21,8% nas mulheres com 65 ou mais anos.

Entre 2003 e 2008 verificou-se uma redução global do risco de pobreza para os residentes no país (20,4% em 2003 e 17,9% em 2008). Em 2008, o risco de pobreza nos homens (17,3%) era inferior em 1,9 p.p quando comparado com o valor de 2003 (19,2%). Para as mulheres observou-se uma redução mais evidente, com menos 3,2 p.p., entre uma taxa de risco de pobreza de 21,6% em 2003 e de 18,4% em 2008.



Figura 3.5 | Taxa de risco de pobreza por sexo, Portugal 2003-2008



Por outro lado, entre 2003 e 2008 verificou-se se uma diminuição relevante do risco de pobreza dos idosos em cerca de 8,9 p.p. (28,9% em 2003 e 20,1% em 2008). A redução da taxa de risco pobreza das crianças e jovens e a redução da taxa de risco de pobreza nos adultos foram, respectivamente, de menos 1,7 e 1,2 p.p.

Figura 3.6 | Taxa de risco de pobreza por grupo etário, Portugal 2003-2008

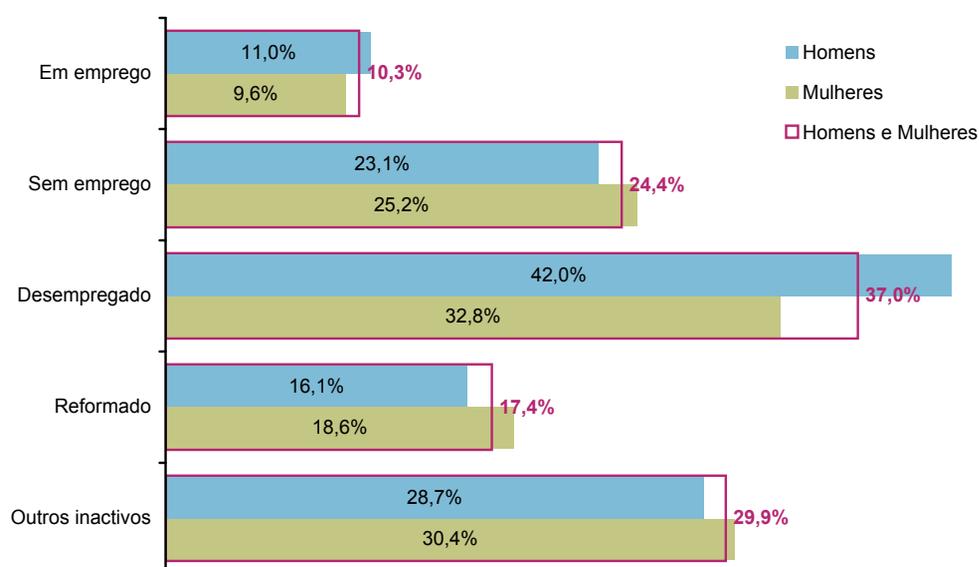


3.4. TAXA DE RISCO DE POBREZA SEGUNDO A CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

O risco de pobreza em 2008 variava significativamente conforme os indivíduos estivessem, ou não, em situação de emprego: para os indivíduos em emprego a taxa de risco de pobreza era de 10,3%, 14 p.p. abaixo da verificada em situação de sem emprego (24,4%).

Em situação de emprego, e por sexo, não se registavam diferenças muito significativas no risco de pobreza, pese embora este ser mais acentuado para os homens: em 2008 a taxa de risco de pobreza das mulheres em situação de emprego era de 9,6%, inferior em cerca de 1,3 p.p. relativamente à dos homens (11,0%).

Figura 3.7 | Taxa de risco de pobreza após transferências sociais segundo a condição perante o trabalho, Portugal 2008



Em 2008, 37% dos indivíduos em desemprego encontravam-se em risco de pobreza, sendo este significativamente superior para os homens (42,0%, comparativamente a 32,8% para as mulheres). Para os indivíduos em situação de reforma o risco de pobreza descia consideravelmente para 17,4%, sendo registadas taxas de 16,1% para os homens e 18,6% para as mulheres. Em outra situação de inactividade o risco de pobreza afectava 29,9% dos indivíduos naquelas condições, atingindo mais as mulheres (30,4%, comparativamente a 28,7% para os homens).

3.5. TAXA DE RISCO DE POBREZA POR COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Em 2008, o risco de pobreza médio dos agregados sem crianças dependentes era inferior em 3 p.p. ao verificado para o total da população residente (14,9%, comparativamente a 17,9%).

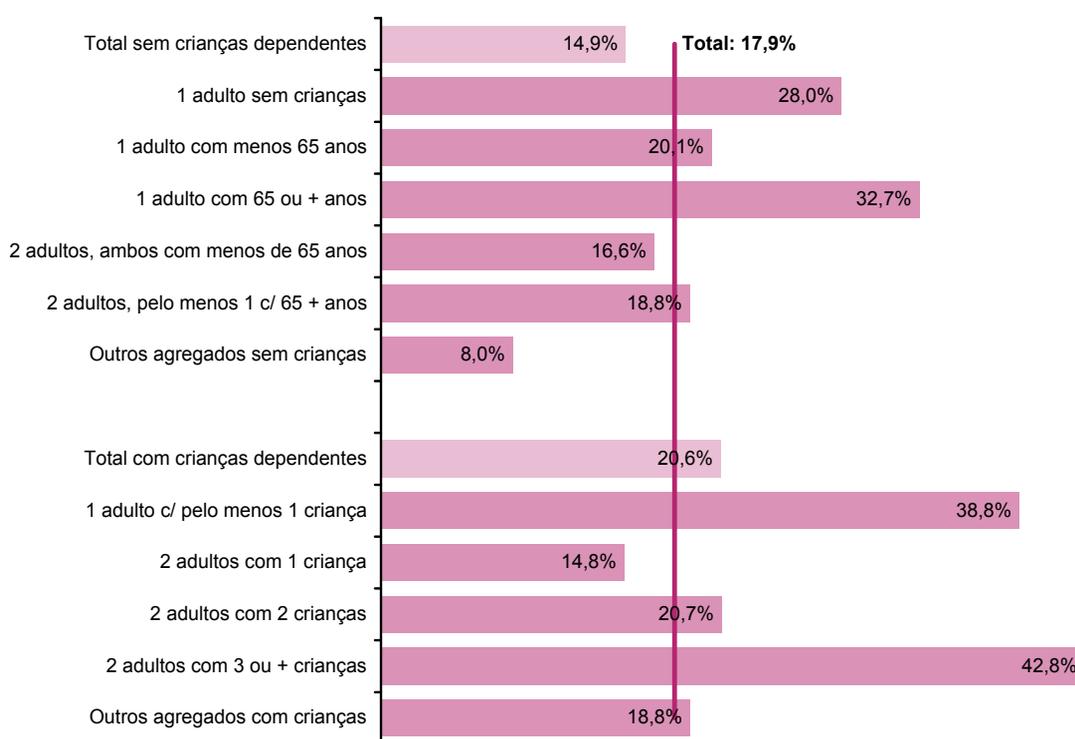
Contudo, os agregados compostos apenas por um adulto apresentavam um risco de pobreza significativo, que se acentuava claramente caso o indivíduo tivesse 65 ou mais anos (28,0%



e 32,7%, respectivamente). Em agregados constituídos por dois adultos sem crianças dependentes, o risco de pobreza era inferior, embora ainda com valores expressivos se pelo menos um deles fosse idoso (18,8%). Os agregados compostos por três ou mais adultos apresentam a taxa de risco de pobreza mais baixa, 8,0%.

Em agregados com crianças dependentes o risco de pobreza era, em regra, significativo, sendo que em 2008 a respectiva taxa, para o conjunto daqueles agregados, ultrapassava em cerca de 2,7 p.p. o valor estimado para o total da população residente (ou seja, 20,6%, face a 17,9%).

Figura 3.8 | Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por composição do agregado familiar, Portugal 2008



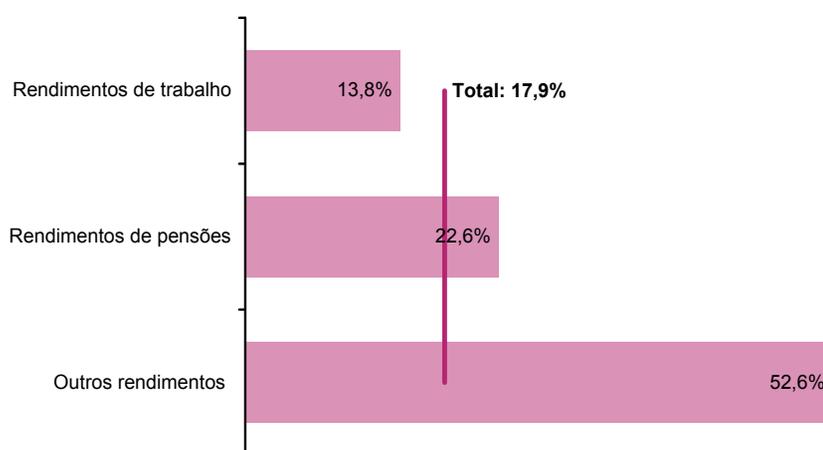
Em 2008, o risco de pobreza era mais elevado em agregados compostos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (42,8%, e 24,9 p.p. acima da média total) e em agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (38,8% e 20,9 p.p. acima da média para o total da população). Apenas os agregados constituídos por dois adultos e uma criança dependente registaram, em 2008, um risco de pobreza inferior ao verificado para o total da população residente (em 3,1 p.p., correspondendo a uma taxa de risco de pobreza de 14,8%).

3.6. TAXA DE RISCO DE POBREZA POR PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO

Em Portugal e em 2008, a taxa de risco de pobreza para os indivíduos em agregados cuja principal fonte de rendimento provinha do trabalho era de 13,8%, valor inferior em cerca de 4 p.p. ao registado para a população residente (17,9%).

Para os restantes indivíduos, i.e., aqueles que pertenciam a agregados cuja principal fonte de rendimento correspondia a pensões ou a outros rendimentos (transferências sociais, excluídas as pensões, e outros rendimentos privados), o risco de pobreza registava valores superiores à média da população. Para os indivíduos em agregados cuja principal fonte de rendimento eram as pensões, a taxa de risco de pobreza era de 22,6%. Encontravam-se em risco de pobreza 52,6% dos indivíduos em agregados cuja principal fonte de rendimento provinha de outros rendimentos.

Figura 3.9 | Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por principal fonte de rendimento do agregado, Portugal 2008



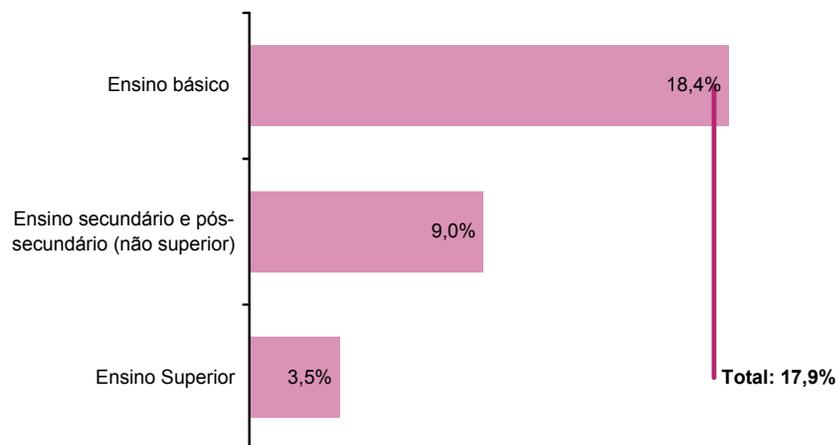
3.7. TAXA DE RISCO DE POBREZA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO¹³

Em Portugal e em 2008, 18,4% dos indivíduos que tinham como habilitação académica o ensino básico encontravam-se em risco de pobreza, aproximadamente 0,5 p.p. acima do registado para o total da população residente (17,9%).

¹³ Para efeitos deste indicador são considerados os indivíduos com 18 e mais anos.



Figura 3.10 | Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por nível de escolaridade completo, Portugal 2008



Em 2008, a conclusão do ensino secundário ou pós-secundário (não superior) reduzia muito significativamente o risco de pobreza (em 9,4 p.p. quando comparado com o risco de pobreza dos indivíduos que apenas completaram o ensino básico), traduzindo-se numa taxa de 9,0%.

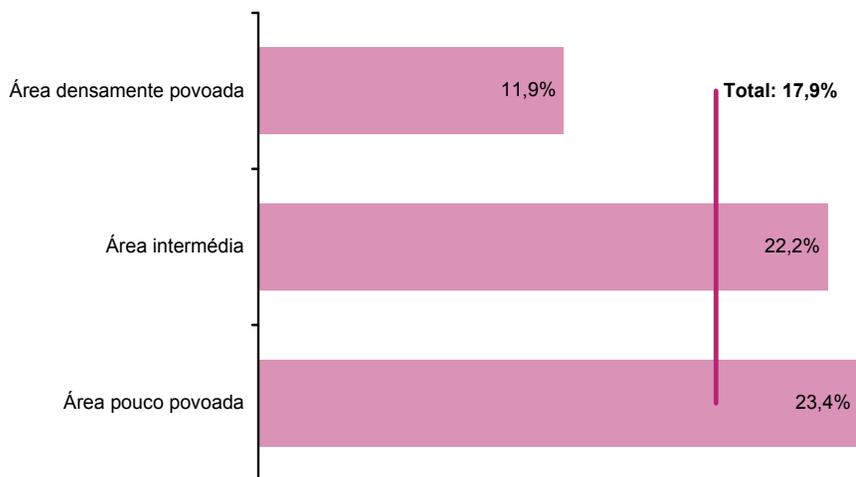
A obtenção pelos indivíduos de habilitação académica ao nível do ensino superior concretizava-se num risco de pobreza mais baixo de 3,5% (em 14,4 p.p. inferior à observada para o total da população residente).

3.8. TAXA DE RISCO DE POBREZA POR GRAU DE URBANIZAÇÃO

Em 2008, os agregados domésticos privados residentes em áreas pouco povoadas ou intermédias apresentavam um risco de pobreza significativamente superior aos que habitavam em áreas densamente povoadas.

No mesmo ano, a taxa de risco de pobreza dos residentes em áreas densamente povoadas correspondia a 11,9%, inferior em 6 p.p. à registada para a média da população. Para os indivíduos em agregados residentes em áreas com grau de urbanização mais baixo o risco de pobreza registado elevava-se para 22,2% em áreas intermédias e 23,4% em áreas pouco povoadas (ou seja, 4,3 e 5,5 p.p., respectivamente, superior ao verificado para o total da população).

Figura 3.11 | Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por grau de urbanização, Portugal 2008



3.9. DISPERSÃO DO LIMIAR DE RISCO DE POBREZA

Por convenção, o limiar de risco de pobreza, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes, permitindo avaliar no tempo, e em comparação com outros países, o risco de pobreza dos residentes. Todavia, o conhecimento da problemática da pobreza e o seu enquadramento económico-social podem ser enriquecidos através da análise da distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente na vizinhança do limiar de pobreza, nomeadamente se considerássemos um valor de referência ligeiramente superior (70% da mediana) ou ligeiramente inferior (40% e 50% da mediana).

Em 2008, o valor de 70% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente correspondia a 5 797€, sendo que 25,6% da população registava rendimentos inferiores a este valor (mais 7,7 p.p. quando comparado com a taxa de risco de pobreza que correspondia a 17,9%).

Figura 3.12 | Dispersão do limiar de risco de pobreza, Portugal 2003-2008

Ano de referência dos dados	Unidade: Euro					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais (70% da mediana)	4 841	5 036	5 118	5 301	5 700	5 797
Após transferências sociais (50% da mediana)	3 458	3 597	3 655	3 786	4 071	4 141
Após transferências sociais (40% da mediana)	2 766	2 878	2 924	3 029	3 257	3 313

Valores a preços correntes.

No mesmo ano, a consideração de valores de referência do risco de pobreza para 50% e 40% da mediana dos rendimentos, respectivamente 4 141€ e 3 313€, correspondia a proporções de indivíduos com rendimento inferior a estes limiares de 10,8% e 6,4%, respectivamente.



Figura 3.13 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) e dispersão do limiar de risco de pobreza (40%, 50% e 70% da mediana), Portugal 2008



A observação da distância percentual dos indivíduos com rendimento inferior ao valor correspondente a 40% da mediana aos indivíduos com rendimento inferior ao limiar de pobreza (60% da mediana) ao longo de 2003-2008 – 13,1 p.p. em 2003 e 11,5 p.p. em 2008 – evidenciava uma melhoria dos agregados com níveis de rendimento mais baixos.

Figura 3.14 | Dispersão do limiar de risco de pobreza, Portugal 2003-2008

Ano de referência dos dados	Unidade: %					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais (70% da mediana)	28,2	27,1	25,8	25,6	27,2	25,6
Após transferências sociais (50% da mediana)	13,2	12,5	11,2	11,5	11,9	10,8
Após transferências sociais (40% da mediana)	7,3	6,9	6,5	6,3	5,7	6,4

3.10. TAXA DE INTENSIDADE DA POBREZA

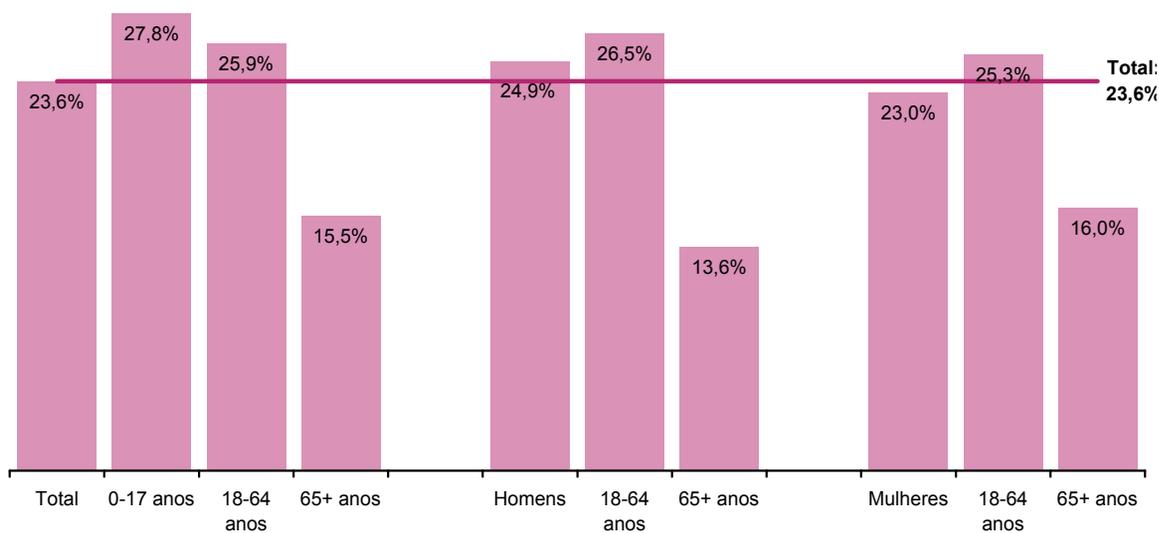
Em Portugal e em 2008, a taxa de intensidade da pobreza, medida pela diferença relativa entre o limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza, era de 23,6%, ligeiramente superior à registada para o ano anterior (mais 0,4 p.p.).

Figura 3.15 | Taxa de intensidade da pobreza, Portugal 2003-2008



Uma análise por sexo, permitia concluir que a intensidade da pobreza afectava relativamente mais os homens em risco de pobreza, com 24,9%, do que as mulheres na mesma situação, com 23,0%.

Figura 3.16 | Taxa de intensidade da pobreza, por sexo e grupo etário do indivíduo, Portugal 2008



No mesmo ano, a taxa de intensidade da pobreza era substancialmente mais reduzida para os indivíduos idosos, com 15,5%, do que para as crianças e jovens e os adultos em risco de pobreza.

Entre o ano de 2003 e 2008, a taxa de intensidade de pobreza desagravou-se em 1,1 p.p. (de 24,7% em 2003 para 23,6% em 2008), ou seja, o valor central da distribuição do rendimento dos indivíduos em risco de pobreza aproximou-se do limiar de pobreza, provavelmente associado a uma melhoria do rendimento dos agregados com rendimentos mais baixos.



Em 2007 e para o conjunto dos 27 países da União Europeia a taxa de risco de pobreza era de 16,5%, variando entre os 9,0% (República Checa) e os 25,6% (Letónia). Portugal apresentava a 10.ª taxa de risco de pobreza mais elevada (18,5%), superior em 2 p.p. à média registada para aquele conjunto de países.

Figura 3.17 | Taxa de risco de pobreza (em %), União Europeia (UE 27) 2007

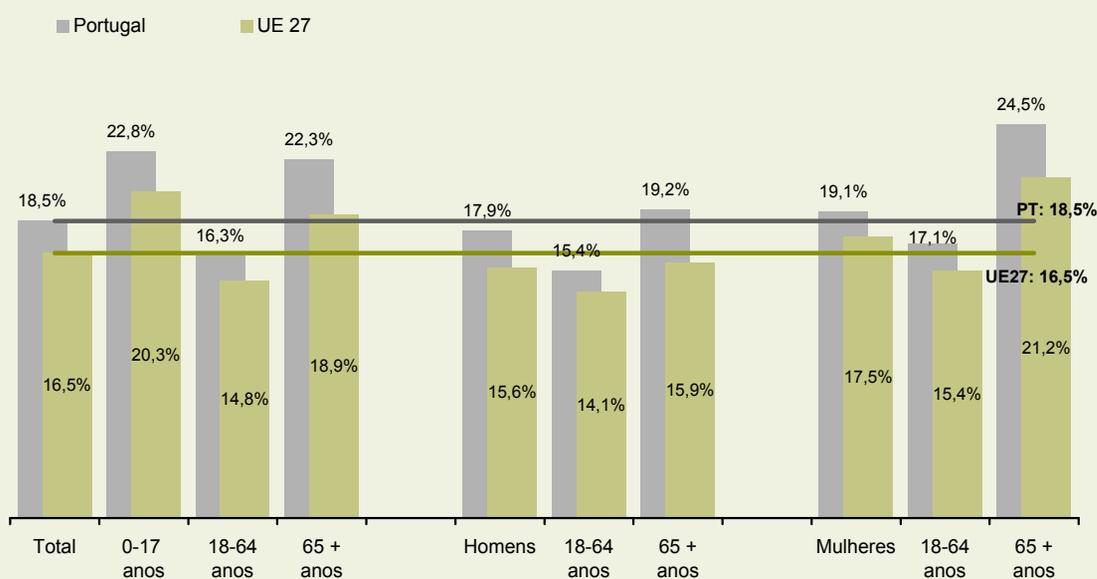


Uma análise por sexo e grupo etário não evidenciava grandes diferenças de posicionamentos entre o observado para a UE27 e para Portugal.

Para o conjunto dos países da UE27, apurou-se que o risco de pobreza era superior para as mulheres (17,5%) face ao dos homens (15,6%), independentemente do grupo etário a que pertenciam, situação próxima ao verificado para a população residente em Portugal em termos de distância relativa (19,1% para as mulheres e 17,9% para os homens).

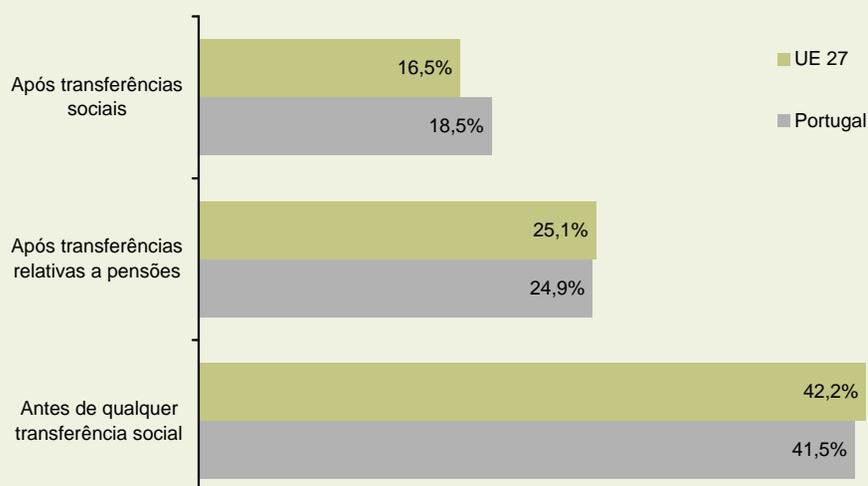
Em 2007 e na UE27, tal como em Portugal, a taxa de risco de pobreza era superior nas crianças e nos jovens (20,3%) e nos idosos (18,9%), em qualquer dos casos mais elevada que o aferido para o total da população residente (em 3,8 e 2,4 p.p., respectivamente). O risco de pobreza é significativamente inferior na idade adulta (14,8%, ou seja, menos 1,7 p.p. que o registado para a população residente na UE27).

Figura 3.18 | Taxa de risco de pobreza, por sexo e grupo etário, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007



Em 2007 e para o conjunto dos 27 países da União Europeia, encontravam-se em risco de pobreza 42,2% da população residente na ausência de qualquer transferência social, ou seja, se fossem considerados apenas os rendimentos de trabalho, de capital e transferências privadas. Registava-se assim uma taxa superior à de 41,5% registada para Portugal em 0,7 p.p..

Figura 3.19 | Taxa de risco de pobreza, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007



Para a UE27 e no mesmo ano, a inclusão dos rendimentos provenientes das pensões de velhice e sobrevivência no valor do rendimento monetário disponível diminuiu em 17,1 p.p. a taxa de risco de pobreza, traduzindo-se em 25,1%. Em Portugal, verificava-se um efeito da inclusão das pensões de velhice e sobrevivência próximo da média europeia, com uma redução em 16,6 p.p., traduzindo-se numa taxa de risco de pobreza de 24,9%.



Acrescendo o contributo das transferências sociais em sentido estrito sobre o risco de pobreza dos indivíduos residentes na UE27, verificou-se, em 2007, uma diminuição de 8,6 p.p., concretizando-se numa taxa de risco de pobreza de 16,5%. Em Portugal, a contribuição destas transferências sociais foi menos expressiva (6,4 p.p.), resultando numa taxa de risco de pobreza após todas as transferências sociais de 18,5%.

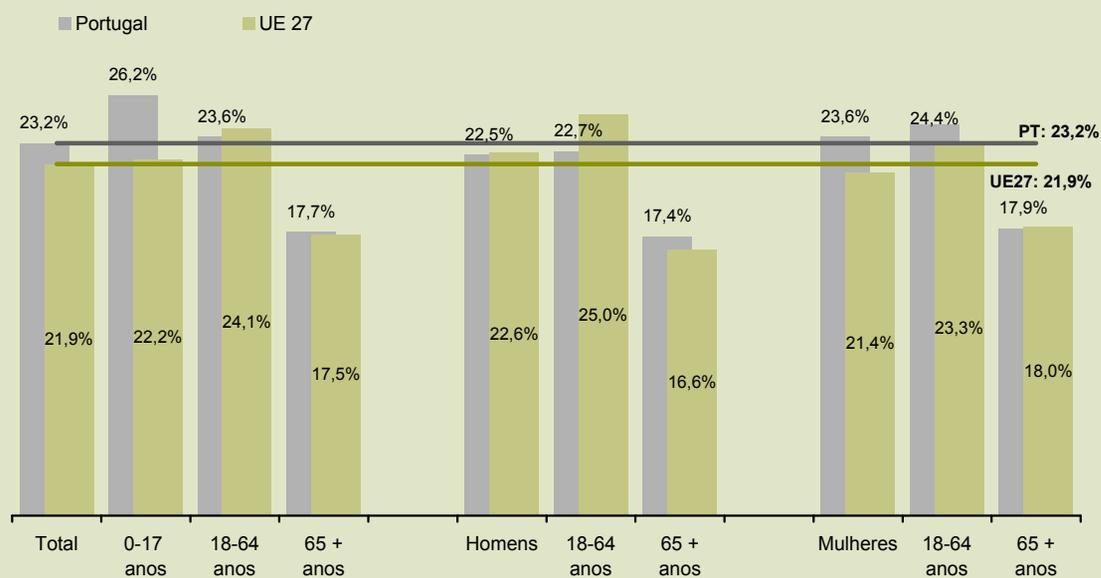
Em 2007 e para o conjunto dos 27 países da União Europeia a taxa de intensidade da pobreza correspondia a 21,9%. No conjunto dos Estados-Membros, os Países Baixos apresentavam a taxa mais baixa (14,9%) e a Roménia a mais alta (32,3%). Portugal registava a 7.^a taxa de intensidade da pobreza mais elevada: 23,2%.

Figura 3.20 | Taxa de intensidade da pobreza (em %), União Europeia (UE 27) 2007



Em 2007, e tal como apurado para Portugal, a taxa de intensidade da pobreza registada para a UE27 era superior nos grupos etários mais baixos: 22,2% para os menores de 18 anos e 24,1% para os indivíduos entre os 18 e os 64 anos. Nos idosos a taxa de intensidade da pobreza observava valores inferiores ao verificado para o total da população em 4,4 p.p. (correspondendo a uma taxa de 17,5%). Não se registavam, dentro de cada grupo etário, diferenças significativas por sexo, embora a taxa de intensidade da pobreza das mulheres idosas fosse superior em 1,4 p.p. à dos homens no mesmo grupo etário, inversamente ao que se apura para os adultos, em que a taxa dos homens era maior em 1,7 p.p. face à das mulheres.

Figura 3.21 | Taxa de intensidade da pobreza, por sexo e grupo etário, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007





4. PRIVAÇÃO MATERIAL E INTENSIDADE DA PRIVAÇÃO MATERIAL

O indicador geral de privação material baseia-se num conjunto de nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias:

1. Capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza
2. Capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado
3. Capacidade para pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal
4. Capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias
5. Capacidade para manter a casa adequadamente aquecida
6. Disponibilidade de máquina de lavar roupa (*)
7. Disponibilidade de televisão a cores (*)
8. Disponibilidade de telefone fixo, ou pelo menos um membro com telemóvel (*)
9. Disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) (*)

Consideram-se em privação material todos os indivíduos residentes em agregados familiares em que se verifica a não existência de pelo menos três destes itens, considerando-se no caso dos bens materiais (*) apenas a falta de acesso por dificuldades económicas.

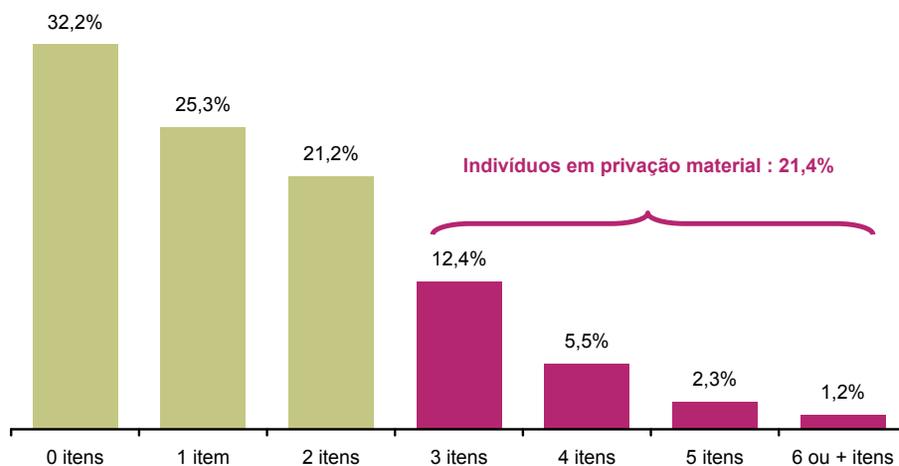
A **taxa de privação material** corresponde à percentagem da população em privação material em relação à população residente.

A **intensidade da privação material** corresponde ao número médio de dificuldades (ou itens) para a população em privação material.

Os indicadores de privação material foram construídos com base em informação relativa ao ano do inquérito.

A taxa de privação material, ou seja, a percentagem dos indivíduos residentes em Portugal que, no período de referência, viviam em agregados em que se verificava a falta de pelo menos três dos nove itens de privação por motivos económicos, afectava em 2009 21,4% da população residente em Portugal, resultado inferior ao verificado nos dois anos anteriores (23,0% em 2008 e 22,4% em 2007).

Figura 4.1 | Privação material por número de itens, Portugal 2009



A intensidade da privação material, ou seja, o número médio de itens em falta para a população em privação material, correspondia em 2009 a 3,7, valor idêntico ao globalmente observado no período 2004-2008. A proporção de indivíduos sem acesso a 4 ou mais itens (9,0%) registava em 2009 uma distância significativa para a taxa de privação material (21,4%).

Figura 4.2 | Intensidade da privação material, Portugal 2004-2009

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intensidade da privação material	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7

A taxa de privação material depende da importância relativa da falta de cada item quando em acumulação com a falta de pelo menos outros dois itens, neste âmbito privilegiando-se uma análise da caracterização da população residente de acordo com os itens em que é mais frequente a falta de disponibilidade nas situações em que se observa a falta de três ou mais itens.

Considerando os indivíduos com privação em três ou mais itens, verificava-se em 2009 a maior importância da falta dos itens relativos a dificuldades económicas:

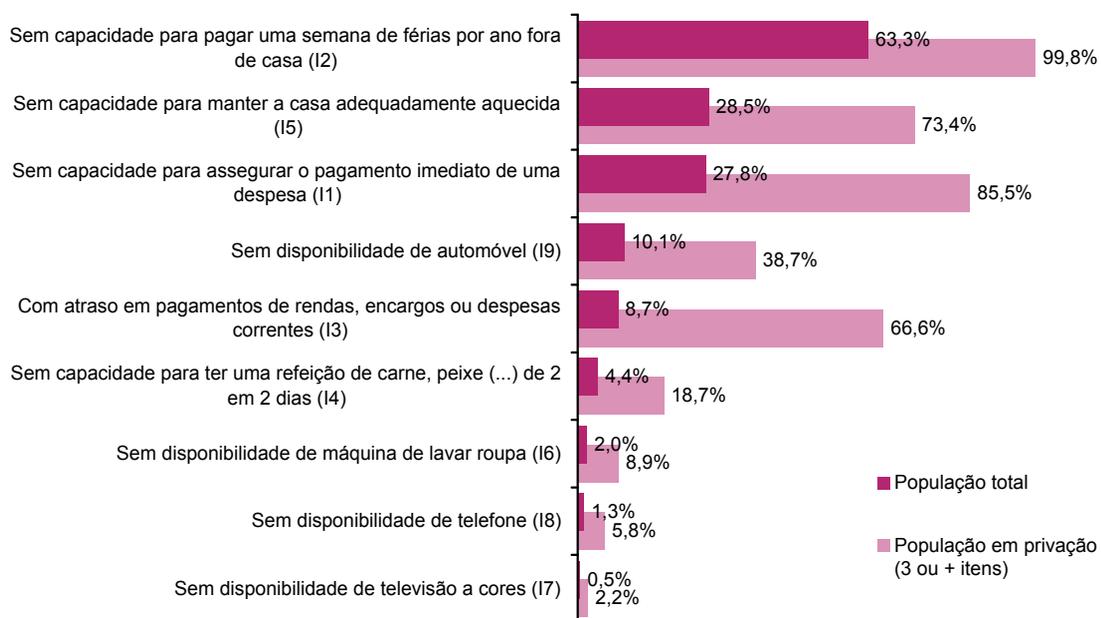
- 99,8% dos indivíduos viviam em agregados sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (que compara com 63,3% para a população total);
- 85,5% dos indivíduos viviam em agregados sem capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (27,8% para a população total);
- 73,4% dos indivíduos viviam em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (face a 28,5% para a população total);
- 66,6% dos indivíduos viviam em agregados sem capacidade para pagar atempadamente rendas, encargos ou despesas correntes (8,7% para a população total).



A falta de capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe, pelo menos de dois em dois dias, era referida por 18,7% dos agregados em privação material.

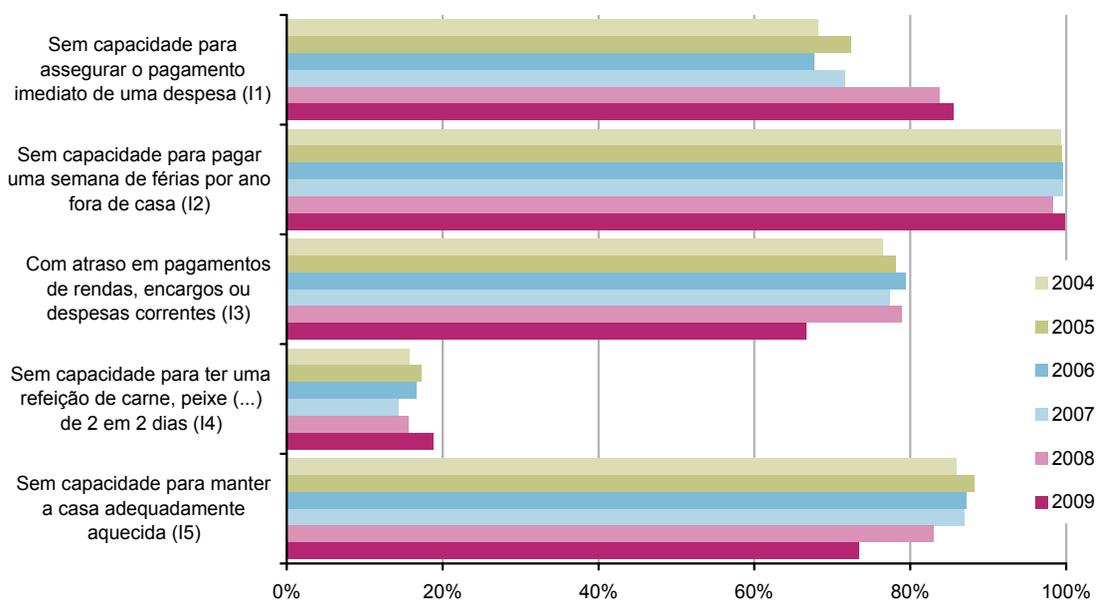
Ao contrário, a falta de acesso aos quatro bens duráveis de referência – automóvel, máquina de lavar roupa, televisão a cores, e telefone fixo ou móvel – não tinha em 2009 impacto significativo para a determinação da proporção de indivíduos em privação material. A não disponibilidade destes bens para a população em privação variava entre 2,2% no caso da televisão a cores, 5,8% para o telefone fixo ou móvel, 8,9% para a máquina de lavar roupa e 38,7% para o automóvel.

Figura 4.3 | Itens de privação material na população total e na população em privação material, Portugal 2009



Ao longo de 2004-2008, a disposição hierárquica dos 9 itens de referência para a população em privação apresentava-se muito semelhante à observada em 2009, embora com proporções diferentes. A impossibilidade de pagar uma semana de férias por ano, fora de casa, a todo o agregado era, também em 2004, o indicador de privação com maior frequência entre os indivíduos residentes (99,3% em 2004 e 99,8% em 2009).

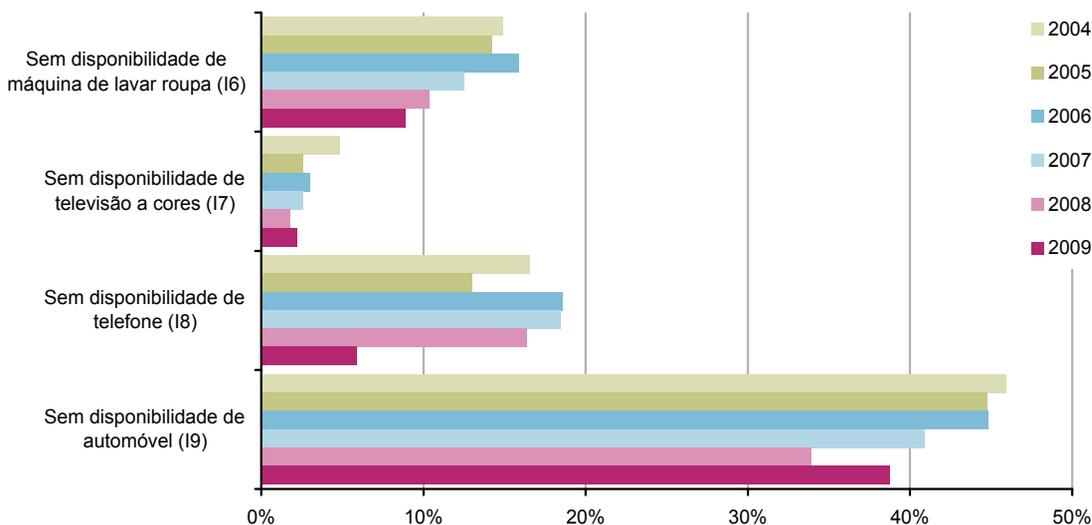
Figura 4.4 | Itens de privação material (relacionados com dificuldades económicas) na população em privação material, Portugal 2004-2009



Entre 2004 e 2009, observou-se uma redução na prevalência da incapacidade económica para manter a casa adequadamente aquecida, de 85,9% dos indivíduos residentes em 2004 para 73,4% em 2009. Ao contrário, entre 2004 e 2009 aumentou a proporção de indivíduos que viviam em agregados sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada, de 68,2% em 2004 para 85,5% em 2009.

O acesso aos quatro itens relativos a bens duráveis registou uma melhoria relativa entre 2004 e 2009, observando-se a redução das proporções de indivíduos que viviam em agregados em privação para cada um dos quatro itens (automóvel, telefone, máquina de lavar roupa e televisão a cores).

Figura 4.5 | Itens de privação material (relacionados com bens duráveis) na população em privação material, Portugal 2004-2009





A percentagem da população residente que vivia em agregados sem capacidade financeira para fazer uma refeição de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias, aumentou cerca de 3 p.p. entre 2004, com 15,7%, e 2009, com 18,7%.

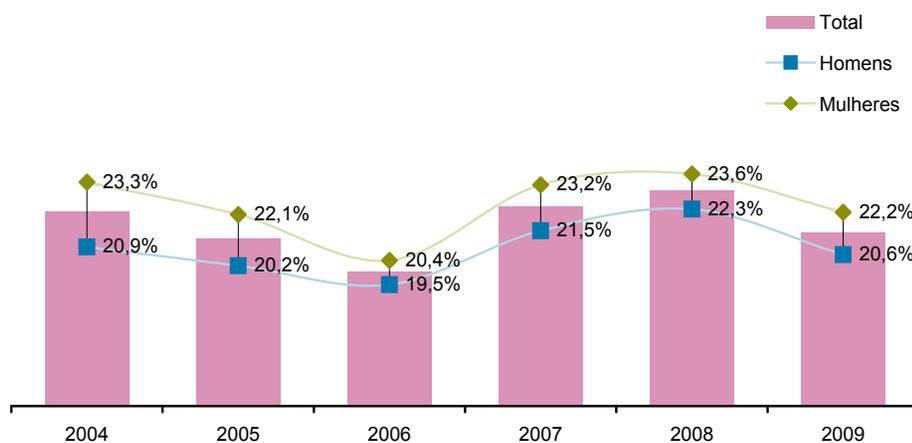
Entre 2004 e 2009, a média de proporção de indivíduos em privação material nas áreas densamente povoadas era em média de 22,0%, e a proporção de indivíduos em privação material nas áreas intermédias era, em média, de 21,6%. Para as áreas pouco povoadas, observava-se neste período uma tendência de redução constante, entre 24,8% em 2004 e 18,0% em 2009.

Figura 4.6 | Taxa de privação material por grau de urbanização, Portugal 2004-2009

Ano de referência dos dados	Unidade: %						Média 2004/2009
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Área densamente povoada	20,4	21,5	19,4	22,4	24,9	23,2	22,0
Área intermédia	22,6	20,5	20,1	22,0	22,8	21,6	21,6
Área pouco povoada	24,8	21,5	20,6	22,9	19,5	18,0	21,2

Em 2009, a taxa de privação material das mulheres correspondia a 22,2%, sendo superior à observada para os homens, com 20,6%. Esta relação está de acordo com o padrão observado ao longo de todo o período 2004-2009.

Figura 4.7 | Taxa de privação material por sexo, Portugal 2004-2009



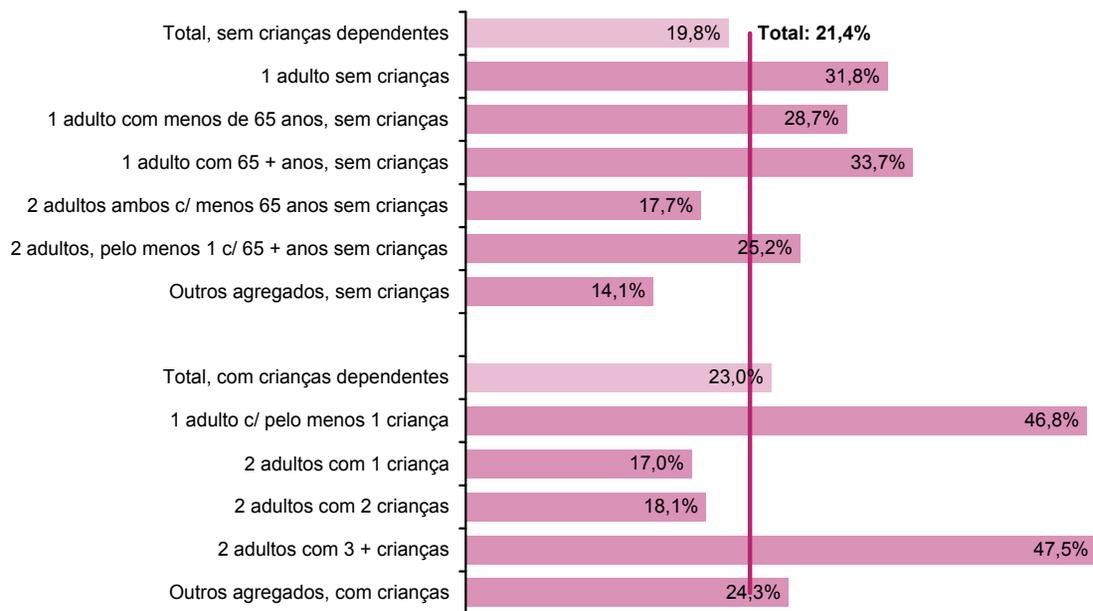
Numa análise por grupo etário, verificava-se que, independentemente do sexo, a privação material era mais elevada nos indivíduos com idade até aos 17 anos, com 25,1%, e na população idosa, com 24,7%. Para a população entre os 18 e os 64 anos observava-se uma taxa de privação material inferior em 2 p.p. à média global de 21,4%.

Figura 4.8 | Taxa de privação material por grupo etário, Portugal 2004-2009



Entre 2004 e 2009, registava-se uma tendência decrescente na taxa de privação material dos idosos, com 31,3% em 2004 e 24,7% em 2009. No caso das crianças e jovens, os valores registados apresentavam globalmente uma tendência crescente, com valores de 23,4% e 25,1%, respectivamente em 2004 e 2009.

Figura 4.9 | Taxa de privação material por composição do agregado familiar, Portugal 2009



Em 2009, as famílias compostas por um adulto e uma ou mais crianças dependentes e as famílias com dois adultos e pelo menos três crianças dependentes registavam as taxas de privação material mais elevadas (respectivamente, 46,8% e 47,5%), mais do que duplicando a taxa de privação material observada para o total da população (21,4%).

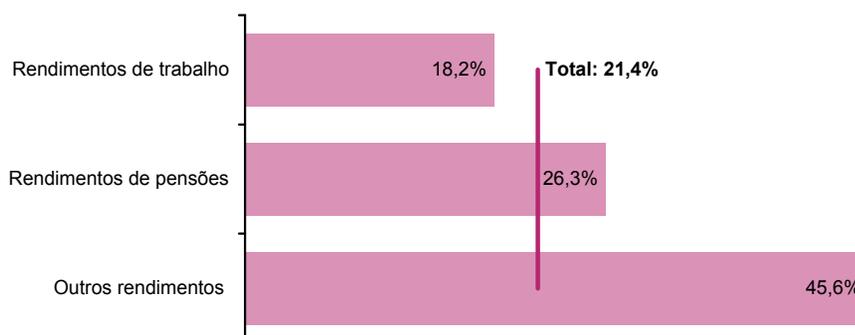
No mesmo sentido, e com valores acima da média nacional, 31,8% dos adultos a viver sós viviam em privação material. No entanto, entre os adultos a viver sós, verificava-se uma diferença de cerca de 5 p.p. em função da idade dos indivíduos: cerca de 33,7% dos idosos a



viver sós enquadravam-se numa situação de privação material, enquanto que essa proporção era de cerca de 28,7% nas pessoas que viviam sós mas que tinham menos de 65 anos.

A idade dos indivíduos constituía igualmente factor relevante nas famílias compostas por dois adultos sem crianças dependentes, uma vez que nestes agregados se um dos membros tinha 65 ou mais anos a taxa de privação era de 25,2%, ou seja, mais 7,5 p.p. do que na situação em que os dois membros tinham menos de 65 anos (17,7%).

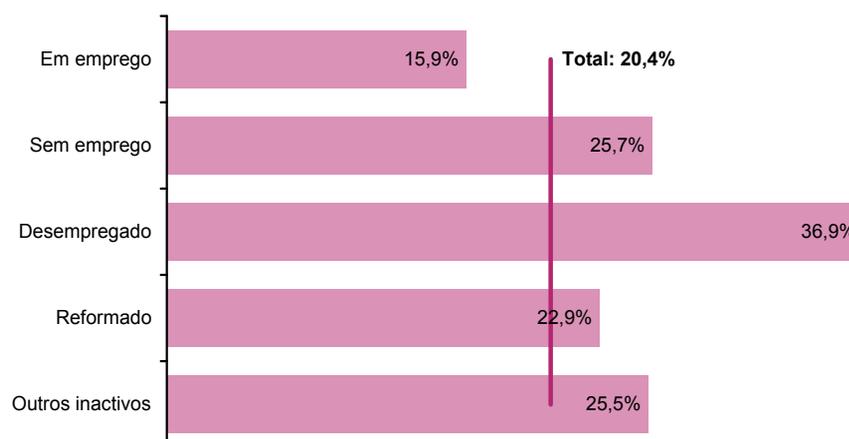
Figura 4.10 | Taxa de privação material por principal fonte de rendimento do agregado, Portugal 2009



Em 2009, analisando os indivíduos segundo a principal fonte de rendimento do respectivo agregado, verificava-se que os que se inseriam em famílias em que a principal fonte de rendimento era o trabalho registavam a menor proporção de privação material: 18,2%, menos 3,2 p.p. que a proporção global (21,4%) e menos 8,1 p.p. do que aqueles em que as pensões eram a principal fonte de rendimento da família (26,3%).

Por outro lado, 45,6% dos indivíduos em agregados cuja principal fonte de rendimento correspondiam a outros rendimentos (transferências sociais, excluídas as pensões, e outros rendimentos privados) encontravam-se em 2009 em privação material, num valor que duplicava a taxa de privação global.

Figura 4.11 | Taxa de privação material por condição perante o trabalho dos indivíduos com 18 e mais anos, Portugal 2009



Considerando apenas os indivíduos com 18 e mais anos, em 2009, 20,4% viviam em privação material. No mesmo ano, a situação de emprego fazia baixar aquela proporção para 15,9% (menos 4,5 p.p.), agravando-se para 25,7% (mais 5,3 p.p.) no caso dos indivíduos sem emprego.

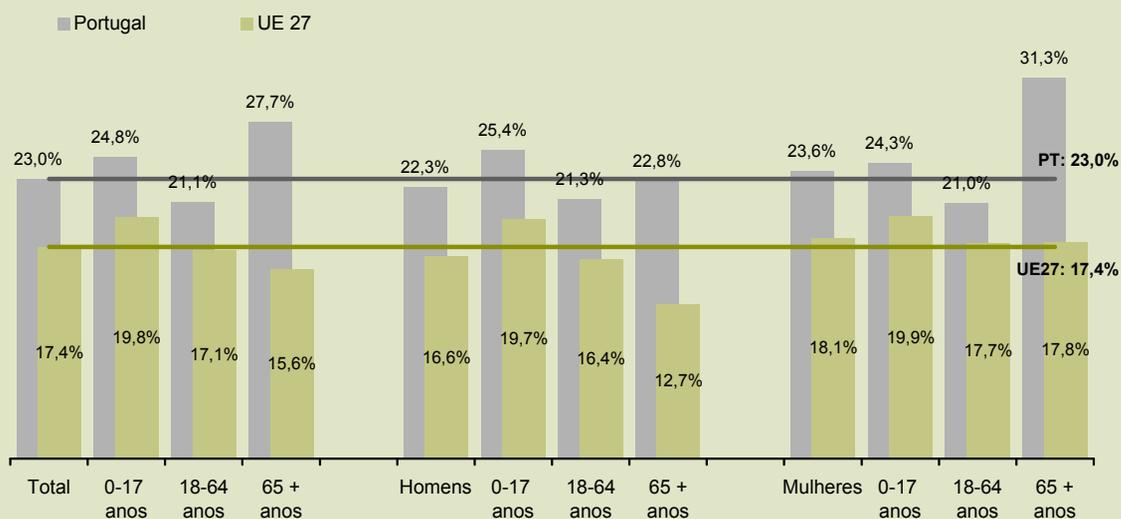
Em 2008, a taxa de privação material na União Europeia (UE27) situava-se em 17,4% da população residente. No mesmo ano, dezassete Estados-Membros registavam taxas inferiores à média europeia, entre os quais seis países detinham uma taxa de privação material inferior a 10% da população. Luxemburgo registava no mesmo ano a menor taxa de privação material: 4% da população residente; enquanto que Bulgária e Roménia registavam as taxas mais elevadas, com mais de metade da população residente a registar privação em três ou mais itens que compõem este indicador. Portugal apresentava a 9.ª taxa de privação material mais elevada (23,0%), superior em 5,6 p.p. à média observada para o conjunto dos países da UE27.

Figura 4.12 | Taxa de privação material (em %), União Europeia (UE 27) 2008



Considerando a população em situação de privação material na média dos 27 Estados-Membros da União Europeia, verificava-se que, tal como em Portugal, a incidência do fenómeno era superior nas mulheres (18,1% comparativamente a 16,6% nos homens). A taxa de privação material dos indivíduos até aos 17 anos observava os valores mais elevados (19,8%).

Figura 4.13 | Taxa de privação material, por sexo e grupo etário, Portugal e União Europeia (UE 27), 2008





5. PRIVAÇÃO HABITACIONAL

Taxa de sobrelotação da habitação: corresponde à proporção da população que vive em alojamentos em que o número de divisões habitáveis ($\geq 4 \text{ m}^2$) é insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado. Considera-se que um indivíduo vive em condições de sobrelotação da habitação se esta não dispuser de um número mínimo de divisões, que permita ao agregado:

- uma divisão para o agregado;
- uma divisão para cada casal;
- uma divisão para cada indivíduo com 18 ou mais anos;
- uma divisão para dois indivíduos do mesmo sexo entre os 12 e os 17 anos;
- uma divisão para cada indivíduo de sexo diferente entre os 12 e os 17 anos;
- uma divisão para dois indivíduos com menos de 12 anos.

Taxa de privação severa das condições de habitação: corresponde à proporção da população que vive num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) tecto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

Carga mediana das despesas em habitação: mediana do rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível, deduzindo as transferências sociais relativas à habitação em ambos os elementos da divisão. As despesas com a habitação incluem as relacionadas com água, electricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, bem como as rendas e os juros relativos ao crédito à habitação principal.

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação: proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%. As despesas com a habitação incluem as relacionadas com água, electricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, bem como as rendas e os juros relativos ao crédito à habitação principal.

Os indicadores de privação habitacional por estado de pobreza e taxa de sobrecarga das despesas em habitação por estado de pobreza comparam informação relativa ao momento da entrevista (logo ao ano do inquérito) com informação monetária relativa ao ano de referência dos rendimentos.

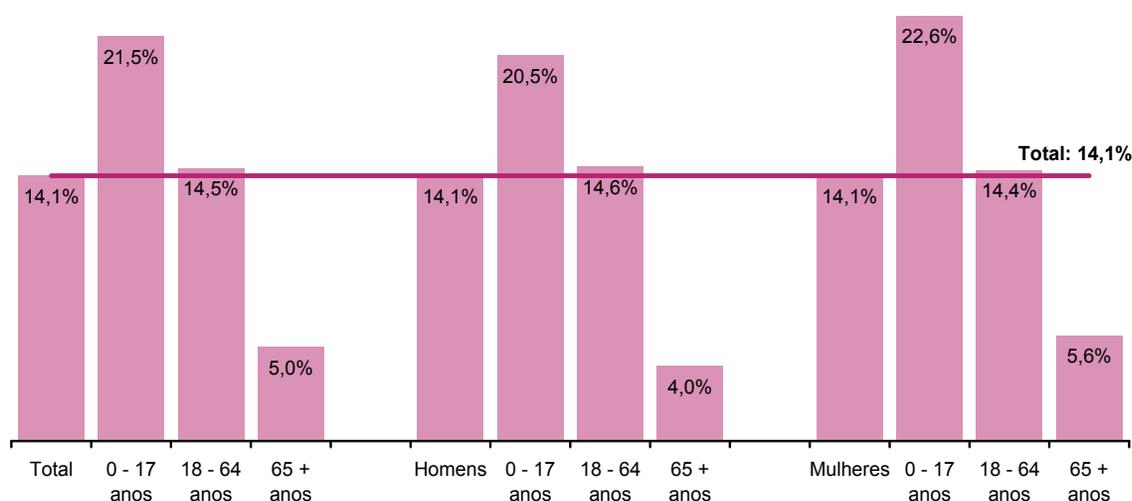
Em Portugal e em 2009, viviam em condições de insuficiência do espaço habitacional 14,1% dos indivíduos, proporção inferior à verificada entre 2004 e 2008, em que a taxa de sobrelotação da habitação era da ordem dos 15,9%.

Figura 5.1 | Privação habitacional, Portugal 2004-2009

	Unidade: %					
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de sobrelotação da habitação	15,3	16,5	15,8	16,1	15,7	14,1
Taxa de privação severa das condições de habitação	7,1	7,7	7,5	7,6	6,9	4,7

A taxa de sobrelotação da habitação, em 2009, era mais elevada para os indivíduos mais jovens (21,5% para o grupo etário até aos 17 anos), diminuindo progressivamente com o aumento da idade (14,5% para os adultos e 5,0% para os idosos).

Figura 5.2 | Taxa de sobrelotação da habitação, por sexo e grupo etário do indivíduo, Portugal 2009



Para o mesmo ano, a taxa de sobrelotação da habitação era mais elevada nas áreas mais povoadas (15,8%, nas áreas densamente povoadas e intermédias), e com valores inferiores nas áreas pouco povoadas (8,8%).

Figura 5.3 | Taxa de de sobrelotação da habitação por grau de urbanização, Portugal 2009



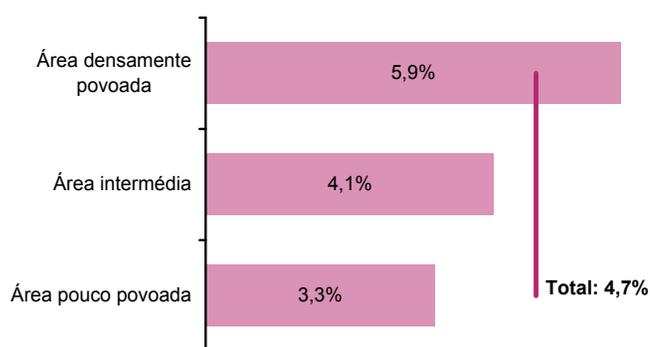
Retomando a Figura 5.1, em 2009, 4,7% dos indivíduos viviam em condições severas de privação habitacional, isto é, residiam num alojamento sobrelotado e que, em simultâneo, apresentava pelo menos um dos seguintes problemas: inexistência de instalação de banho



ou duche no seu interior; inexistência de sanita com autoclismo, no seu interior; tecto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente num dia de sol. Este valor reflecte uma melhoria das condições habitacionais face aos anos anteriores: para o período de 2004 a 2008 a média das taxas de privação severa das condições de habitação era de 7,4% (variando entre os 7,7% em 2005 e os 6,9% em 2008).

A taxa de privação severa das condições de habitação, em 2009, não apresentava diferenças expressivas conforme o grau de urbanização da área de residência dos indivíduos, registando 5,9% nas áreas densamente povoadas, 4,1% nas intermédias e 3,3% nas pouco povoadas.

Figura 5.4 | Taxa de privação severa das condições de habitação por grau de urbanização, Portugal 2009



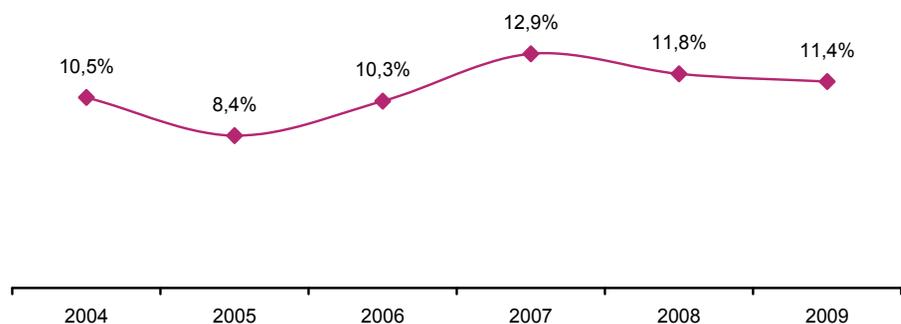
Em 2009, observava-se uma associação entre a insuficiência habitacional e o facto de se estar, ou não, em risco de pobreza: da população em risco de pobreza 23,4% estavam em sobrelotação habitacional e 10,6% vivia em privação severa, comparativamente a 12,1% e 3,4%, respectivamente, da restante população.

Figura 5.5 | Privação habitacional por estado de pobreza, Portugal 2009

	Unidade: %		
	População total	População não pobre	População pobre
Taxa de sobrelotação da habitação	14,1	12,1	23,4
Taxa de privação severa das condições de habitação	4,7	3,4	10,6

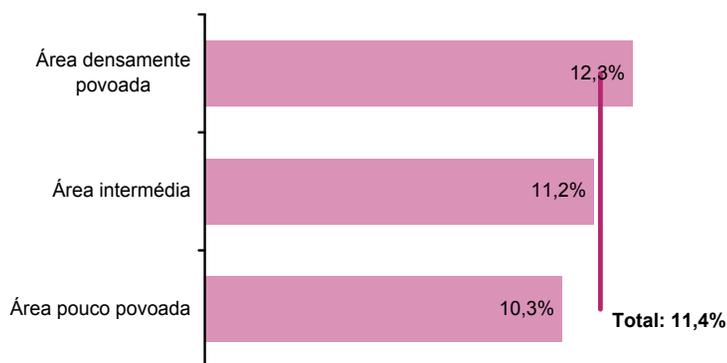
Em Portugal e em 2009, a mediana da relação entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) era de 11,4% para o total da população residente, próxima da média dos valores apurados para os anos anteriores (na ordem dos 10,8%, entre 2004 e 2008).

Figura 5.6 | Carga mediana das despesas em habitação, Portugal 2004-2009



Em 2009, a carga mediana das despesas em habitação não variava de forma relevante tendo em consideração a densidade populacional da área de residência dos indivíduos: 12,3% nas áreas densamente povoadas, 11,2% nas intermédias e 10,3% nas pouco povoadas.

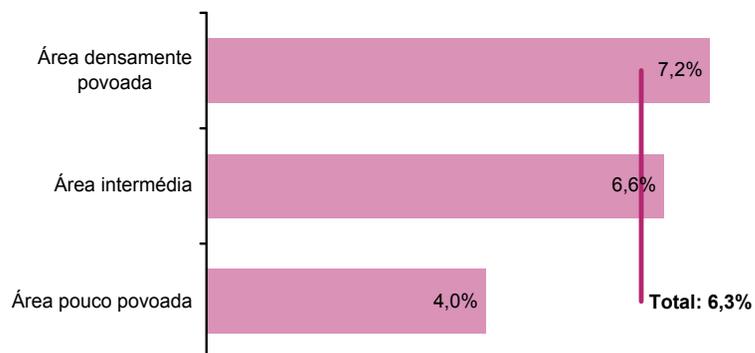
Figura 5.7 | Carga mediana das despesas em habitação por grau de urbanização, Portugal 2009



Em Portugal e em 2009, 6,3% dos indivíduos viviam em agregados familiares com sobrecarga de despesas em habitação, ou seja, onde o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) era superior a 40%. Eram os indivíduos residentes em áreas mais povoadas que, em 2009, registavam taxas de sobrecarga das despesas em habitação superiores (7,2% nas áreas densamente povoadas e 6,6% nas intermédias), atenuando-se nas áreas pouco povoadas (4,0%).



Figura 5.8 | Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por grau de urbanização, Portugal 2009



Em 2009, 21,5% da população em risco de pobreza encontrava-se em sobrecarga das despesas em habitação, comparativamente a 2,9% para o resto da população.

Figura 5.9 | Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por estado de pobreza, Portugal 2009

	População total	População não pobre	População pobre
Total	6,3	2,9	21,5

Unidade: %

6. POBREZA CONSISTENTE

A análise da pobreza consistente associa o risco de pobreza calculado com base na distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente e, neste caso, o indicador de privação definido no quadro do EU-SILC, visando obter a proporção de indivíduos que se encontram em risco de pobreza e em situação de privação material.

De acordo com a estrutura metodológica do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, o indicador anual de pobreza consistente compara os indivíduos que referem a existência de privação material no momento da entrevista, normalmente Maio a Junho de cada ano, com os indivíduos em risco de pobreza no ano anterior (ou seja, com o ano de referência dos rendimentos recolhidos).

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2009, a proporção de indivíduos em pobreza consistente era de 8,1% no total da população residente, ou seja, 45,5% da população em risco de pobreza no ano anterior residia em agregados em que foi referenciada a falta de pelo menos três dos itens que caracterizam a privação material. Por outro lado, de acordo com o mesmo inquérito, os indivíduos em pobreza consistente representavam 38% da população em situação de privação material.

Em 2009, observava-se que a correlação entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material era 29,0%.

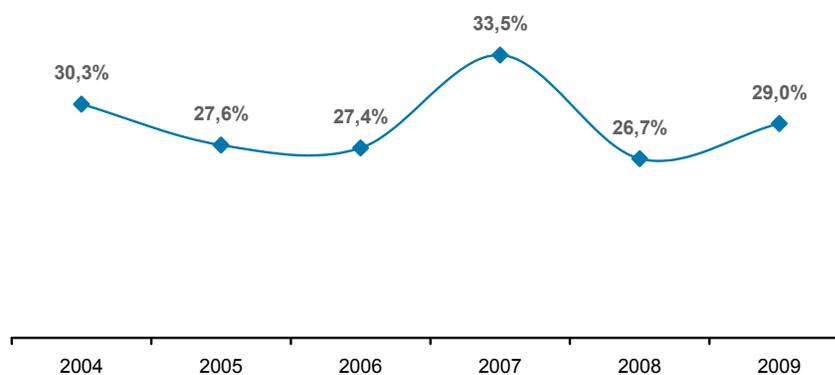
Figura 6.1 | Pobreza consistente, Portugal 2009

	Unidade: %	
	Em privação material	Sem privação material
Em risco de pobreza	8,1	9,7
Sem risco de pobreza	13,3	68,9

A observação dos resultados relativos à proporção de indivíduos em pobreza consistente não evidenciava ao longo dos seis anos em análise um padrão regular de evolução deste indicador, sendo todavia possível concluir que registava um nível médio de 8,6% (oscilando entre 9,4% em 2004 e 8,1% em 2009). Por outro lado, verificava-se ainda que, entre 2004 e 2009, a correlação (medida através do *r* de *Pearson*) entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material era relativamente baixa, variando entre 26,7% em 2008 e 33,5% em 2007.



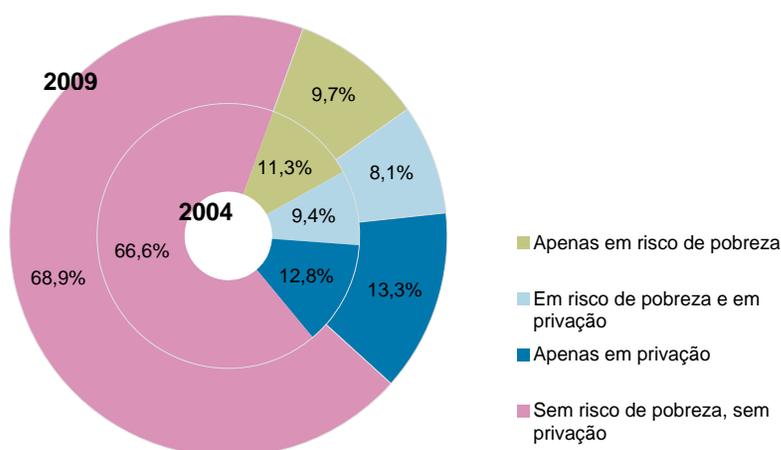
Figura 6.2 | Correlação entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material, Portugal 2004-2009



Ao longo do mesmo período, a população que se encontrava em risco de pobreza mas não reportava uma situação de privação material acompanhava a tendência de redução verificada para a taxa de risco de pobreza, sendo de 11,3% em 2004 e de 9,7% em 2009.

A proporção média de indivíduos que não estavam em risco de pobreza, nem reportavam problemas compatíveis com uma situação de privação material ao longo das seis vagas de inquérito realizadas, era de 68,1% (variando entre 66,6% em 2004 e 68,9% em 2009).

Figura 6.3 | Pobreza consistente, Portugal 2004 e 2009



A população que reportava uma situação de privação material, não sendo considerada em risco de pobreza, reduziu-se nos primeiros 3 anos observados – de 12,8% em 2004 para 12,1% em 2006 –, registando valores superiores a 13% a partir de 2007.

A análise da população em pobreza consistente por sexo, evidenciava uma maior importância da pobreza consistente para as mulheres, com valores entre 10,0% em 2004 e 8,4% em 2009, todavia observando-se uma redução da distância para o indicador global (0,6 p.p. em 2004 e 2005, 0,5 p.p. entre 2006 e 2008, e 0,3 p.p. no período mais recente).

Figura 6.4 | Pobreza consistente por sexo, Portugal 2004-2009



Para os idosos, verificava-se entre 2004 e 2009, uma diminuição relevante na proporção de indivíduos em pobreza consistente, de 14,9% para 9,1%, o que compara com uma redução de cerca de 7 p.p. na respectiva taxa de privação material (31,3% em 2004 e 24,7% em 2009) e de quase 9 p.p. na taxa de risco de pobreza (de 28,9% para 20,1%, nos períodos de referência relevantes). A evolução da pobreza consistente para os restantes indivíduos, registava ao longo do período 2004-2009 variações sem padrão regular, registando-se em 2009 valores próximos dos observados no início da série.

Figura 6.5 | Pobreza consistente por grupo etário, Portugal 2004-2009



III. PONTOS DE REFLEXÃO





MATRIZ DE ANÁLISE DA POBREZA INFANTIL: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Amélia Bastos*

A análise das condições de vida e rendimento dos indivíduos tem merecido uma atenção crescente, quer por parte do meio académico como das autoridades políticas e das instituições. De facto, o conhecimento destas condições, permite aferir as potencialidades de crescimento / desenvolvimento e inferir sobre a coesão social, elemento basilar do processo de criação de valor acrescentado de carácter material e imaterial. A *performance* de um país há muito deixou de estar confinada ao produto *per capita*, incluindo actualmente elementos que traduzem o nível de bem-estar dos indivíduos, em áreas tão diversas como a saúde, a educação e os consumos específicos de determinados bens, entre outros.

No quadro da análise das condições de vida e rendimento das famílias, as questões da pobreza assumem uma posição de destaque. Pese embora o carácter conceptual do conceito adoptado, uma situação de pobreza representa para o indivíduo que nela se encontra, um nível de bem-estar deficitário, quer quando comparado com os seus pares (conceito relativo) quer tendo em conta um nível mínimo de condições consideradas básicas (conceito absoluto).

A análise da pobreza tem subjacente uma avaliação dos recursos do indivíduo podendo adoptar-se uma perspectiva mais ou menos abrangente do conceito de recursos.

A definição de pobreza comumente adoptada, parte da observação da variável rendimento como condição de recursos¹⁴. Trata-se de uma abordagem unidimensional do fenómeno da pobreza. De acordo com esta abordagem, o rendimento constitui uma *proxy* do nível de bem-estar do indivíduo, uma vez que lhe confere a gestão de um conjunto de recursos económicos efectivos, que permitem um determinado padrão de vida, passível de aferição e, conseqüentemente, classificação, de acordo com o padrão de vida mínimo aceitável¹⁵.

Enquanto fenómeno pluridimensional, a pobreza pode também ser analisada de acordo com uma perspectiva mais lata da noção de recursos. Esta perspectiva tem implícita uma avaliação directa das condições de vida, onde necessariamente se inclui a observação dos recursos estritamente económicos, vide rendimento. Passa-se assim do conceito de pobreza, também designado por pobreza monetária por se definir a partir da observação do rendimento, para o conceito de privação.

* Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa
Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica

¹⁴ Note-se, contudo, que a condição de recursos também pode ter subjacente a despesa do indivíduo. Trata-se aliás de uma abordagem por vezes considerada mais rigorosa, uma vez que traduz consumos reais. Esta abordagem tem subjacente em Portugal o Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) quinquenalmente aplicado pelo INE. A periodicidade deste inquérito, bem como a harmonização europeia inerente ao Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), instrumento estatístico em Portugal do EU-SILC: European Statistics on Income and Living Conditions, tornam pouco usual a utilização desta abordagem na análise da pobreza.

¹⁵ Esta constitui a opção metodológica adoptada pelo EUROSTAT e, em Portugal, pelo INE.

O EUROSTAT definiu recentemente¹⁶ um conjunto de indicadores das condições de vida que visam avaliar o nível de privação dos indivíduos, abrangendo as situações de exclusão que resultam da escassez de bens materiais e imateriais.

Explanadas brevemente as questões metodológicas subjacentes ao processo de aferição da pobreza, importa agora transpor para o subgrupo crianças esta metodologia e, reflectir, sobre as suas potencialidades e limitações. Não pretendendo ser exaustivo nesta matéria, este texto constitui um breve apontamento que visa, fundamentalmente, explorar os dados estatísticos disponíveis e analisar o seu contributo informativo, no contexto da pobreza infantil.

POTENCIALIDADES

Neste ponto pretendem-se sistematizar as possibilidades de análise da pobreza infantil a partir dos microdados incluídos no ICOR. Em tom ilustrativo são adicionalmente apresentados alguns dos apuramentos obtidos através destes dados, relativos ao período 2004 a 2008.

A análise clássica da pobreza infantil tem subjacente um conceito de pobreza, segundo o qual uma criança é pobre caso esteja inserida num agregado familiar pobre, ou seja, cujo rendimento por adulto equivalente esteja abaixo do limiar de pobreza¹⁷. Trata-se de um conceito de cariz estritamente monetário que tem implícita uma repartição equitativa do rendimento por todos os membros do agregado familiar e, por isso, um estatuto de pobreza idêntico desses membros.

O conceito de rendimento utilizado é o rendimento disponível do agregado familiar, variável incluída no EU-SILC. Os valores recolhidos reportam-se ao ano civil anterior ao do inquérito. Deste rendimento fazem parte rubricas, tais como: os rendimentos do trabalho, o rendimento de propriedades, as transferências sociais, as transferências monetárias de outros agregados familiares de carácter regular e o rendimento monetário de menores. São deduzidos os encargos com pagamentos regulares de seguros de saúde e transferências também regulares para outros agregados familiares.

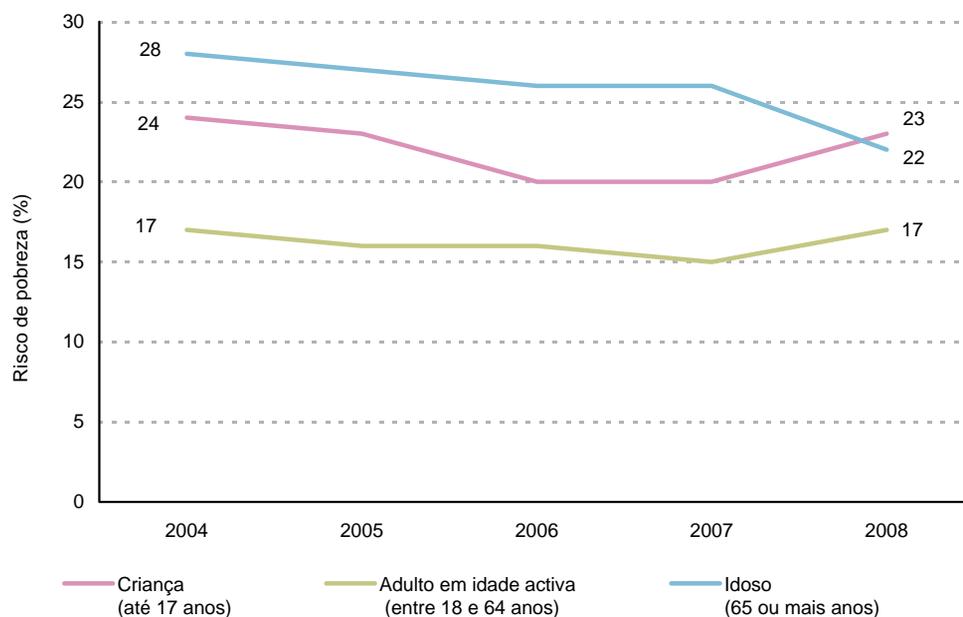
A partir do cálculo do rendimento por adulto equivalente é possível aferir a pobreza infantil em termos de incidência, intensidade e severidade, vertentes comuns da sua mensuração. A Figura 1 sistematiza a evolução da incidência ou risco de pobreza, ao longo do período 2004 a 2008.

¹⁶ A metodologia de construção destes indicadores pode ser vista em IRISS Working Papers Series, 2009-19 http://iriss.ceps.lu/research/working_papers/index.cfm.

¹⁷ Esta é a abordagem prosseguida pelo EUROSTAT e necessariamente pelo INE. O limiar de pobreza adoptado cifra-se em 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente.



Figura IIIa.1 | Risco de pobreza por escalão etário



Fonte: ICOR, 2004 a 2008 (base de dados ICOR 2004-2008, 19/02/2010).

O padrão evolutivo do risco de pobreza é marcado pelo facto das crianças constituírem o grupo etário com o segundo maior risco entre 2004 e 2007, aproximando-se mais dos idosos do que dos adultos em idade activa, e atingindo em 2008 o maior risco de pobreza (três pontos percentuais acima do valor correspondente à média da UE). Concomitantemente a estes resultados, os apuramentos em termos de intensidade e severidade sublinham a dimensão agravada da pobreza infantil.

A disponibilidade de dados relativos ao rendimento disponível antes de transferências sociais e dos valores das prestações sociais especificamente destinadas às famílias / crianças, permitem realizar uma primeira avaliação da eficácia das políticas sociais no seu todo e, das políticas destinadas às famílias / crianças, em particular. Da análise referente ao período 2004 a 2008 ressalta a menor eficácia destas últimas. De facto a inclusão das prestações específicas da família / criança, apenas permite uma redução na ordem dos três pontos percentuais no risco de pobreza infantil.

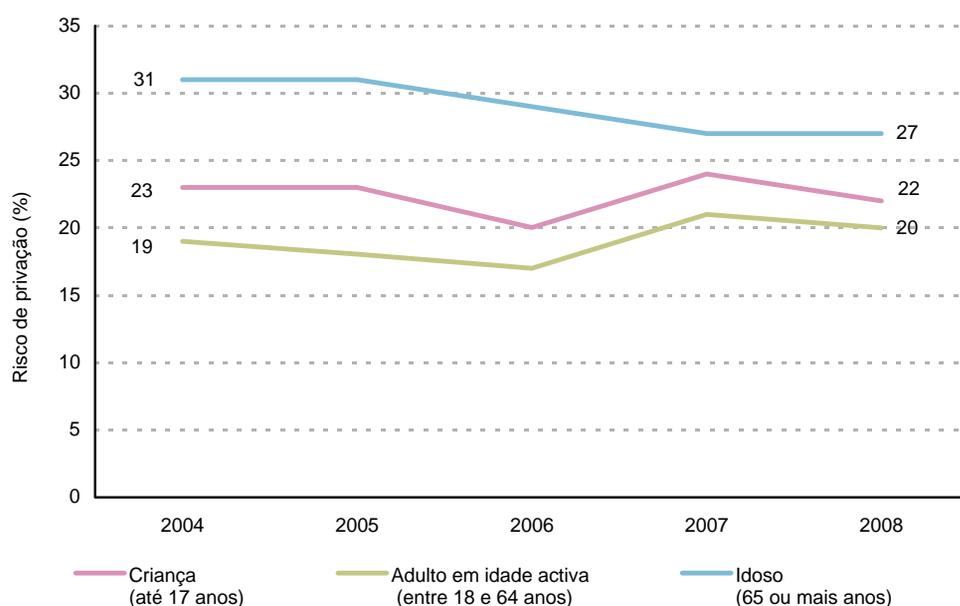
Em termos dos agregados familiares onde se regista um maior risco de pobreza infantil, sobressaem ao longo do período considerado, as famílias monoparentais e os agregados familiares compostos por dois adultos e três ou mais crianças a cargo. Em 2008, o risco de pobreza infantil dos agregados familiares monoparentais era de 39,3% e das famílias de dois adultos com três ou mais crianças a cargo de 35,3%.

A abordagem multidimensional da pobreza também é passível de aplicação à análise da pobreza infantil, a partir dos microdados incluídos no ICOR. Neste inquérito é disponibilizada informação relativa: às condições internas do alojamento, ao seu ambiente exterior, à posse de determinados bens de conforto e à capacidade financeira do agregado familiar. Uma vez que esta informação se reporta ao agregado familiar, no contexto da pobreza infantil esta é a unidade de medida, apesar da unidade de observação ser a criança (indivíduo com idade inferior ou igual a 17 anos). Não sendo indicadores específicos da criança, esta informação

constitui uma *proxy* do nível de privação da criança porquanto tem implícita uma norma social de condições de vida, com implicações, necessariamente, em todos os elementos do agregado familiar, incluindo as crianças.

Os dados estatísticos do EUROSTAT relativos à privação material, mostram que Portugal apresentava em 2008 um risco de privação três pontos percentuais acima da média da UE – 17%. Numa análise desagregada por escalão etário, as crianças constituíam em média na UE o grupo mais vulnerável à privação, logo secundado pelos idosos. A Figura 2 apresenta o padrão evolutivo do risco ou incidência da privação em Portugal, por escalão etário.

Figura IIIa.2 | Risco de privação por escalão etário



Fonte: ICOR, 2004 a 2008 (base de dados ICOR 2004-2008, 19/02/2010).

O quadro evolutivo da privação em Portugal retrata uma vulnerabilidade acrescida dos idosos, enquanto grupo que persistentemente apresenta o risco de privação mais elevado ao longo do período analisado. As crianças secundam os idosos, registando um padrão evolutivo da privação mais semelhante ao dos adultos em idade activa.

É ao nível dos agregados familiares monoparentais que se regista uma incidência da privação infantil mais acentuada, verificando-se que cerca de metade das crianças aqui incluídas se encontravam em risco de privação, ao longo do período 2004-2008. Também significativo, mas mesmo assim menor, é o risco de privação das crianças em famílias com dois adultos e três ou mais crianças a cargo, cujo risco de privação se situava na casa dos 30%, nos mesmos anos.

A base de dados longitudinal do EU-SILC permite a análise da pobreza infantil quer de acordo com a perspectiva monetária, como de privação. Neste contexto é possível analisar os movimentos de entrada / saída da pobreza, assim como o tempo de duração dos períodos de pobreza.

Explanasdas as potencialidades de análise da pobreza infantil a partir dos dados do EU-SILC, importa reflectir sobre as limitações desta análise.



LIMITAÇÕES

O estudo da pobreza infantil tem como unidade de observação a criança. Todavia este enfoque na criança encerra limitações de variada ordem, a saber: (i) caracterização sociodemográfica da criança, (ii) determinação do rendimento específico da criança, (iii) mensuração das prestações sociais e correspondentes benefícios da criança, (iv) aferição do nível de privação da criança. Analisemos sumariamente cada uma das limitações referidas.

(i) CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA CRIANÇA

Não obstante a existência de diversos atributos de carácter demográfico nos microdados do EU-SILC, no que à criança diz respeito, não existem informações específicas da sua condição de criança. Para além do sexo e da idade, a caracterização sociodemográfica da criança é feita através das características da família. Sendo a criança a unidade de observação é a família que constitui a unidade de medida destas características.

(ii) DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO ESPECÍFICO DA CRIANÇA

A análise da pobreza monetária tem implícita a comparação do rendimento individual com o limiar de pobreza. O rendimento individual considerado, tem subjacente uma repartição equitativa dos recursos monetários da família, hipótese controversa e potencialmente irrealista¹⁸. Através da utilização de escalas de equivalência, cujo objectivo é obviar questões relacionadas com a dimensão e composição da família, calcula-se o rendimento disponível por adulto equivalente, elemento chave de determinação da condição de pobre / não pobre individual. Assim uma criança é considerada pobre, caso o seu rendimento disponível por adulto equivalente esteja abaixo do limiar de pobreza.

Esta análise, por ter implícita uma repartição equitativa do rendimento disponível dentro do agregado familiar, não permite analisar como se comporta de facto a repartição de recursos monetários dentro da família. Consequentemente, atribui a mesma condição perante a pobreza de todos os indivíduos do agregado familiar, ocultando situações diferenciadas de bem-estar dentro da família, nomeadamente daqueles que detêm menos poder.

Atendendo aos diferentes modos de vida em situação de pobreza, e no que à pobreza infantil diz respeito, esta metodologia escamoteia, por exemplo, as estratégias de vida de agregados familiares que, apesar de viverem com rendimentos abaixo do limiar de pobreza, investem fortemente na escolaridade e educação dos seus filhos, no sentido de permitirem a quebra do ciclo de transmissão intergeracional da pobreza. Será que estas crianças também são pobres?

¹⁸No sentido de obviar esta limitação, está previsto para 2010 como tema secundário, a *partilha de recursos no seio do agregado doméstico privado*, o que permitirá aferir os recursos afectos a cada elemento do agregado familiar e, no contexto da pobreza infantil, o referente às crianças. O conteúdo informativo deste módulo adicional do EU-SILC permitirá uma avaliação mais rigorosa da pobreza monetária.

(iii) MENSURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS E CORRESPONDENTES BENEFÍCIOS DAS CRIANÇAS

Os dados disponibilizados pelo EU-SILC relativos às prestações sociais dizem respeito ao montante global auferido, não permitindo determinar qual o montante relativo a cada indivíduo e, em particular, a cada criança. Apesar de ser possível isolar as prestações sociais específicas da família / criança, estas incluem outros benefícios para além do abono de família, de natureza bastante heterogénea.

Adicionalmente, note-se que não existe informação sobre a afectação destas prestações, pelo que ficam indefinidos os seus beneficiários reais. Desta forma a aferição da eficácia das políticas sociais que se consubstanciam neste tipo de transferências fica dificultada, podendo apenas ser rigorosamente determinada através de métodos de simulação que, contudo, continuam a não incorporar informação sobre os beneficiários reais de tais prestações. Aliás, esta informação está de alguma forma relacionada com a questão levantada no ponto anterior.

(iv) AFERIÇÃO DO NÍVEL DE PRIVAÇÃO DA CRIANÇA

A análise da privação material das crianças a partir do EU-SILC está condicionada aos indicadores de condições de vida existentes. Tais indicadores não são específicos da criança e, por isso, apenas permitem uma inferência indirecta do seu bem-estar e conseqüente nível de privação. Mais, porque tais indicadores dizem respeito ao agregado familiar, este constitui a unidade de medida apesar de ser a criança a unidade de observação, o que poderá escamotear diferenciadas utilizações / benefícios dos bens implícitos nos indicadores de privação adoptados, no seio da família.

A amostra subjacente ao ICOR para Portugal, impõe algumas limitações adicionais à análise da pobreza infantil, decorrentes do seu escasso dimensionamento. De facto na amostra de 2004, por exemplo, existiam 14 297 indivíduos, dos quais 2 810 eram crianças. Em 2008 estes valores eram, respectivamente, 11 786 e 2 046.

Adicionalmente, a análise da pobreza para determinados grupos populacionais como sejam as famílias monoparentais e os agregados familiares compostos por dois adultos e três ou mais crianças a cargo, considerados como particularmente vulneráveis à pobreza em geral e à pobreza infantil em particular, está também limitada pelo reduzido dimensionamento amostral. Em 2008 por exemplo, apenas faziam parte da amostra 197 indivíduos (dos quais 121 eram crianças) incluídos em famílias monoparentais e 237 indivíduos (dos quais 145 eram crianças) em agregados familiares com dois adultos e três ou mais crianças a cargo.

Finalmente, refira-se que o desenho amostral subjacente ao EU-SILC não é específico da população infantil, mas sim da população em geral, o que limita necessariamente a representatividade e conteúdo da informação relativa às crianças.



ALGUMAS NOTAS SOBRE A POBREZA NO FEMININO

Carla Machado*

A igualdade entre homens e mulheres tem preocupado cada vez mais os poderes políticos e a comunidade em geral. Entre 1976 e 1985 as Nações Unidas promoveram a *Década das Nações Unidas para as Mulheres*, constituindo um marco para o despertar desta problemática. Desde aí tem-se vindo a observar um crescente aprofundamento da problemática de género, colocando as questões da igualdade entre homens e mulheres em termos de direitos humanos e dando-lhe, paralelamente, um carácter de preocupação constante em diversas áreas de desenvolvimento económico, social e ambiental das sociedades.

Não obstante esta preocupação na promoção da igualdade de género, e até mesmo nas sociedades mais desenvolvidas, ainda persistem várias áreas onde a desigualdade entre homens e mulheres tende a ser visível, como seja, no acesso e nas oportunidades criadas ao nível da educação, formação contínua, mercado de trabalho, participação cívica e em órgãos de poder, partilha de responsabilidades no seio da família. Este tipo de desigualdades torna-se ainda mais preocupante junto do grupo de mulheres mais vulneráveis a situações de pobreza.

As análises do fenómeno da pobreza que integram uma perspectiva de género tendem a ser escassas, quer ao nível nacional como internacional. A quantificação do fenómeno requer o acesso a instrumentos de medida que se constituam versáteis e abrangentes das duas problemáticas – o género e a pobreza. Sendo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento o instrumento de medida que permite actualmente analisar o fenómeno da pobreza, até porque foi concebido para esse mesmo efeito primário, o grande desafio que se coloca é avaliar a sua potencialidade no cruzamento dessa análise com a problemática da igualdade de género.

Antes de avançar para a apresentação de alguns dados relevantes e possíveis de obtenção através deste inquérito, importa ressaltar algumas opções metodológicas necessárias neste tipo de análise.

- Selecção de uma unidade de observação adequada para este tipo de diagnóstico: recorre-se, por defeito, ao indivíduo com mais de 16 anos, permitindo diferenciar os homens adultos das mulheres adultas.
- Definição dos conceitos de pobreza a explorar: recorre-se primordialmente à perspectiva unidimensional da pobreza, dando-se ênfase aos recursos monetários

* Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica – ISEG-UTL

dos indivíduos e dos seus agregados familiares, permitindo avaliar as situações de pobreza monetária. Numa vertente complementar, e necessária na análise deste tipo de unidade de observação, explora-se a perspectiva multidimensional da pobreza, observando-se diferentes condições de vida que podem conferir uma situação de privação aos indivíduos.

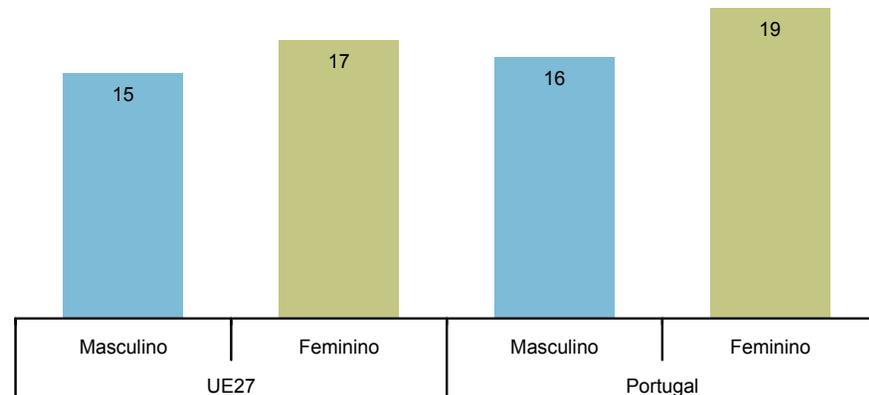
A análise que se segue adopta as metodologias oficiais do EUROSTAT na análise das situações de pobreza monetária e privação através do ICOR, sendo por isso necessário alertar para alguns aspectos quando se pretende confrontar as problemáticas de género e pobreza, designadamente:

- O princípio da perfeita distribuição de rendimentos no seio dos agregados familiares, na determinação da situação de pobreza monetária dos indivíduos. Refere-se a uma hipótese fortemente controversa, dadas as diferentes formas de obtenção e gestão dos recursos monetários que poderão existir dentro da família e que muitas vezes conferem uma posição desfavorável à mulher.
- A análise agregada das condições de vida e a inexistência de indicadores específicos de privação por género. Estes aspectos escamoteiam situações de privação vivenciadas de forma diferenciada no seio da família, designadamente pelas mulheres, que tradicional e culturalmente detêm menor poder e que, por isso, chamam preferencialmente a si as carências.
- A maior vulnerabilidade a situações de pobreza e desigualdade entre homens e mulheres em grupos específicos com reduzida expressão na amostra. Salienta-se em concreto as famílias monoparentais que têm vindo a ganhar um papel cada vez mais incidente e preocupante na sociedade.

Segundo os dados do ICOR no contexto europeu, e efectuando um cruzamento directo entre as situações de pobreza, numa perspectiva meramente monetária, e o sexo dos adultos inquiridos, é possível observar que Portugal apresenta níveis de risco de pobreza monetária acima da média europeia, especialmente para o grupo das mulheres. Os dados mais recentes do EUROSTAT relativos a 2008 evidenciam que cerca de 19 por cento dos adultos do sexo feminino encontravam-se em risco de pobreza monetária em Portugal, mais dois pontos percentuais que a média da UE27. De facto, a situação de pobreza monetária junto do sexo masculino encontra-se menos expressiva, abrangendo cerca de 16 por cento dos homens adultos portugueses (face a 15 por cento na média da UE27).



Figura IIIb.1 | Risco de pobreza monetária – perspectiva de género, Portugal e UE27, 2008



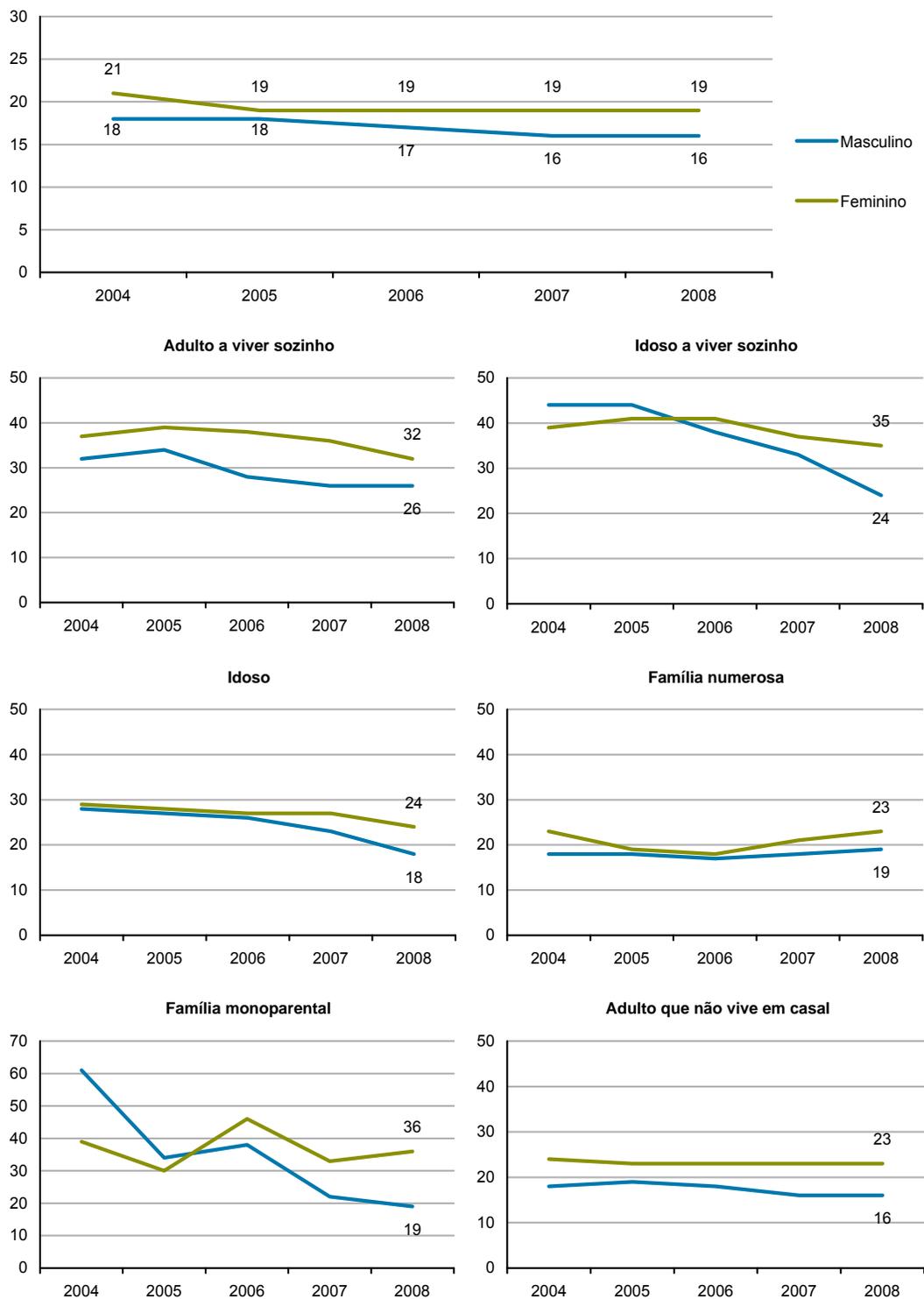
Fonte: Eurostat, Statistics of Income and Living Conditions (EU-SILC), 2008

Porém, a ventilação directa de situações de pobreza pelo sexo dos indivíduos, homens vs mulheres, torna-se pouco diferenciadora da efectiva desigualdade existente. É importante atender a grupos específicos da sociedade, conjuntamente mais vulneráveis a situações de pobreza e a situações de desigualdade entre homens e mulheres.

Destacam-se os grupos que se diferenciam pela sua estrutura e composição familiar, como sejam as famílias numerosas, as famílias monoparentais, os indivíduos que vivem sozinhos, em especial idosos isolados, famílias onde não coabitam casais, entre outras. Tratam-se de grupos familiares onde se reconhece uma maior vulnerabilidade a situações de pobreza monetária e de privação e, onde se poderá comprovar também, segundo os dados evolutivos do ICOR, uma maior propensão a desigualdades entre homens e mulheres, com penalização para o sexo feminino.

De facto, como se observa na Figura 2, as mulheres que constituem famílias monoparentais e as idosas que vivem sozinhas merecem especial atenção no cruzamento destas problemáticas. Além de registarem um risco de pobreza monetária efectivamente mais elevado do que o das mulheres adultas, a diferença desse risco por comparação ao dos homens é especialmente significativa, sobretudo nos anos mais recentes. A monoparentalidade e a habitação isolada dos idosos referem-se a estruturas familiares com fortes taxas de feminização (superiores a $\frac{3}{4}$) o que torna a situação ainda mais gravosa.

Figura IIIb.2 | Risco de pobreza monetária, perspectiva de género, e alguns grupos de risco



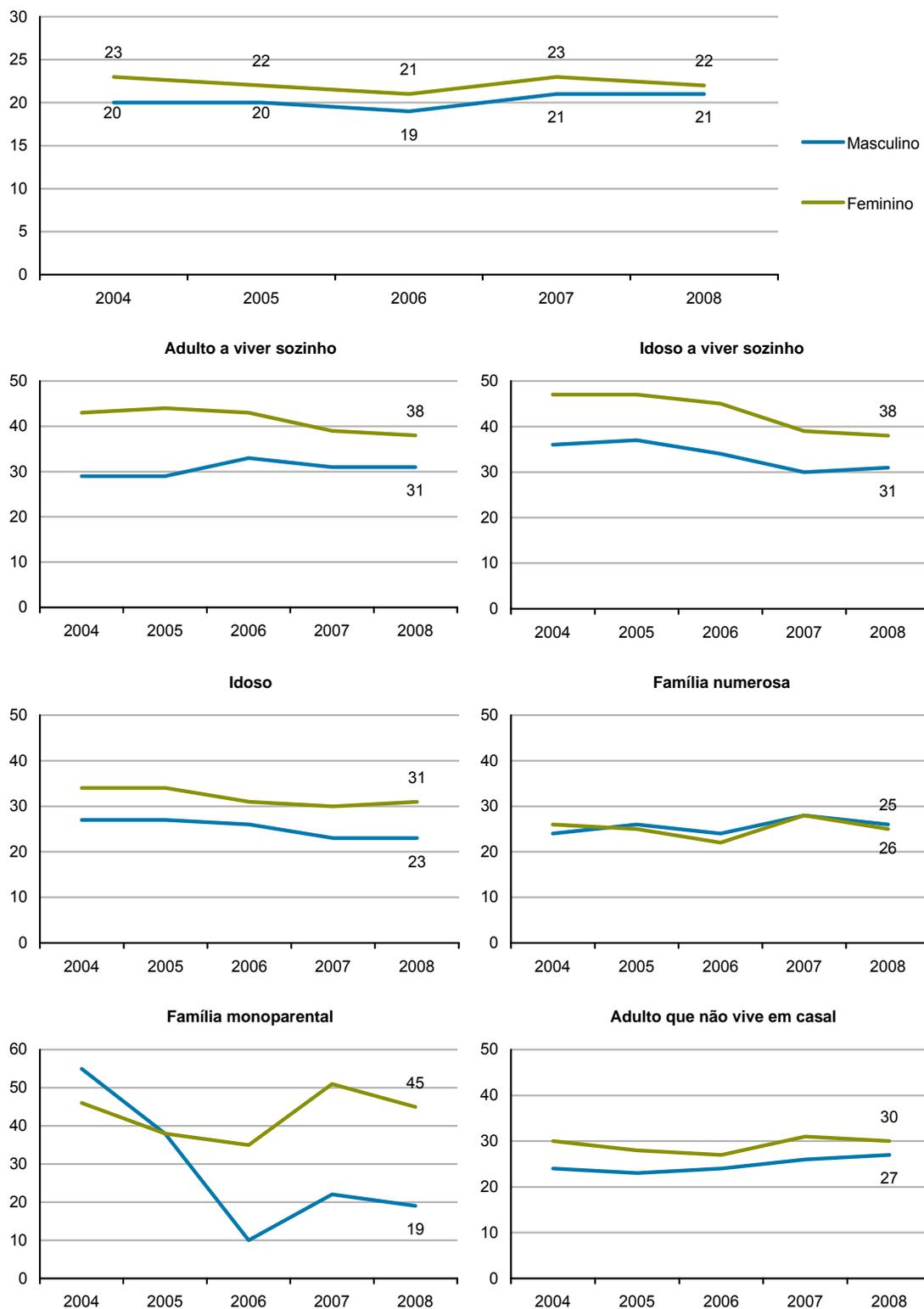
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2004-2008 (base de dados ICOR 2004-2008, 19/02/2010).

As mulheres que vivem em agregados familiares mais numerosos (5 ou mais indivíduos) ou que não coabitam com um cônjuge também tendem a estar mais vulneráveis a situações



de pobreza monetária que os homens em semelhantes condições de estrutura familiar, com tendência a um agravamento ligeiro nos anos mais recentes.

Figura IIIb.3 | Risco de privação, perspectiva de género, e alguns grupos de risco



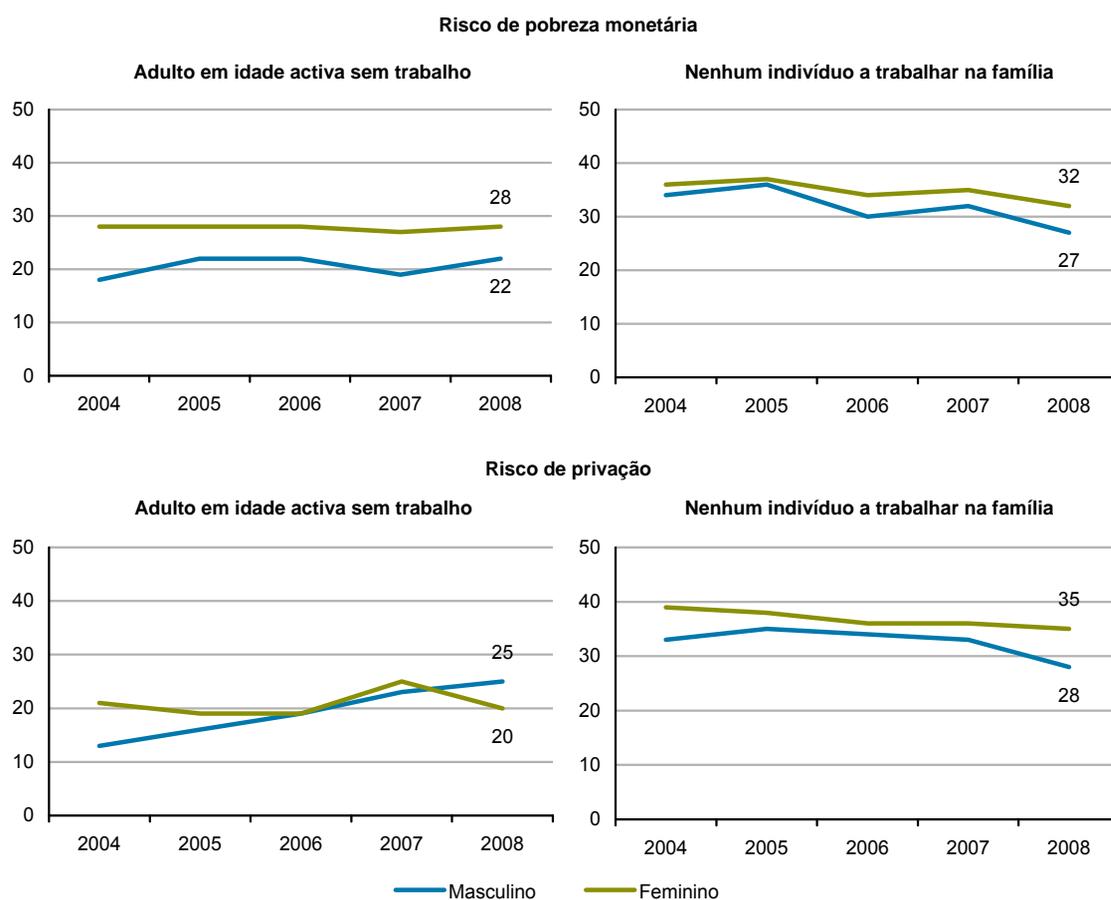
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2004-2008 (base de dados ICOR 2004-2008, 19/02/2010).

Recorrendo a uma análise multidimensional da pobreza, através do risco de privação, os grupos de especial alerta de desigualdade entre homens e mulheres acompanhado de elevado risco de privação são semelhantes aos da anterior análise o que vem corroborar as preocupações referidas. Excepcionam-se os adultos que compõem as famílias numerosas, que embora apresentem um risco de privação superior à globalidade dos adultos do respectivo sexo, não registam diferenças significativas face ao sexo oposto.

Um outro tipo de grupos que requerem especial atenção na conjugação das duas problemáticas prende-se com a situação do indivíduo perante o trabalho que interfere directamente nos rendimentos individuais obtidos pelo próprio indivíduo e pelos restantes membros do agregado familiar. Embora se esteja sobre o princípio de perfeita distribuição do rendimento dentro do seio familiar, o que prejudica na identificação destes grupos como já foi referido, detectou-se alguns grupos de alerta.

Destacam-se as mulheres inseridas em agregados familiares em que nenhum dos indivíduos se encontra a trabalhar e, de forma mais particular, as mulheres em idade activa sem trabalho. Nestes grupos registam-se riscos de pobreza monetária e de privação mais elevados do que o observado para a generalidade dos adultos do respectivo sexo, bem como níveis de diferenças entre homens e mulheres tendencialmente mais elevados.

Figura IIIb.4 | Risco de pobreza monetária e privação, perspectiva de género, e alguns grupos de risco



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2004-2008 (base de dados ICOR 2004-2008, 19/02/2010).



A limitação do instrumento de medida ICOR na determinação das desigualdades entre homens e mulheres, especialmente pela dificuldade em obter a efectiva partilha de rendimentos dentro do agregado familiar, que na maioria das vezes penaliza o sexo feminino, é reconhecida ao nível europeu. À semelhança do que já tem vindo a ser feito com outras temáticas, este ano (2010) encontra-se a ser implementado um novo módulo destinado à “Partilha de recursos no seio do agregado doméstico privado”. Aguarda-se com expectativa os resultados deste módulo para melhor conhecer e avaliar os grupos mais vulneráveis às desigualdades entre homens e mulheres e à exposição a situações de pobreza monetária e privação.

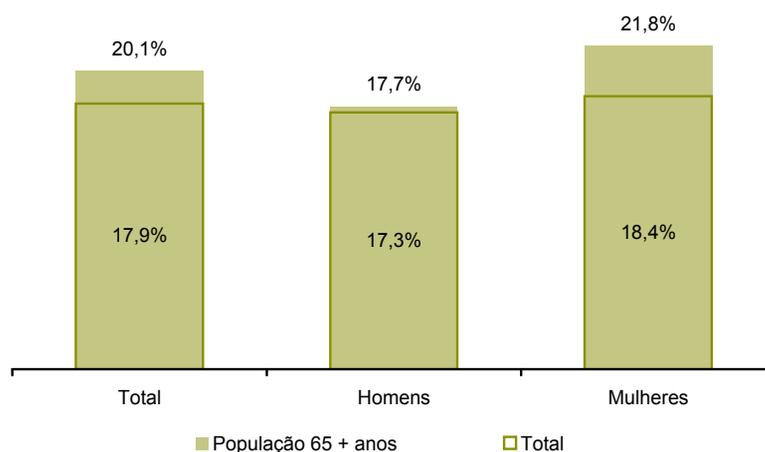


O RISCO DE POBREZA E A PRIVAÇÃO MATERIAL DAS PESSOAS IDOSAS

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 20,1% dos indivíduos com 65 ou mais anos (população idosa) encontravam-se, em 2008, em risco de pobreza¹⁹, ou seja, uma proporção superior em 2,2 p.p. à taxa de risco de pobreza de 17,9% para o total da população residente.

À semelhança do que se verifica para o conjunto da população residente, as mulheres com 65 ou mais anos registavam um risco de pobreza mais elevado (21,8%) que os homens na mesma faixa etária (17,7%). Considerando a proporção de mulheres idosas em risco de pobreza e a mesma proporção no total de mulheres, verifica-se que esta diferença era de 3,4 p.p., enquanto que a mesma diferença nos homens era de apenas 0,4 p.p..

Figura IIIc.1 | Taxa de risco de pobreza total e na população com 65 ou mais anos por sexo, Portugal 2008



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2009

O risco de pobreza das pessoas idosas aumentava para 32,7% em 2008 no caso destas viverem sós. Comparando com um adulto com menos de 65 anos a viver só (20,1%), a taxa de risco de pobreza aumentava em 12,6 p.p.. Esta era também a diferença percentual observada considerando o total de idosos em risco de pobreza (20,1% em 2008). Por outro lado, em agregados familiares com dois adultos, a condição da idade (pelo menos um indivíduo com 65 ou mais anos) fazia aumentar o risco de pobreza em 2,2 p.p.: 16,6% de indivíduos em agregados de dois adultos ambos com menos de 65 anos e 18,8% quando pelo menos um tinha 65 ou mais anos.

¹⁹ A população em risco de pobreza corresponde à proporção de indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores à linha de pobreza relativa, a qual corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes (€4 969 em 2008).

Figura IIIc.2 | Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos e com menos de 65 anos por tipo de agregado familiar, Portugal 2003-2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1 adulto com menos de 65 anos	25,7	28,0	26,3	27,3	25,0	20,1
1 adulto com 65 + anos	41,0	42,2	39,8	36,6	34,5	32,7
2 adultos ambos c/ menos 65 anos	16,2	15,2	18,3	17,6	16,5	16,6
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos	30,0	28,1	25,8	26,4	21,7	18,8

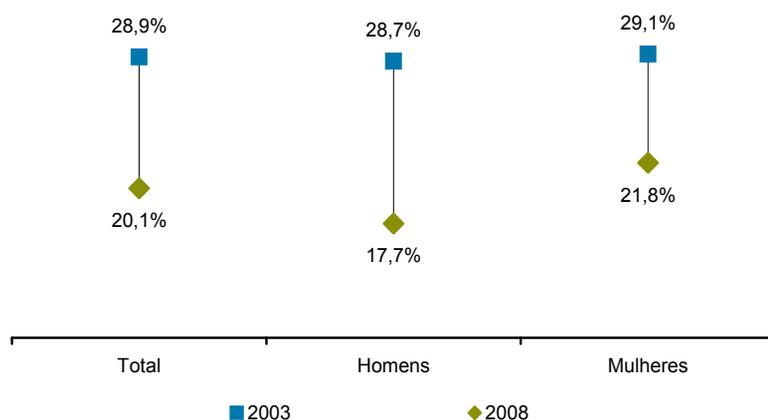
Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2009

Notas: Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

Apenas foram considerados os agregados familiares sem crianças dependentes a cargo.

Entre 2003 e 2008 a taxa de risco de pobreza da população idosa diminuiu cerca de 9 p.p., passando de 28,9% em 2003 para 20,1% em 2008. Essa redução, embora transversal em ambos os sexos foi mais forte nos homens (11 p.p.) do que nas mulheres (7,3 p.p.).

Figura IIIc.3 | Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos, Portugal 2003 e 2008

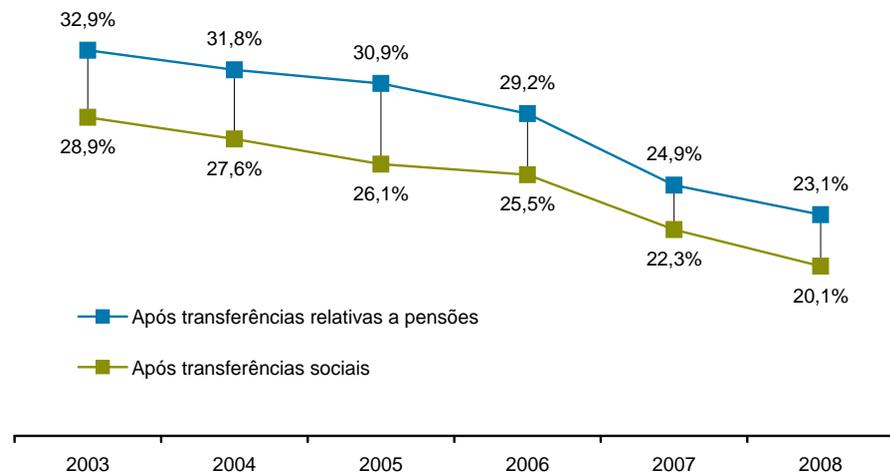


Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

As transferências sociais assumem um papel relevante na redução da taxa de risco pobreza na população idosa, tal como na população total. Considerando a taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões (que inclui os rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência), a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos em risco de pobreza era de 23,1% em 2008, a qual diminuía para 20,1% adicionando o rendimento de outras transferências sociais (taxa de risco de pobreza após transferências sociais). No início do período em análise, em 2003, a redução entre as duas taxas tinha sido ainda mais acentuada, passando de 32,9% para 28,9%, respectivamente.



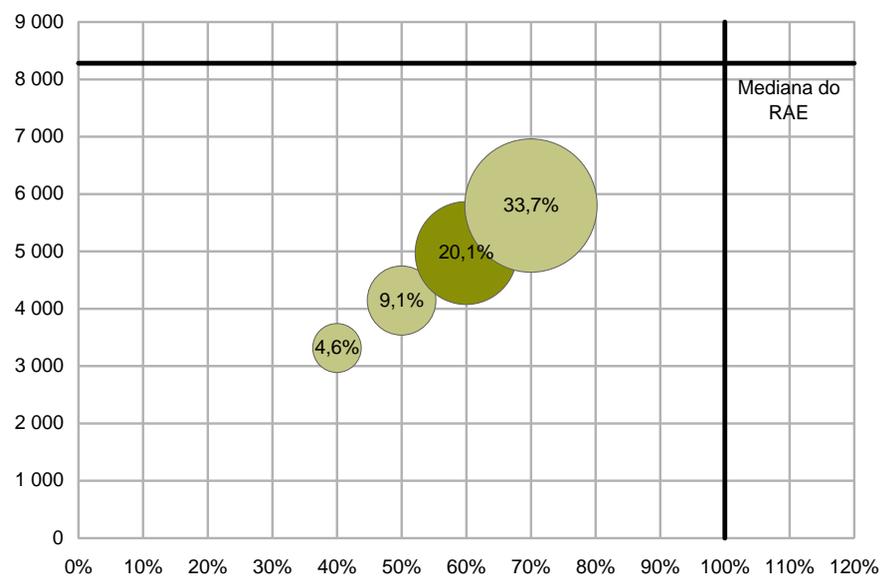
Figura IIIc.4 | Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos considerando as transferências sociais, Portugal 2003-2008



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2009

Como análise complementar, definiram-se diferentes linhas de pobreza, mais ou menos afastadas da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes, permitindo visualizar cenários alternativos da proporção de pessoas idosas em risco de pobreza consoante a fasquia do rendimento por adulto equivalente (RAE) fosse mais elevado, por exemplo, nos 70% da mediana do RAE, ou mais baixo, ilustrado no exemplo nos 40% e nos 50% da mediana do RAE.

Figura IIIc.5 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) e dispersão do limiar de risco de pobreza (40%, 50% e 70% da mediana) para a população com 65 ou mais anos, Portugal 2008



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2009

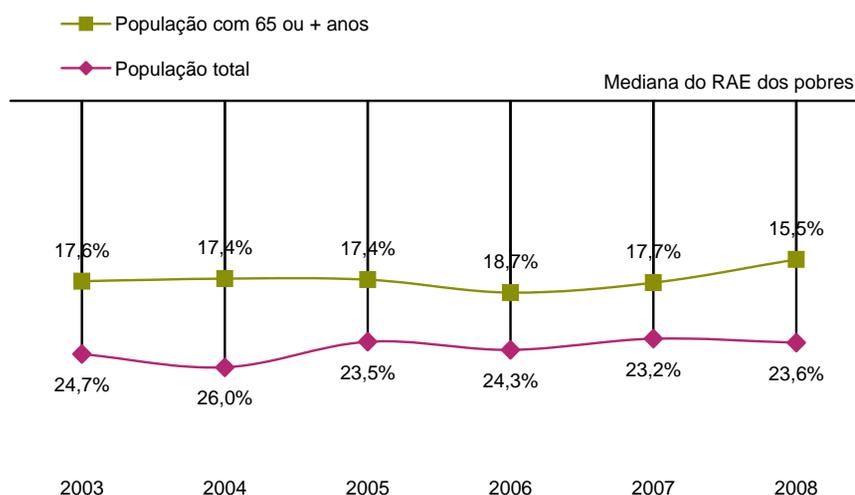
Assim, verifica-se que a proporção da população idosa em risco de pobreza aumentaria para 33,7% se o valor de referência fosse estabelecido nos 70% da mediana (€5 797 em 2008). Todavia, se o valor de referência fosse estabelecido em 50% da mediana do RAE (€4 141 em 2008), a proporção de idosos em risco de pobreza seria de 9,1%; no mesmo sentido, se o valor de referência correspondesse a 40% da mediana do RAE (€3 313 em 2008) a proporção de idosos em risco de pobreza seria de apenas 4,6%.

Esta análise permite concluir que, apesar de maior permeabilidade à pobreza, a população idosa em risco de pobreza apresenta rendimentos por adulto equivalente mais próximos do limiar de pobreza comparativamente à população total. Este facto é corroborado pela análise das taxas de intensidade de pobreza na população idosa e na população total (Figura 6).

Entre 2003 e 2008 a intensidade da pobreza²⁰ na população idosa diminuiu de 17,6% para 15,5%, ou seja, a distância percentual do rendimento mediano dos indivíduos com 65 ou mais anos em risco de pobreza face ao limiar de pobreza diminuiu 2,1 p.p. naquele período.

No período em análise, a taxa de intensidade da pobreza era menor na população idosa (entre 16% e 19%) comparativamente à população total (entre 23% e 26%). Assim, pode concluir-se que é menos gravosa a insuficiência de rendimento dos indivíduos idosos em risco de pobreza comparativamente ao total da população residente.

Figura IIIc.6 | Taxa de intensidade de pobreza (60% da mediana) total e na população com 65 ou mais anos, Portugal 2003-2008



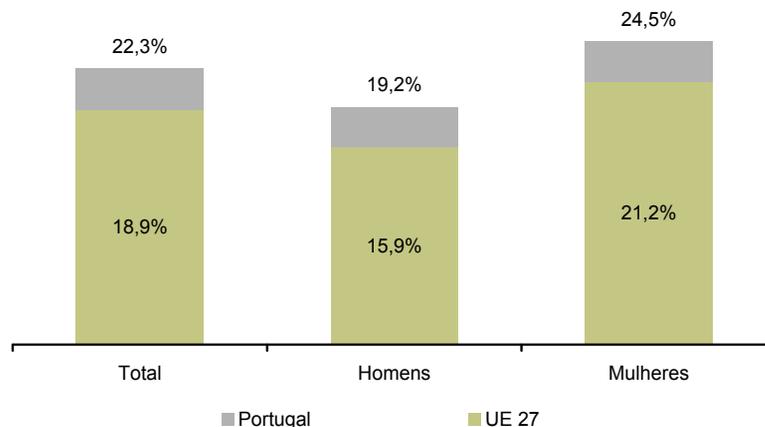
Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2009

Em 2007, a taxa de risco de pobreza da população idosa na União Europeia (UE27) era de 18,9%, ou seja, menos 3,4 p.p. que o valor para Portugal no mesmo ano (22,3%). A proporção de homens e mulheres em risco de pobreza registava a mesma diferença percentual, considerando o total da UE (15,9% de homens e 21,2% de mulheres em risco de pobreza) e o nosso país (19,2% e 24,5%, respectivamente).

²⁰ A intensidade da pobreza mede a diferença (em percentagem) entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza.



Figura III.7 | Taxa de risco de pobreza na população com 65 ou mais anos por sexo, Portugal e União Europeia (UE 27), 2007



Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2008

Entre os 27 Estados-Membros da União Europeia, onze países registavam taxas de risco de pobreza na população idosa inferiores à média da UE27 (18,9%) em 2007, sendo que com taxas inferiores a 10% encontravam-se: Hungria (4,3%), Luxemburgo (5,4%), República Checa (7,4%), Países Baixos (9,4%) e Eslováquia (9,9%). No extremo oposto, Bulgária (33,8%), Estónia (39,0%), Chipre (48,3%) e Letónia (51,2%), registavam as taxas de risco de pobreza mais elevadas na população em análise (superiores a 30%).

A taxa de privação material, que corresponde à proporção da população em que se verifica a falta de pelo menos três dos nove itens²¹ seleccionados, é exemplo de um indicador não monetário que, em complemento com os indicadores de pobreza e desigualdade relacionados com rendimento, permite uma perspectiva mais global destas questões.

Em 2009, a taxa de privação material entre as pessoas com 65 ou mais anos era de 24,7%, superior em 3,3 p.p. à verificada para a população total. À semelhança do que se verifica em relação aos indivíduos em risco de pobreza monetária, também a privação material era mais elevada nas mulheres idosas: 28,1% face aos 20,0% de homens no mesmo grupo etário.

Entre 2004 e 2009 verificou-se uma redução da taxa de privação material na população com 65 ou mais anos, em ambos os sexos, particularmente entre os homens (-7,2 p.p.).

Considerando a população idosa em risco de pobreza, a taxa de privação material assume um valor quase duplo relativamente à observada para o total da população idosa: 45,3% em 2009, mantendo-se as diferenças entre os sexos (48,0% nas mulheres e 40,6% nos homens).

²¹ Os nove itens considerados para medir a privação material são: a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa, por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores, por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto), por dificuldades económicas.

Figura III.8 | Indicadores de privação material na população com 65 ou mais anos, Portugal 2004-2009

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de privação material na população com 65 ou mais anos (em %)						
Total	31,3	31,3	29,6	27,5	27,7	24,7
Homens	27,2	27,7	26,8	23,6	22,8	20,0
Mulheres	34,2	33,9	31,6	30,2	31,3	28,1
Taxa de privação material na população com 65 ou mais anos em risco de pobreza (em %)						
Total	51,2	53,3	49,1	49,7	53,9	45,3
Homens	47,6	50,4	48,0	45,1	50,1	40,6
Mulheres	53,6	55,4	49,9	52,5	56,0	48,0
Intensidade da privação material na população com 65 ou mais anos (nº médio de itens com privação)						
Total	3,7	3,7	3,8	3,6	3,6	3,7

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2009

Nota: Os indicadores de privação material foram construídos com base em informação relativa ao ano do inquérito.

Entre 2004 e 2009, verificou-se que, apesar do decréscimo da taxa de privação material na população em análise, o número médio de itens em falta para a população em privação material (intensidade da privação material) rondou os 3,7, valor idêntico ao da população total.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EUROSTAT (2010), *Combating poverty and social exclusion – A statistical portrait of the European Union 2010*, Eurostat Statistical books, European Commission.

Rodrigues, Carlos Farinha (2007), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*, Coimbra, Edições Almedina.

Wolff, Pascal (2009), “79 million EU citizens were at-risk-of-poverty in 2007, of whom 32 million were also materially deprived”, *Statistics in focus 46/2009*, Population and social conditions, Eurostat.



TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA

O actual ponto de reflexão acerca da *Transmissão intergeracional da pobreza* resulta da análise dos dados do módulo *ad hoc*, integrado no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) realizado em 2005, junto de indivíduos com idade entre os 25 e os 65 anos, a 31 de Dezembro de 2004, que foram inquiridos acerca dos seus antecedentes parentais – situação familiar, socioprofissional e socioeducacional - à data da sua adolescência (quando o entrevistado tinha entre 12 e 16 anos).

A noção de pais ultrapassa, neste caso, a existência de uma relação biológica ou de adopção legal, questionando-se o indivíduo sobre a pessoa / pessoas, a quem este atribuía a figura parental, no período de referência.

Os indicadores socioprofissionais e socioeducacionais relativos ao próprio indivíduo referem-se a 2005. A taxa de risco de pobreza reporta-se a 2004.

A pobreza, enquanto conceito multidimensional, pode ser perspectivada de diferentes formas e ser objecto de várias explicações. A ideia de transmissão intergeracional da pobreza e das desigualdades constitui um enfoque particular neste domínio que resume a hipótese de que o risco de pobreza dos indivíduos tende a reproduzir-se de pais para filhos porquanto se encontra associado ao contexto social, económico e educacional da família de origem.

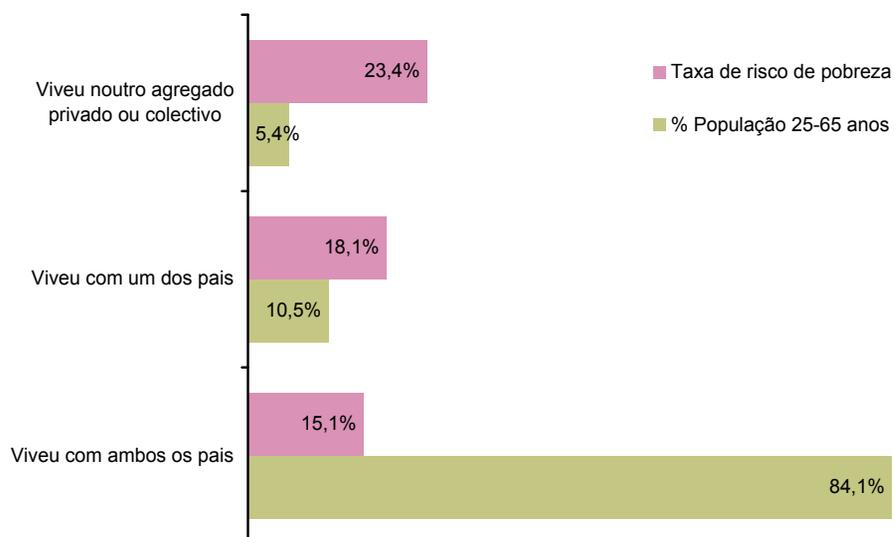
Neste enquadramento, a análise das origens de classe e das trajectórias de mobilidade social dos indivíduos através da utilização de indicadores socioprofissionais e socioeducacionais apresenta-se como o principal vector de análise. A situação familiar de origem, em termos de arranjos familiares e da dimensão do agregado também foi considerada.

IMPACTO DA SITUAÇÃO FAMILIAR DO INDIVÍDUO NA ADOLESCÊNCIA SOBRE A TAXA DE RISCO DE POBREZA

Em 2004, 15,9% dos indivíduos entre os 25-65 anos encontravam-se em risco de pobreza, uma proporção inferior em 3,5 p.p. à taxa de risco de pobreza de 19,4% para o total da população residente.

Os arranjos familiares que caracterizavam o agregado familiar de origem, bem como a própria dimensão do agregado medida através do número de irmãos mostraram ter impacto na taxa de risco de pobreza dos indivíduos.

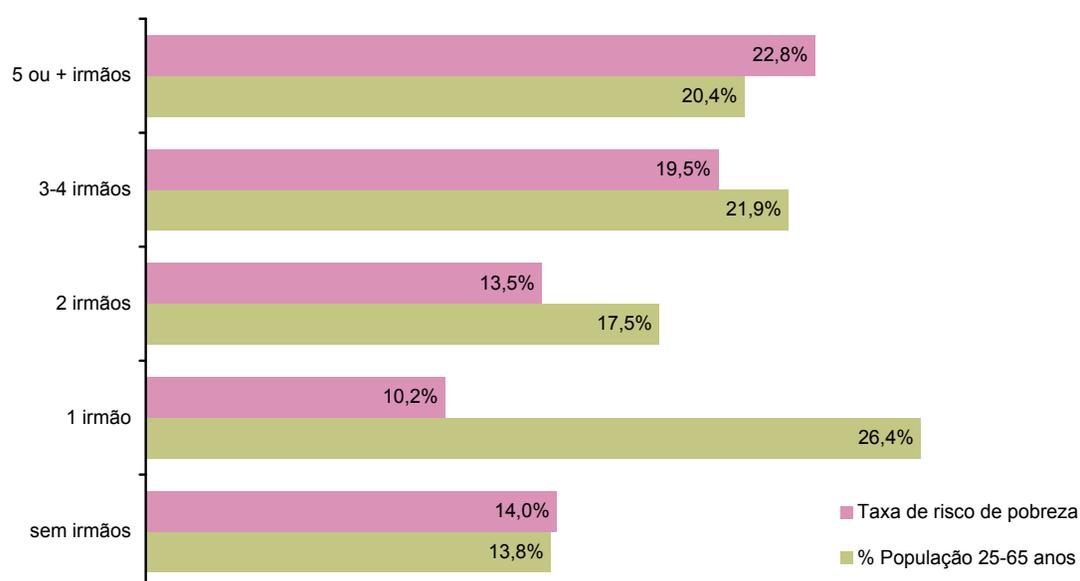
Figura III.d.1 | Taxa de risco de pobreza segundo a situação familiar do indivíduo na adolescência, Portugal 2004



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005

Para os indivíduos que viveram com ambos os pais, situação que englobava 84,1% da população entre os 25-65 anos, a taxa de risco de pobreza era de 15,1%, inferior às taxas de risco de pobreza dos indivíduos que viveram apenas com um dos pais (sozinho ou a viver conjugalmente) ou que viveram noutro agregado privado ou colectivo, respectivamente de 18,1% e 23,4%.

Figura III.d.2 | Taxa de risco de pobreza segundo o número de irmãos com que o indivíduo viveu na adolescência, Portugal 2004



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005



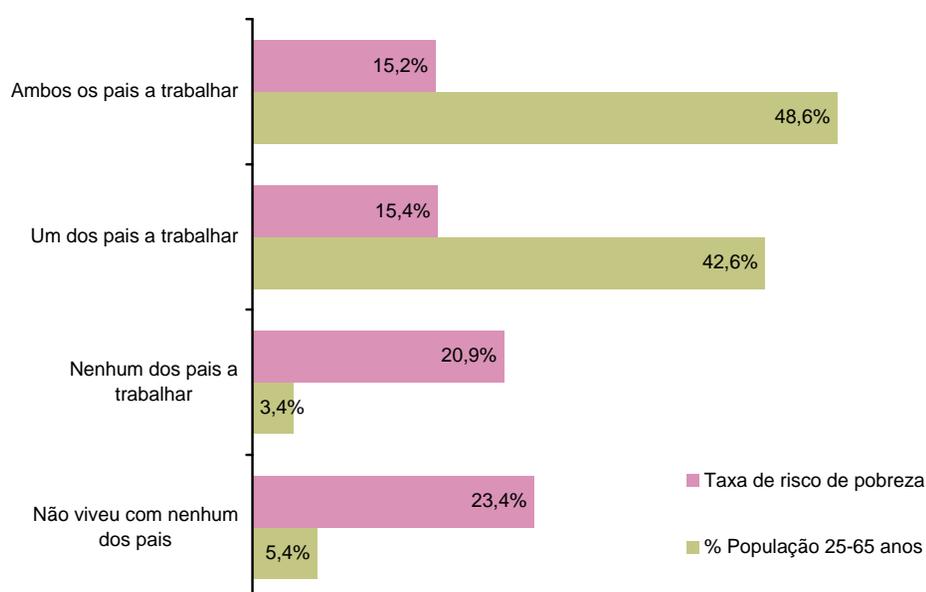
Com excepção dos filhos únicos, que apresentavam uma taxa de risco de pobreza de 14,0% (superior à dos indivíduos com 1 e 2 irmãos, mas abaixo da taxa de risco de pobreza para o conjunto da população entre os 25-65 anos situada nos 15,9%), a taxa de risco de pobreza aumenta gradualmente para os indivíduos com maior número de irmãos: 22,8% dos indivíduos entre os 25-65 anos de idade que viveram na adolescência com 5 ou mais irmãos encontravam-se em risco de pobreza, enquanto que 10,2% e 13,5% dos indivíduos que viveram com 1 e 2 irmãos, respectivamente, estavam em situação de risco de pobreza.

Em síntese, a inserção num núcleo familiar clássico (pai/mãe) de dimensão relativamente reduzida (1/2 irmãos) na adolescência parece ser garante de uma maior inclusão social na vida adulta. Por outro lado, é de sublinhar a tendência de aumento do risco de pobreza nas famílias com maior número de filhos.

INDICADORES SOCIOPROFISSIONAIS DA FAMÍLIA DE ORIGEM E DO INDIVÍDUO

A inserção no mercado de trabalho tem impacto na redução do risco de pobreza. A grande maioria dos indivíduos viveu a sua adolescência em agregados familiares em que ambos os pais trabalhavam (48,6%) ou em que pelo menos um deles trabalhava (42,6%). Estes indivíduos apresentavam uma taxa de risco de pobreza de cerca de 15%. Já o risco de pobreza para os indivíduos que viveram em agregados em que ambos os pais não trabalhavam ou que não viveram com nenhum dos pais era bastante mais elevado, respectivamente de 20,9% e 23,4%.

Figura III.3 | Taxa de risco de pobreza segundo o número de pais a trabalhar durante a adolescência do indivíduo, Portugal 2004



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005

Uma parte substancial dos indivíduos provinham de famílias relacionadas com a actividade agrícola - Agricultores independentes e Assalariados agrícolas (35,2%) - e de famílias de Empregados executantes (20,8%). Na geração seguinte, os lugares de classe

relacionados com a agricultura passaram a ocupar um lugar residual (8,0%) enquanto a categoria dos Operários industriais cresceu significativamente (de 8,9% para 28,9%). A proporção de Empregados executantes surgiu também reforçada (de 20,8% para 30,4%) juntamente com a categoria dos Profissionais técnicos e de enquadramento (de 6,9% para 15,4%). Alterações que reflectem as mudanças ocorridas no País ao nível das actividades económicas – declínio do sector primário e crescimento da actividade industrial e dos serviços.

Figura III.4 | Lugares de classe da família de origem e do indivíduo, Portugal 2005

Unidade: %

Lugares de classe	Família de origem	Indivíduo
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	7,0	9,3
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	6,9	15,4
Trabalhadores Independentes	8,8	7,9
Agricultores Independentes	26,5	5,2
Empregados Executantes	20,8	30,4
Operários Industriais	8,9	28,9
Assalariados Agrícolas	8,7	2,8
<i>Não viveu com nenhum dos pais</i>	12,5	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005. Dados classificados através da tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

O conceito de classe social designa o conjunto de indivíduos que se encontram numa posição social similar ou comparável em termos socioprofissionais, isto é, ocupam idênticos lugares de classe. Para a determinação dos lugares de classe optou-se pela utilização da tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado)²² que propõe duas matrizes: uma de construção das categorias individuais de classe, a partir dos indicadores “profissão” e “situação na profissão” (Anexo 1); outra de construção das categorias de classe para os grupos domésticos (Anexo 2) que elege o critério de dominância de recursos dos lugares de classe individuais. Na análise empreendida, e no que toca à variável “situação na profissão”, que concorre para a construção das categorias individuais de classe, incluiu-se a categoria de “Patrões” na categoria de “Trabalhadores por conta própria”.

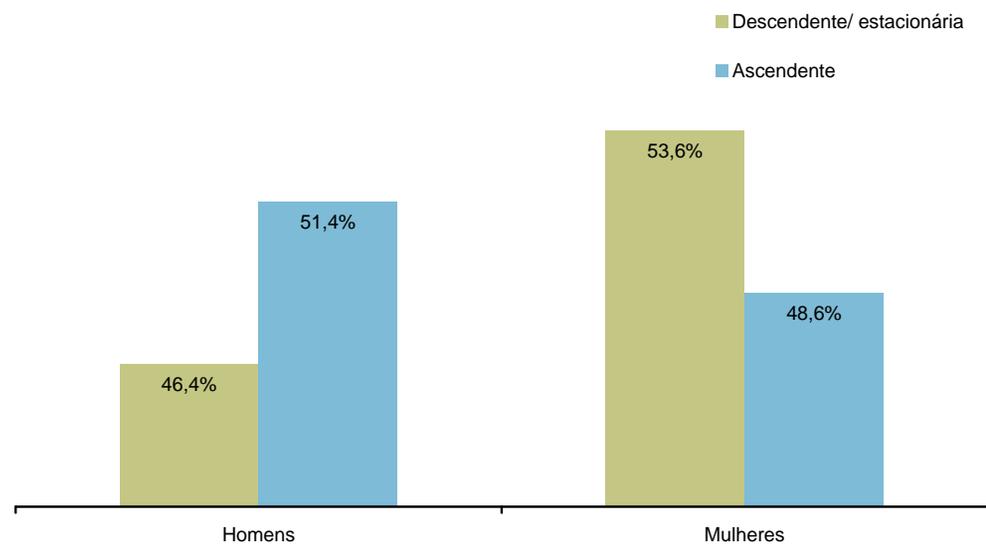
A análise da mobilidade social intergeracional, que resulta da comparação dos lugares de classe da família de origem e do indivíduo construídos com base na utilização da tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado), revelou que 42,6% dos indivíduos tiveram uma mobilidade social ascendente, 27,3% uma mobilidade social estacionária e 30,1% uma mobilidade social

²² As vantagens analíticas associadas à utilização da tipologia ACM na determinação dos lugares de classe podem ser consultadas nas seguintes obras: Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta e Costa, António Firmino da et al. (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, 4-46.



descendente, consoante ocupavam um lugar de classe superior, idêntico ou inferior ao dos seus pais, respectivamente.

Figura III.d.5 | Mobilidade social intergeracional segundo o sexo do indivíduo, Portugal 2005



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005. Dados classificados através da tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

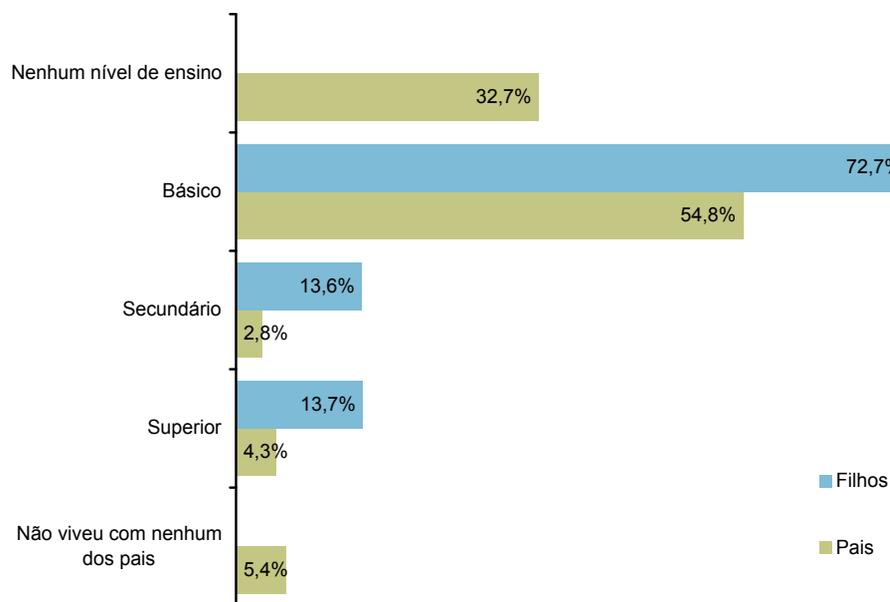
Uma análise por sexo revela que os homens apresentavam uma vantagem em relação às mulheres em termos de mobilidade social intergeracional ascendente (51,4% e 48,6%, respectivamente) o que não deixa de traduzir uma maior dificuldade de ascensão profissional por parte das mulheres.

INDICADORES SOCIOEDUCACIONAIS DA FAMÍLIA DE ORIGEM E DO INDIVÍDUO

Tendo-se considerado como nível de ensino mais elevado alcançado pelos pais o do elemento mais escolarizado do núcleo conjugal, verificou-se que a maioria dos indivíduos – 87,5% - viveram, na sua adolescência, em agregados familiares cujo nível de ensino mais elevado alcançado pelos pais não ultrapassou o ensino básico (54,8%) ou em agregados em que nenhum dos pais completou qualquer nível de ensino (32,7%).

Partindo de um cenário de baixa escolaridade por parte dos pais, a análise da escolaridade atingida pelos filhos revela uma situação de claro progresso educacional. Embora o nível de ensino dominante continue a ser o ensino básico (72,7%, dos quais, 58,0% detinham o 1º ciclo), a proporção de indivíduos com o ensino secundário (13,6%) e superior (13,7%) ultrapassou a dos seus pais.

Figura III.d.6 | Nível de ensino mais elevado alcançado pelos pais e pelos filhos, Portugal 2005



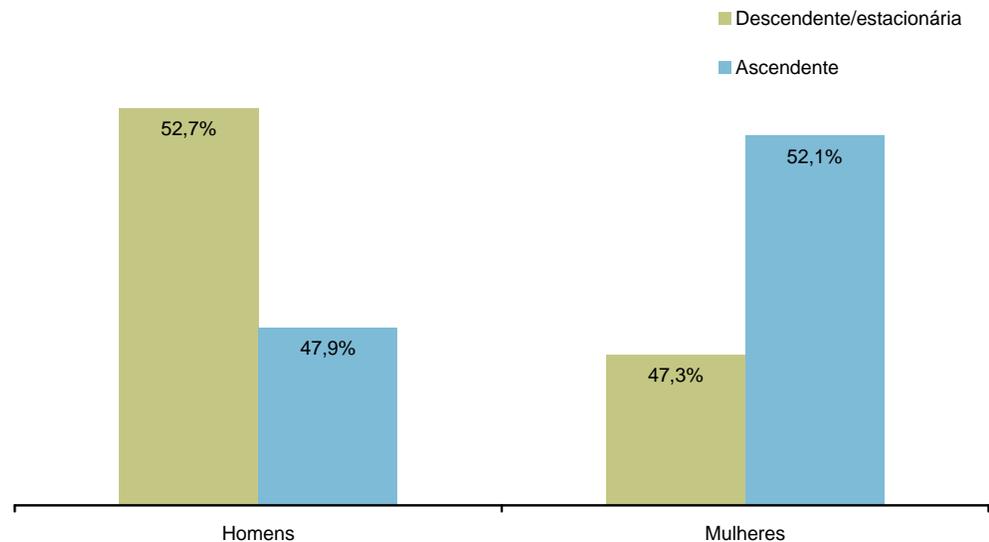
Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005

Com efeito, 52,8% dos indivíduos tiveram uma mobilidade escolar intergeracional ascendente, superando o nível de ensino completado pelos seus pais, 44,7% uma mobilidade estacionária, atingindo o mesmo nível de ensino que os seus pais e 2,4% não conseguiram atingir o nível de ensino completado pelos seus pais (mobilidade escolar intergeracional descendente).

Apesar da prevalência da mobilidade escolar intergeracional ascendente dos indivíduos, resultado da democratização do ensino e do investimento na educação feito pela sociedade portuguesa nas últimas décadas, não deixa de ser significativa a reprodução do capital escolar de origem ou, por outras palavras, a transmissão intergeracional da educação, medida através da mobilidade escolar intergeracional estacionária dos indivíduos (44,7%).



Figura III.d.7 | Mobilidade escolar intergeracional segundo o sexo do indivíduo, Portugal 2005



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005. Dados classificados através da tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

A análise por sexo revela, por um lado, que as mulheres fizeram um percurso escolar ascendente (52,1%) ao superar o nível de ensino alcançado pelos seus pais, enquanto 52,7% dos homens tiveram uma mobilidade escolar intergeracional descendente ou estacionária, situação inversa ao que sucedia com a mobilidade social intergeracional.

INFLUÊNCIA DAS ORIGENS DE CLASSE NAS TRAJECTÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DOS FILHOS

Analisando os lugares de classe da família de origem com o nível de ensino mais elevado alcançado pelo indivíduo, observou-se que 72,5% dos filhos de Empresários, dirigentes e profissionais liberais ou de Profissionais técnicos e de enquadramento alcançaram habilitações escolares ao nível do ensino secundário ou superior, enquanto que a grande maioria dos filhos de Trabalhadores independentes, Empregados executantes ou Operários industriais completaram o ensino básico com valores a rondar os 80% - dados que revelam o peso das origens de classe nos percursos de escolarização dos filhos.

Figura III.d.8 | Lugares de classe da família de origem por nível de ensino mais elevado alcançado pelo indivíduo, Portugal 2005

Unidade: %

Lugares de classe da família de origem	Nível de ensino mais elevado alcançado pelo indivíduo	
	Básico	Secundário + Superior
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais + Prof. Técnicos e de Enquadramento	27,5	72,5
Trabalhadores Independentes	87,7	12,3
Empregados Executantes	79,1	20,9
Operários Industriais	79,9	20,1
<i>Não viveu com nenhum dos pais</i>	81,8	18,2

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005. Dados classificados através da tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

MOBILIDADE SOCIAL E ESCOLAR INTERGERACIONAL E TAXA DE RISCO DE POBREZA

A combinação simultânea da mobilidade social e escolar intergeracional dos indivíduos, resultando em quatro percursos diferenciados, revelou que a transmissão intergeracional do capital social e escolar contribui para a transmissão intergeracional da pobreza.

Figura III.d.9 | Taxa de risco de pobreza segundo a mobilidade social e escolar intergeracional dos indivíduos, Portugal 2004



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - Módulo *ad hoc* 2005. Dados classificados através da tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

Os indivíduos com mobilidade social e escolar intergeracional ascendente apresentavam uma taxa de risco de pobreza de 12,0% enquanto os indivíduos que se encontravam numa trajetória estacionária ou descendente relativamente aos seus pais apresentavam uma taxa



de risco de pobreza de 14,6%. Por outro lado, os indivíduos com uma mobilidade social intergeracional ascendente mas com uma mobilidade escolar estacionária ou descendente encontravam-se em menor risco de pobreza (13,2%) do que os indivíduos com mobilidade escolar ascendente mas com uma mobilidade social descendente ou estacionária (14,2%), o que revela um maior impacto da mobilidade social intergeracional na taxa de risco de pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Nuno (2009), "Novos factos sobre a pobreza em Portugal", *Boletim Económico*, Banco de Portugal, Primavera: 125-154.
- Central Statistics Office, Ireland (2007), "Intergenerational Transmission of Poverty 2005", EU Survey on Income and Living Conditions (EU-SILC).
- Comissão das Comunidades Europeias, Regulamento (CE) n.º 16/2004, de 6 de Janeiro de 2004.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da et al. (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, 4-46.
- Machado, Fernando Luís; Costa, António Firmino da; Mauritti, Rosário; Martins, Susana; Casanova, José Luís; Almeida, João Ferreira de (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.

Figura III d. Anexo 1 | Matriz de construção do indicador individual de classe

Profissões (grandes grupos/CNP 94)	Situação na profissão		
	Patrões	Trabalhadores por conta própria (+trab. familiares)	Trabalhadores por conta de outrem (+m.a.c. + outros)
1. Quadros sup. da adm. pública, dirigentes e quadros sup. de empresas	EDL	EDL	EDL
2. Especialistas das profissões intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4. Pessoal administrativo e similares	EDL	TI	EE
5. Pessoal dos serviços e vendedores	EDL	TI	EE
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	EDL	TI	OI
8. Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	EDL	TI	OI
9.1 Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	EDL	TI	EE
9.2 Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
9.3 Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes	EDL	TI	OI

EDL Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais

PTE Profissionais Técnicos e de Enquadramento

TI Trabalhadores Independentes

AI Agricultores Independentes

EE Empregados Executantes

OI Operários Industriais

AA Assalariados Agrícolas

Figura III d. Anexo 2 | Matriz de construção do indicador familiar de classe

Mulher	Homem						
	EDL	PTE	TI	AI	EE	OI	AA
EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL
PTE	EDL	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE
TI	EDL	PTE	TI	Tlpl	Tlpl	Tlpl	Tlpl
AI	EDL	PTE	Tlpl	AI	Alpl	Alpl	Alpl
EE	EDL	PTE	Tlpl	Alpl	EE	AEpl	AEpl
OI	EDL	PTE	Tlpl	Alpl	AEpl	OI	AEpl
AA	EDL	PTE	Tlpl	Alpl	AEpl	AEpl	AA

EDL Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais

PTE Profissionais Técnicos e de Enquadramento

TI Trabalhadores Independentes

Tlpl Trabalhadores Independentes Pluriactivos

AI Agricultores Independentes

Alpl Agricultores Independentes Pluriactivos

EE Empregados Executantes

OI Operários Industriais

AA Assalariados Agrícolas

AEpl Assalariados Executantes Pluriactivos



OUTROS OLHARES SOBRE OS INDICADORES DE POBREZA

Carlos Farinha Rodrigues*

No capítulo 3 procedeu-se a uma análise rigorosa dos principais indicadores de pobreza tal como eles são usualmente apresentados nas publicações do Eurostat e do INE. O objectivo da reflexão que se segue visa aprofundar essa análise sugerindo novas formas de olhar para os indicadores de pobreza, discutindo algumas das suas limitações e das suas potencialidades para uma efectiva caracterização da evolução da pobreza em Portugal nos anos mais recentes. Dois aspectos, fundamentais para uma clara percepção do que medem os indicadores de pobreza, merecem particular atenção nesta análise: a forma como é definida a linha de pobreza e a abrangência do conceito de recursos utilizado.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores de pobreza em Portugal, estimados a partir dos micro-dados das primeiras 6 vagas do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) implementados pelo INE.

Figura IIIe.1 | Indicadores de pobreza relativa, Portugal 2003-2008

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Linha de Pobreza (€ Ano)	4 149	4 317	4 386	4 544	4 886	4 969
Incidência da Pobreza (F0)	0,204	0,194	0,185	0,181	0,185	0,179
	(0,0068)	(0,0073)	(0,0069)	(0,0076)	(0,0077)	(0,0078)
Intensidade da Pobreza (F1)	0,062	0,057	0,053	0,050	0,050	0,050
	(0,0028)	(0,0028)	(0,0027)	(0,0028)	(0,0029)	(0,0029)
Severidade da Pobreza (F2)	0,030	0,026	0,025	0,021	0,021	0,022
	(0,0019)	(0,0017)	(0,0018)	(0,0016)	(0,0018)	(0,0017)

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2009

Notas: Valores da linha de pobreza a preços correntes. Erros-padrão das estimativas entre parêntesis.

Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

Os indicadores apresentados são os sugeridos por Foster-Greer-Thorbecke (1984) e largamente adoptados na literatura sobre pobreza. O primeiro desses índices indica-nos a incidência da pobreza e tem uma interpretação similar à “taxa de risco de pobreza” utilizada nos documentos do Eurostat e do INE. O segundo indicador mede a intensidade da pobreza avaliando o défice de recursos médio da população pobre²³. Por último, temos um indicador da severidade da pobreza, que traduz a desigualdade de recursos entre a população pobre.

* Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa
Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica

²³ Embora quer o indicador de intensidade de pobreza proposta por Foster-Greer-Thorbecke e aquele que é proposto pelo Eurostat, sob a designação de ‘Relative poverty gap’, tenham em conta o défice de recursos da população pobre o seu método de construção é diferente na medida em que o primeiro destes indicadores têm em conta o conjunto da distribuição dos rendimentos e, por isso, mais sensível às variações da própria incidência da pobreza sobre a sua intensidade.

O quadro anterior apresenta igualmente os erros padrão de todos os índices estimados de forma a permitir restringir a interpretação dos resultados obtidos àqueles que são estatisticamente significativos. A consideração do desenho das amostras na estimação dos diferentes indicadores foi igualmente tida em conta, seguindo a metodologia sugerida por Biewen e Jenkins (2006)²⁴.

O quadro seguinte confronta os valores dos indicadores de pobreza no início e no fim do período em observação procedendo a um teste estatístico sobre se as diferenças entre cada par de indicadores é ou não significativo para um nível de confiança de 95%. O valor da estatística *t* para a igualdade dos indicadores entre 2003 e 2008 é igualmente apresentado, assim como o nível de significância que lhe está associado. Como se pode observar todos os indicadores de pobreza considerados revelam uma diminuição do nível de pobreza que é estatisticamente significativa para o nível de confiança pretendido. Este resultado afigura-se-nos importante na medida em que revela uma tendência de decréscimo dos indicadores de pobreza ao longo de todo o período considerado, apesar de a maioria das comparações entre dois anos consecutivos não ser, geralmente, estatisticamente significativa.

Figura IIIe.2 | Indicadores de pobreza, Portugal 2003 e 2008

Ano de referência dos dados	2003	2008	Diferença	t	P > t
Incidência da Pobreza (F0)	0,204 (0,0068)	0,179 (0,0078)	-0,026 (0,0103)	-2,51	0,0124
Intensidade da Pobreza (F1)	0,062 (0,0028)	0,050 (0,0029)	-0,012 (0,0041)	-2,93	0,0035
Severidade da Pobreza (F2)	0,030 (0,0019)	0,022 (0,0017)	-0,008 (0,0026)	-3,06	0,0023

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

Notas: Erros-padrão das estimativas entre parêntesis. Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

Uma primeira leitura que emerge do quadro anterior é a de que ao longo do período considerado (2003-2008) se registou uma inequívoca redução da pobreza monetária. A incidência da pobreza reduziu-se em cerca de 13%, a intensidade da pobreza em 19% e a severidade da pobreza em 27%.

Os indicadores de pobreza estimados ano a ano dão-nos somente uma versão parcial do fenómeno da pobreza. É absurdo pensar que se ao longo de uma década todos os rendimentos reais dobrassem ou triplicassem a taxa de pobreza se deveria manter inalterada. A ‘ancoragem’ da taxa de pobreza num determinado ponto do tempo permite-nos uma leitura complementar do fenómeno da pobreza, com duas vantagens imediatas: por um lado, permite uma aproximação da abordagem das linhas de pobreza relativas à noção de linha

²⁴ O cálculo dos erros padrão, e consequentemente dos coeficientes de variação, seguido neste texto segue uma metodologia ligeiramente diferente da adoptada pelo Eurostat e pelo INE pelo que podem surgir ligeiras diferenças face aos dados publicados. A comparação entre os coeficientes de variação obtidos pelo INE e por nós calculados, para as diferentes taxas de risco de pobreza ao longo do período, apresenta desvios sempre inferiores a 2%.



de pobreza absoluta; por outro lado, revela-se um instrumento mais adequado na avaliação das políticas sociais de combate à pobreza.

Se considerarmos o valor da linha de pobreza do período inicial (2003), atualizada para os anos subsequentes com os valores do IPC, podemos obter uma leitura complementar da evolução da pobreza monetária. A ‘ancoragem’ dos indicadores de pobreza revela-se particularmente adequado se pretendermos medir o progresso das autoridades públicas na redução da pobreza ao longo de um determinado período de tempo.

Figura III.3 | Indicadores de pobreza “ancorados” no tempo, Portugal 2003-2008

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Linha de Pobreza (€ Ano)	4 149	4 249	4 347	4 481	4 593	4 713
Incidência da Pobreza (F0)	0,204	0,188	0,181	0,175	0,163	0,158
	(0,0084)	(0,0086)	(0,0085)	(0,0091)	(0,0088)	(0,0084)
Intensidade da Pobreza (F1)	0,062	0,054	0,052	0,048	0,042	0,043
	(0,0032)	(0,0030)	(0,0030)	(0,0030)	(0,0029)	(0,0031)
Severidade da Pobreza (F2)	0,030	0,025	0,024	0,020	0,018	0,019
	(0,0020)	(0,0018)	(0,0018)	(0,0016)	(0,0017)	(0,0018)

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2009

Notas: Valores da linha de pobreza de 2003, atualizados ano a ano através do IPC. Erros-padrão das estimativas entre parêntesis. Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

A redução dos indicadores de pobreza ao longo do período é agora mais significativa. A incidência da pobreza reduz-se em 23%, a intensidade da pobreza em 30% e a severidade da pobreza em 37%. O teste estatístico às diferenças nos vários indicadores de pobreza ao longo do período 2003-2008 revela-se, uma vez mais, claramente significativo.

Figura III.4 | Indicadores de pobreza “ancorados” no tempo, Portugal 2003 e 2008

Ano de referência dos dados	2003	2008	Diferença	t	P > t
Incidência da Pobreza (F0)	0,204	0,158	-0,047	-3,91	0,0001
	(0,0084)	(0,0084)	(0,0119)		
Intensidade da Pobreza (F1)	0,062	0,043	-0,018	-4,10	0,0000
	(0,0032)	(0,0031)	(0,0045)		
Severidade da Pobreza (F2)	0,030	0,019	-0,011	-3,95	0,0001
	(0,0020)	(0,0018)	(0,0027)		

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

Notas: Erros-padrão das estimativas entre parêntesis. Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

SENSIBILIDADE DOS RESULTADOS À LINHA DE POBREZA ADOPTADA

Uma forma possível de observar em que medida os resultados anteriormente obtidos e a evolução da pobreza económica estão dependentes do conceito de limiar de pobreza adoptado consiste em observar o comportamento dos indicadores de pobreza ao longo de todo o intervalo de rendimento onde se deve situar, com alguma razoabilidade, a linha de pobreza. Esta metodologia permite uma aproximação ao conceito de “linha de pobreza absoluta” e permite uma análise da evolução da incidência da pobreza face a qualquer limiar de pobreza razoável fixo, no período em análise.

A opção seguida consistiu em considerar como limite inferior do espaço de variabilidade da linha de pobreza absoluta um valor correspondente a 30% do rendimento mediano por adulto equivalente em 2003 e como limite superior o montante de rendimento correspondente a 80% desse rendimento em 2008. Chegamos assim a um intervalo compreendido entre 2 000 e 7 000 euros/ano.

Figura IIIe.5 | Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal 2003 e 2008

Linha de Pobreza (€ / Ano)	Incidência 2003	Incidência 2008	Diferença	t	P > t
2 000	0,028 (0,0030)	0,016 (0,0026)	-0,012 (0,0039)	-2,96	0,0032
2 500	0,044 (0,0037)	0,030 (0,0036)	-0,014 (0,0052)	-2,69	0,0074
3 000	0,066 (0,0046)	0,049 (0,0051)	-0,016 (0,0069)	-2,37	0,0180
3 500	0,098 (0,0054)	0,075 (0,0060)	-0,023 (0,0081)	-2,88	0,0041
4 000	0,139 (0,0069)	0,101 (0,0070)	-0,037 (0,0099)	-3,79	0,0002
4 500	0,184 (0,0080)	0,137 (0,0079)	-0,048 (0,0112)	-4,26	0,0000
5 000	0,235 (0,0091)	0,180 (0,0090)	-0,054 (0,0128)	-4,20	0,0000
5 500	0,283 (0,0099)	0,227 (0,0097)	-0,056 (0,0139)	-4,06	0,0001
6 000	0,327 (0,0103)	0,280 (0,0108)	-0,047 (0,0149)	-3,15	0,0017
6 500	0,378 (0,0108)	0,327 (0,0113)	-0,051 (0,0156)	-3,29	0,0011
7 000	0,421 (0,0112)	0,375 (0,0120)	-0,046 (0,0164)	-2,81	0,0051

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

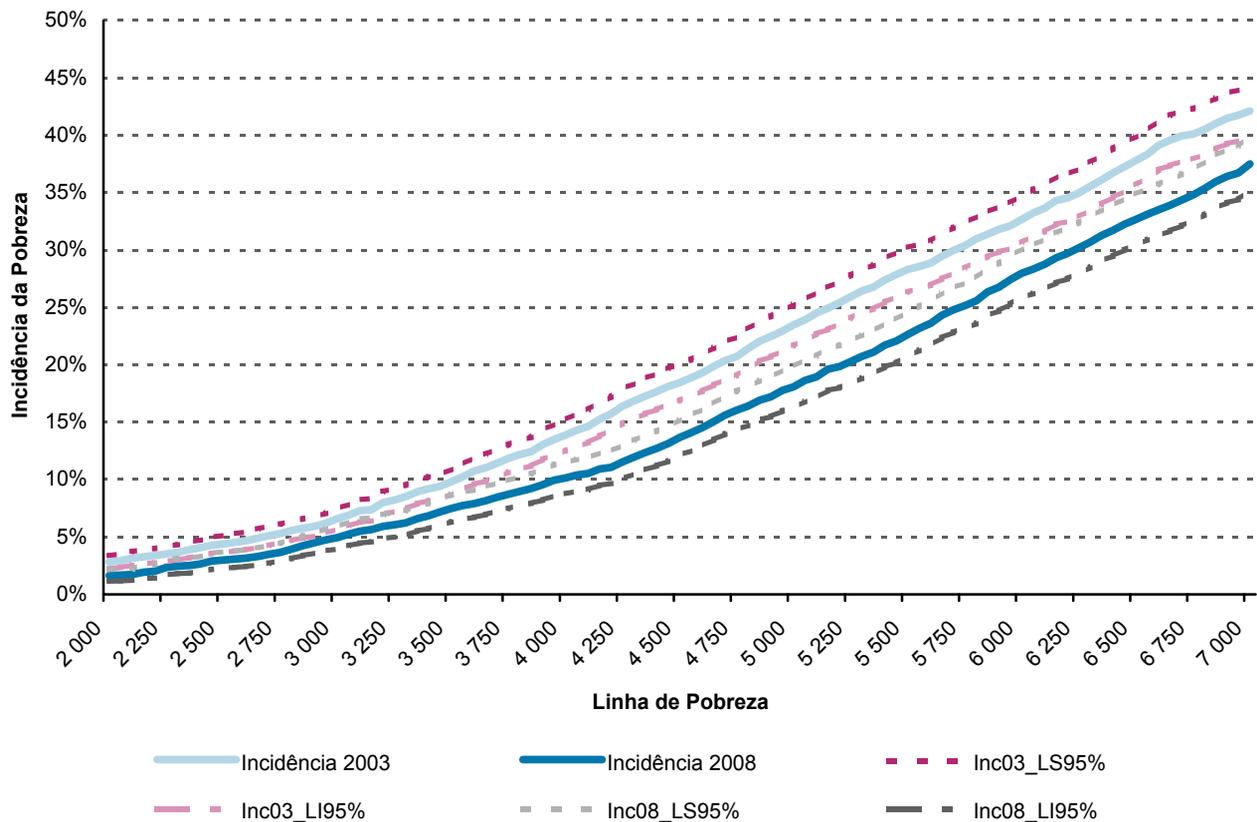
Notas: Valores da linha de pobreza a preços de 2008. Erros-padrão das estimativas entre parêntesis.

Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.



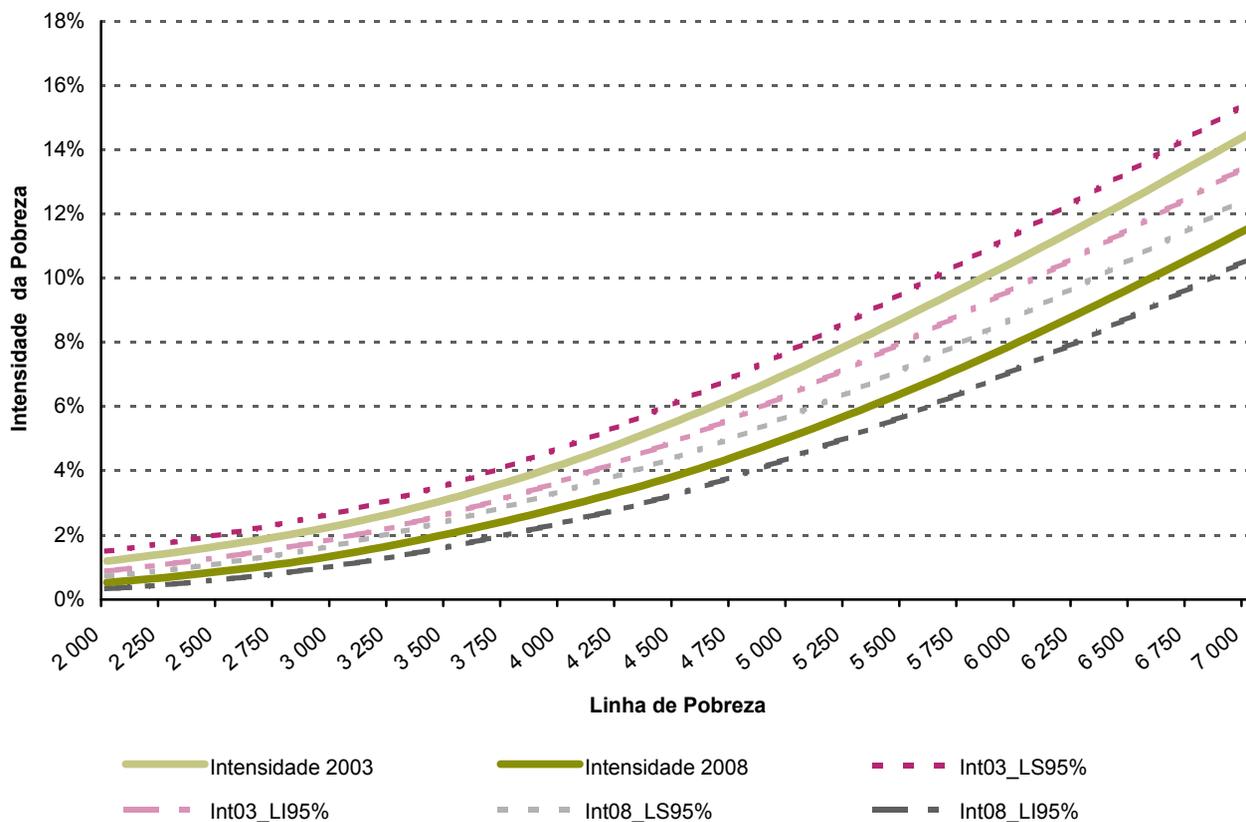
Os resultados anteriores são particularmente relevantes na medida em que comprovam uma descida sustentada da incidência da pobreza ao longo do período em análise, seja qual for a linha de pobreza estabelecida, dentro do intervalo considerado. Resultados semelhantes podem ser obtidos para as restantes dimensões da pobreza monetária. Os gráficos seguintes evidenciam a diminuição da incidência e da intensidade da pobreza para qualquer linha de pobreza contida no intervalo de variação do rendimento equivalente considerado.

Figura IIIe.6 | Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal 2003 e 2008



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

Figura III.7 | Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, Portugal 2003 e 2008



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

A consideração de diferentes linhas de pobreza relativas, endogeneizando na sua construção os efeitos resultantes do crescimento económico, permitirá uma leitura complementar das transformações ocorridas na pobreza económica em Portugal.

De forma a replicar a análise anteriormente realizada para as linhas de pobreza absoluta, construiu-se a distribuição dos rendimentos por adulto equivalente normalizados, dividindo-se o rendimento disponível de cada família, em cada um dos anos em estudo, pela respectiva mediana.

O quadro seguinte apresenta a incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza, definidos como uma percentagem de rendimento mediano por adulto equivalente em cada ano.



Figura III.8 | Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza expressa como percentagem do rendimento mediano, Portugal 2003 e 2008

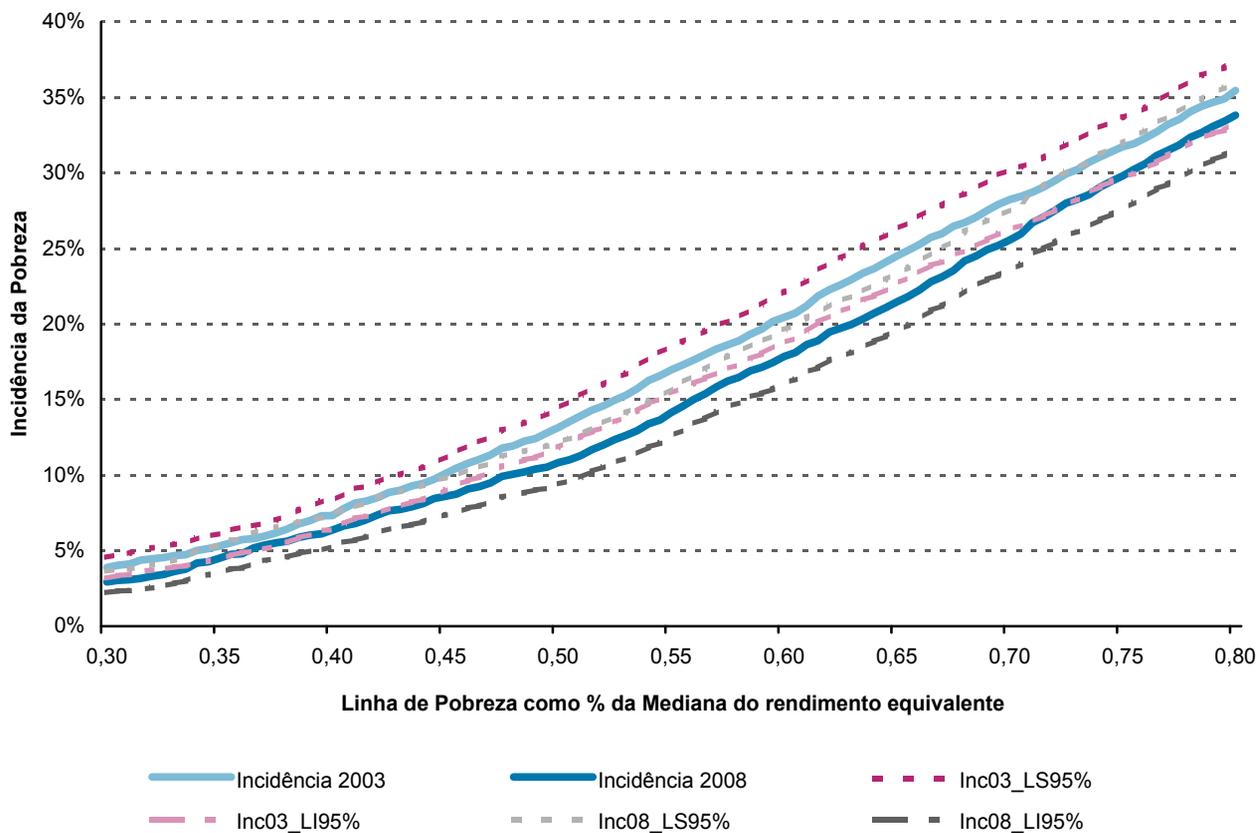
Linha de Pobreza (% da Mediana)	Incidência 2003	Incidência 2008	Diferença	t	P > t
30%	0,039 (0,0033)	0,029 (0,0034)	-0,010 (0,0048)	-1,96	0,0506
35%	0,053 (0,0040)	0,045 (0,0042)	-0,008 (0,0058)	-1,41	0,1593
40%	0,073 (0,0046)	0,064 (0,0051)	-0,009 (0,0068)	-1,40	0,1617
45%	0,101 (0,0049)	0,086 (0,0055)	-0,015 (0,0074)	-2,04	0,0418
50%	0,132 (0,0056)	0,108 (0,0064)	-0,023 (0,0084)	-2,75	0,0061
55%	0,170 (0,0064)	0,141 (0,0068)	-0,028 (0,0094)	-3,00	0,0028
60%	0,204 (0,0068)	0,178 (0,0078)	-0,026 (0,0103)	-2,51	0,0124
65%	0,245 (0,0069)	0,215 (0,0080)	-0,030 (0,0105)	-2,88	0,0041
70%	0,282 (0,0070)	0,256 (0,0079)	-0,027 (0,0106)	-2,53	0,0115
75%	0,317 (0,0064)	0,298 (0,0074)	-0,019 (0,0098)	-1,97	0,0494
80%	0,354 (0,0063)	0,338 (0,0069)	-0,016 (0,0093)	-1,74	0,0831

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

Notas: Valores da linha de pobreza a preços de 2008. Erros-padrão das estimativas entre parêntesis. Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

A imagem que resulta da análise da incidência da pobreza relativa é agora menos conclusiva do que a efectuada com as linhas de pobreza absoluta. Embora todos os valores apresentem uma diminuição da incidência da pobreza, algumas das diferenças registadas não são estatisticamente significativas. Os gráficos seguintes ilustram a redução da incidência e da intensidade da pobreza relativa no período 2003-2008.

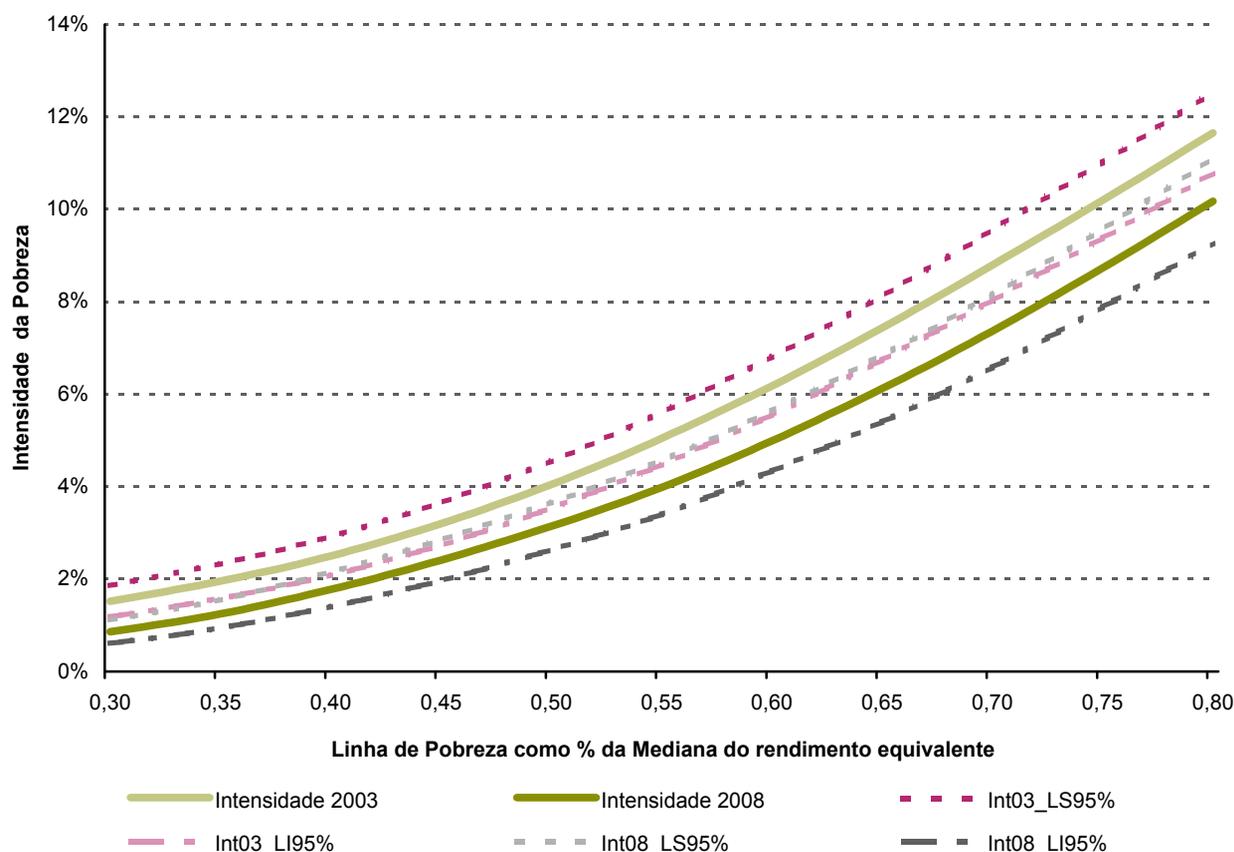
Figura III.9 | Incidência da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza expressa como percentagem do rendimento mediano, Portugal 2003 e 2008



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009



Figura IIIe.10 | Intensidade da pobreza para diferentes valores da linha de pobreza expressa como percentagem do rendimento mediano, Portugal 2003 e 2008



Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 e 2009

A apreciação da sensibilidade dos indicadores de pobreza face a diferentes valores e a diferentes formas de especificação da linha de pobreza permite-nos afirmar que ao longo do período em apreço se verificou indiscutivelmente uma redução das diferentes dimensões da pobreza monetária. Este resultado é estatisticamente robusto quer trabalhemos com linhas de pobreza absolutas ou relativas.

RENDIMENTO MONETÁRIO VERSUS RENDIMENTO TOTAL

Ao avaliarmos o rendimento das famílias geralmente consideramos que este constitui um indicador (*proxy*) para os recursos de que dispõe e para as condições de vida que pode auferir. Neste contexto, ganha particular relevância a consideração ou não dos rendimentos não monetários das famílias.

A importância relativa do rendimento não monetário varia de país para país, sendo tradicionalmente maior nos países do Sul da Europa. Em Portugal, e tomando como referência os dados do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF 2005-2006), os rendimentos não monetários representavam cerca de 20% do total dos recursos das famílias. Constitui assim

uma parcela indiscutivelmente significativa dos rendimentos familiares que deve ser tida em conta na análise da pobreza. Dependendo da natureza dos rendimentos não monetários, e dos sectores da população que os recebem, estes rendimentos podem exercer um efeito redutor ou de agravamento da pobreza.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) somente de forma parcial, e exclusivamente para os anos mais recentes, recolhe informação acerca dos rendimentos não monetários das famílias. Apesar destas limitações decidimos analisar o impacto desta componente do rendimento das famílias sobre os vários indicadores de pobreza.

O quadro seguinte, construído a partir do ICOR 2008, permite evidenciar os vários indicadores de pobreza para os rendimentos monetários e não monetários inquiridos referentes ao ano de 2007.

Figura IIIe.11 | Indicadores de pobreza relativa: rendimento total versus rendimento monetário, Portugal 2007

	Rendimento Total	Rendimento Monetário
Linha de Pobreza (€ Ano)	5 369	4 885
Incidência da Pobreza (F0)	0,180 (0,0076)	0,185 (0,0077)
Intensidade da Pobreza (F1)	0,046 (0,0036)	0,050 (0,0037)
Severidade da Pobreza (F2)	0,018 (0,0019)	0,021 (0,0022)

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2008

Notas: Valores da linha de pobreza a preços correntes. Erros-padrão das estimativas entre parêntesis. Os indicadores monetários de pobreza e desigualdade foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior ao da realização do inquérito.

A leitura do quadro é inequívoca e confirma estudos anteriores quanto ao papel dos rendimentos não monetários sobre a pobreza²⁵: a consideração dos rendimentos não monetários desempenha em Portugal, inequivocamente, um efeito redutor das várias dimensões da pobreza. Os resultados obtidos para o ICOR revelam-se, porém, aquém dos alcançados com o IDEF 2005-2006, em que o diferencial de incidência de pobreza entre os dois conceitos de rendimento era de cerca de dois pontos percentuais. Este menor efeito redutor sobre a incidência da pobreza exercido pelos rendimentos não monetários poderá ser explicado pelo carácter precário e incompleto da inquirição destes rendimentos no ICOR.

Apesar destas limitações os resultados apresentados evidenciam claramente a importância de se considerarem todos os rendimentos das famílias e que a não consideração dos rendimentos não monetários conduz inevitavelmente a uma sobrestimação dos níveis de pobreza. O aprofundamento das potencialidades do ICOR como instrumento privilegiado para aferir das condições de vida das famílias e dos seus níveis de pobreza passa, também, pela melhoria da inquirição de todos os recursos familiares e pela construção de indicadores de pobreza que reflectam a diversidade de recursos das famílias e dos indivíduos.

²⁵ Veja-se, por exemplo, Rodrigues, C.F. (2008)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atkinson A.B., B. Cantillon, E. Marlier and B. Nolan (2002), *Social Indicators The EU and Social Inclusion*, Oxford University Press, Oxford, UK.
- Atkinson A.B., B. Cantillon, E. Marlier and B. Nolan (2005), *Taking forward the EU Social Inclusion Process*, Luxembourg Presidency of the Council of the European Union.
- Biewen, M e Jenkins, S. (2006), Variance Estimation for Generalized Entropy and Atkinson Inequality Indices: The Complex Survey Data Case, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, Vol. 68, No. 3, pp. 371-383.
- Foster, J., J. Greer and E. Thorbecke. (1984), "A Class of Decomposable Poverty Measures", *Econometrica*; 52(3), 761-66.
- Rodrigues, C.F. (2008), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*, Edições Almedina, Coimbra, Portugal.

IV. QUADROS SÍNTESE



ÍNDICE DE QUADROS

INDEX OF TABLES

Capítulo 1

Quadro 1.1	Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (€), Portugal, 2003 - 2008	134
Quadro 1.2	Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (€), Portugal, 2003 - 2008	134
Quadro 1.3	Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por composição do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008.....	135
Quadro 1.4	Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008.....	135
Quadro 1.5	Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por principal fonte de rendimento do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008	136
Quadro 1.6	Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por nível de escolaridade completo, Portugal, 2003 - 2008.....	136
Quadro 1.7	Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por grau de urbanização, Portugal, 2003 - 2008	136
Quadro 1.8	Distribuição dos indivíduos por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%) , Portugal, 2003 - 2008	137
Quadro 1.9	Distribuição dos indivíduos por principal fonte de rendimento do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008	138
Quadro 1.10	Distribuição dos indivíduos por grau de urbanização e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008.....	139
Quadro 1.11	Distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade completo e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008.....	140

Capítulo 2

Quadro 2.1	Indicadores de desigualdade económica , Portugal, 2003 - 2008.....	142
Quadro 2.2	Coeficiente de Gini (%), Portugal, 2003 - 2008	142

Capítulo 3

Quadro 3.1	Linha de pobreza relativa (€), Portugal, 2003 - 2008.....	144
Quadro 3.2	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), Portugal, 2003 - 2008.....	144
Quadro 3.3	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) , segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008	145
Quadro 3.4	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo (%), Portugal, 2003 - 2008.....	146
Quadro 3.5	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2003 - 2008	147
Quadro 3.6	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2003 - 2008	147
Quadro 3.7	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por grau de urbanização (%), Portugal, 2003 - 2008.....	148
Quadro 3.8	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por nível de escolaridade completo (%), Portugal, 2003 - 2008.....	148
Quadro 3.9	Dispersão do limiar do risco de pobreza (%), Portugal, 2003 - 2008.....	148
Quadro 3.10	Dispersão do limiar do risco de pobreza (€), Portugal, 2003 - 2008	149
Quadro 3.11	Taxa de intensidade da pobreza, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008	149



Capítulo 4

Quadro 4.1 Taxa de privação material (%), Portugal, 2004 - 2009	152
Quadro 4.2 Privação material por número de itens (%), Portugal, 2004 - 2009	152
Quadro 4.3 Intensidade da privação material, Portugal, 2004 - 2009	152
Quadro 4.4 Indicadores de privação material na população total e por estado de pobreza, Portugal 2004 - 2009	153
Quadro 4.5 Indicadores de privação material na população total e na população em privação material, Portugal 2004 - 2009	154
Quadro 4.6 Taxa de privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009	155
Quadro 4.7 Taxa de privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	155
Quadro 4.8 Taxa de privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	156
Quadro 4.9 Taxa de privação material, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2004 - 2009	156
Quadro 4.10 Taxa de privação material, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2004 - 2009	157
Quadro 4.11 Taxa de privação material, por condição perante o trabalho do indivíduo (%), Portugal, 2004 - 2009	157
Quadro 4.12 Intensidade da privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009	158
Quadro 4.13 Intensidade da privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	158
Quadro 4.14 Intensidade da privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	158

Capítulo 5

Quadro 5.1 Taxa de sobrelotação da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	160
Quadro 5.2 Taxa de sobrelotação da habitação, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009	160
Quadro 5.3 Taxa de sobrelotação da habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	161
Quadro 5.4 Taxa de sobrelotação da habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	161
Quadro 5.5 Taxa de privação severa das condições da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	161
Quadro 5.6 Taxa de privação severa das condições da habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	162
Quadro 5.7 Taxa de privação severa das condições da habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	162
Quadro 5.8 Carga mediana das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	162
Quadro 5.9 Carga mediana das despesas em habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	163
Quadro 5.10 Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	163
Quadro 5.11 Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	163
Quadro 5.12 Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	163

Capítulo 6

Quadro 6.1	Taxa de pobreza consistente (%), Portugal, 2004 - 2009.....	166
Quadro 6.2	Taxa de pobreza consistente, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009	166
Quadro 6.3	Correlação entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material (%), Portugal, 2004 - 2009	166

Comparações internacionais

Quadro CI.1	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007	168
Quadro CI.2	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, segundo o sexo e o grupo etário (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007	169
Quadro CI.3	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007	169
Quadro CI.4	Taxa de intensidade da pobreza (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007	170
Quadro CI.5	Taxa de intensidade da pobreza, segundo o sexo e o grupo etário (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007.....	171
Quadro CI.6	Coefficiente de Gini (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007.....	172
Quadro CI.7	Taxa de privação material (%), União Europeia (UE27), 2004 - 2008.....	173
Quadro CI.8	Taxa de privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), União Europeia (UE27), 2004 - 2008.....	174

Coefficientes de Variação

Quadro CV.1	Coefficientes de variação do rendimento monetário disponível por adulto equivalente (%), Portugal, 2003 - 2008.....	176
Quadro CV.2	Coefficientes de variação do rendimento monetário disponível por adulto equivalente (%), Portugal, 2003 - 2008.....	176
Quadro CV.3	Coefficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por composição do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008	177
Quadro CV.4	Coefficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008	177
Quadro CV.5	Coefficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por principal fonte de rendimento do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008	178
Quadro CV.6	Coefficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por nível de escolaridade completo, Portugal, 2003 - 2008.....	178
Quadro CV.7	Coefficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por grau de urbanização, Portugal, 2003 - 2008	178
Quadro CV.8	Coefficientes de variação da distribuição dos indivíduos por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%) , Portugal, 2003 - 2008	179
Quadro CV.9	Coefficientes de variação da distribuição dos indivíduos por principal fonte de rendimento do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008	180
Quadro CV.10	Coefficientes de variação da distribuição dos indivíduos por grau de urbanização e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008.....	181
Quadro CV.11	Coefficientes de variação da distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade completo e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008	182



Quadro CV.12	Coeficientes de variação de indicadores de desigualdade económica, Portugal, 2003 - 2008	182
Quadro CV.13	Coeficientes de variação do Coeficiente de Gini, Portugal, 2003 - 2008	183
Quadro CV.14	Coeficientes de variação da linha de pobreza relativa (%), Portugal, 2003 - 2008	183
Quadro CV.15	Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), Portugal, 2003 - 2008	183
Quadro CV.16	Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008.....	184
Quadro CV.17	Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo (%), Portugal, 2003 - 2008	185
Quadro CV.18	Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2003 - 2008	186
Quadro CV.19	Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2003 - 2008 ..	186
Quadro CV.20	Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por grau de urbanização (%), Portugal, 2003 - 2008	187
Quadro CV.21	Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por nível de escolaridade completo (%), Portugal, 2003 - 2008 ..	187
Quadro CV.22	Coeficientes de variação da dispersão do limiar do risco de pobreza (%), Portugal, 2003 - 2008	187
Quadro CV.23	Coeficientes de variação da taxa de intensidade da pobreza, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008	188
Quadro CV.24	Coeficientes de variação da taxa de privação material (%), Portugal, 2004 - 2009	188
Quadro CV.25	Coeficientes de variação da privação material por número de itens (%), Portugal, 2004 - 2009	189
Quadro CV.26	Coeficientes de variação da intensidade da privação material, Portugal, 2004 - 2009	189
Quadro CV.27	Coeficientes de variação de indicadores de privação material na população total e na população por estado de pobreza, Portugal 2004 - 2009	190
Quadro CV.28	Coeficientes de variação de indicadores de privação material na população total e na população em privação material, Portugal 2004 - 2009.....	191
Quadro CV.29	Coeficientes de variação da taxa de privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009.....	192
Quadro CV.30	Coeficientes de variação da taxa de privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	192
Quadro CV.31	Coeficientes de variação da taxa de privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	193
Quadro CV.32	Coeficientes de variação da taxa de privação material, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2004 - 2009	193
Quadro CV.33	Coeficientes de variação da taxa de privação material, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2004 - 2009.....	194
Quadro CV.34	Coeficientes de variação da taxa de privação material, por condição perante o trabalho do indivíduo (%), Portugal, 2004 - 2009	194
Quadro CV.35	Coeficientes de variação da intensidade da privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009	195
Quadro CV.36	Coeficientes de variação da intensidade da privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009.....	195

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.37 Coeficientes de variação da intensidade da privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	196
Quadro CV.38 Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	196
Quadro CV.39 Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009	196
Quadro CV.40 Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009.....	197
Quadro CV.41 Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	197
Quadro CV.42 Coeficientes de variação da taxa de privação severa das condições da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	197
Quadro CV.43 Coeficientes de variação da taxa de privação severa das condições da habitação por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	198
Quadro CV.44 Coeficientes de variação da taxa de privação severa das condições da habitação por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009	198
Quadro CV.45 Coeficientes de variação da carga mediana das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	198
Quadro CV.46 Coeficientes de variação da carga mediana das despesas em habitação por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009.....	199
Quadro CV.47 Coeficientes de variação da taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009	199
Quadro CV.48 Coeficientes de variação da taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009	199
Quadro CV.49 Coeficientes de variação da taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009.....	200
Quadro CV.50 Coeficientes de variação da taxa de pobreza consistente (%), Portugal, 2004 - 2009	200
Quadro CV.51 Coeficientes de variação da taxa de pobreza consistente, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009.....	200

QUADROS CAPÍTULO 1



SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 1.1 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (€), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento mediano por AE (preços correntes)	6 916	7 195	7 311	7 573	8 143	8 282
Rendimento médio por AE (preços correntes)	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
Rendimento médio por AE (preços de 2008)	10 071	10 417	10 359	10 441	10 556	10 390
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 1.2 | Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (€), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
1º quintil	2 868	3 093	3 228	3 412	3 668	3 741
2º quintil	5 013	5 301	5 483	5 709	6 019	6 236
3º quintil	6 928	7 243	7 339	7 642	8 197	8 304
4º quintil	9 582	9 859	10 008	10 832	11 198	11 217
5º quintil	19 921	21 451	21 693	22 035	22 317	22 428
1º decil	2 117	2 340	2 420	2 637	2 890	2 843
2º decil	3 619	3 842	4 035	4 188	4 441	4 636
3º decil	4 548	4 842	5 019	5 258	5 473	5 725
4º decil	5 477	5 763	5 946	6 160	6 563	6 745
5º decil	6 439	6 721	6 836	7 096	7 606	7 777
6º decil	7 419	7 765	7 839	8 183	8 790	8 832
7º decil	8 700	8 935	9 077	9 832	10 162	10 246
8º decil	10 467	10 783	10 935	11 831	12 242	12 192
9º decil	13 849	14 470	14 758	15 612	15 763	15 769
10º decil	25 997	28 426	28 602	28 412	28 888	29 101
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Valores a preços correntes



Quadro 1.3 | Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por composição do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
Total, sem crianças dependentes	9 052	9 669	9 801	10 306	10 896	11 335
1 adulto sem crianças	7 350	7 051	7 316	8 015	8 657	9 378
1 adulto sexo masculino, sem crianças	8 903	8 159	8 717	9 393	10 232	11 494
1 adulto sexo feminino, sem crianças	6 558	6 496	6 603	7 392	7 960	8 370
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	9 306	9 067	9 050	9 931	10 568	12 071
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	6 157	5 915	6 309	6 827	7 546	7 772
2 adultos ambos c/ menos 65 anos sem crianças	10 388	11 086	11 522	12 067	11 700	12 427
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos sem crianças	7 827	8 147	8 474	8 767	9 435	9 490
Outros agregados, sem crianças	9 636	10 711	10 573	11 225	12 186	12 453
Total, com crianças dependentes	8 737	9 194	9 365	9 645	9 753	9 500
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	7 356	8 188	7 598	8 151	7 737	7 275
2 adultos com 1 criança	10 277	10 767	10 757	10 975	10 473	10 154
2 adultos com 2 crianças	8 542	9 147	9 357	9 534	9 932	10 323
2 adultos com 3 + crianças	7 744	8 484	9 533	8 314	11 149	8 329
Outros agregados, com crianças	7 935	8 048	8 160	8 893	8 860	8 751
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Valores a preços correntes

Quadro 1.4 | Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
Agregados sem crianças dependentes						
Todos os meses sem trabalho	7 876	8 616	8 394	8 438	9 116	8 932
Alguns meses com trabalho	9 436	9 997	9 897	10 897	11 415	11 410
Todos os meses com trabalho	11 183	12 034	12 522	12 408	12 977	14 461
Agregados com crianças dependentes						
Todos os meses sem trabalho	4 813	4 098	3 979	4 116	4 387	5 302
Menor parte dos meses com trabalho	6 411	6 189	5 823	5 770	7 169	6 136
Maior parte dos meses com trabalho	7 255	7 479	7 733	8 185	7 565	8 117
Alguns meses com trabalho	7 139	7 317	7 476	7 816	7 506	7 765
Todos os meses com trabalho	10 404	11 060	11 253	11 560	11 683	12 058
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Valores a preços correntes

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 1.5 | Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por principal fonte de rendimento do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
Rendimentos de trabalho	9 476	9 987	10 225	10 547	10 889	11 024
Rendimentos de pensões	7 627	8 067	8 561	8 853	8 930	9 189
Outros rendimentos ⁽¹⁾	5 608	6 636	5 821	5 710	7 158	6 523
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Valores a preços correntes

⁽¹⁾ Inclui rendimentos de transferências sociais, excluídas as pensões de velhice e sobrevivência, e outros rendimentos privados

Quadro 1.6 | Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por nível de escolaridade completo, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
Ensino básico	7 549	7 900	8 048	8 455	8 975	8 906
Ensino secundário e pós-secundário (não superior)	11 804	12 449	12 421	12 714	12 489	12 719
Ensino superior	19 123	21 013	20 956	21 349	20 728	20 705
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Notas: Valores a preços correntes. Para efeitos deste indicador são considerados os indivíduos com 18 e mais anos.

Quadro 1.7 | Rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (€), por grau de urbanização, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	8 867	9 392	9 554	9 929	10 288	10 390
Área densamente povoada	10 738	11 317	11 693	11 562	11 968	12 170
Área intermédia	7 675	8 190	8 344	8 730	8 949	8 860
Área pouco povoada	7 070	7 551	7 854	8 499	8 896	9 086
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Valores a preços correntes



Quadro 1.8 | Distribuição dos indivíduos por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Todos os meses sem trabalho							
1º quintil	38,5	40,7	45,3	50,3	41,1	43,8	
2º quintil	25,6	22,0	21,7	15,4	22,7	20,1	
3º quintil	11,7	14,8	8,5	14,0	12,7	14,8	
4º quintil	8,7	5,9	10,8	8,8	9,4	9,9	
5º quintil	15,5	16,6	13,6	11,4	14,2	11,4	
Menor parte dos meses com trabalho							
1º quintil	31,0	28,0	33,2	35,3	37,5	39,4	
2º quintil	26,4	26,5	28,8	25,0	22,8	20,8	
3º quintil	13,7	15,6	14,3	18,6	19,6	19,1	
4º quintil	13,2	14,4	11,0	11,1	9,0	8,9	
5º quintil	15,7	15,5	12,8	10,0	11,1	11,8	
Maior parte dos meses com trabalho							
1º quintil	20,9	21,0	20,8	20,9	21,7	18,4	
2º quintil	21,7	23,5	20,8	23,6	21,1	22,4	
3º quintil	22,5	22,6	23,7	20,1	21,8	22,3	
4º quintil	19,3	18,4	19,7	18,4	20,1	19,8	
5º quintil	15,7	14,6	15,0	17,1	15,2	17,0	
Todos os meses com trabalho							
1º quintil	9,3	9,5	8,5	7,1	10,3	8,5	
2º quintil	14,4	14,0	15,5	15,5	15,5	14,9	
3º quintil	21,9	21,5	21,9	22,5	21,5	20,6	
4º quintil	26,7	26,9	25,6	27,0	25,1	26,8	
5º quintil	27,8	28,0	28,5	27,8	27,6	29,2	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 1.9 | Distribuição dos indivíduos por principal fonte de rendimento do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimentos de trabalho						
1º quintil	14,7	14,7	13,8	13,8	15,5	15,4
2º quintil	18,4	18,4	18,5	19,8	18,7	18,8
3º quintil	22,1	22,2	22,6	22,0	21,4	21,6
4º quintil	22,8	23,1	23,2	22,7	22,5	22,0
5º quintil	21,9	21,6	22,0	21,8	22,0	22,1
Rendimentos de pensões						
1º quintil	31,9	32,1	31,3	32,4	28,0	26,8
2º quintil	25,6	25,1	25,2	21,8	25,0	25,2
3º quintil	13,9	14,1	12,5	14,6	17,5	16,6
4º quintil	12,4	11,9	13,1	13,9	13,8	15,5
5º quintil	16,3	16,8	18,0	17,3	15,7	15,9
Outros rendimentos ⁽¹⁾						
1º quintil	44,5	42,4	49,5	57,1	50,6	54,2
2º quintil	21,0	23,3	21,1	16,1	19,0	16,6
3º quintil	13,8	13,1	14,7	13,6	11,2	11,3
4º quintil	10,9	9,4	7,5	6,5	8,8	10,0
5º quintil	9,8	11,8	7,2	6,7	10,3	7,8
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

⁽¹⁾ Inclui rendimentos de transferências sociais, excluídas as pensões de velhice e sobrevivência, e outros rendimentos privados



Quadro 1.10 | Distribuição dos indivíduos por grau de urbanização e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Área densamente povoada						
1º quintil	15,1	15,3	14,1	14,5	14,5	13,5
2º quintil	15,7	16,0	17,4	17,8	16,7	17,6
3º quintil	18,9	17,8	18,8	20,1	19,5	19,6
4º quintil	22,5	23,6	19,8	19,7	21,7	22,6
5º quintil	27,8	27,3	29,8	28,0	27,6	26,7
Área intermédia						
1º quintil	21,2	22,3	22,5	22,1	23,9	24,6
2º quintil	23,2	22,5	21,4	23,2	23,3	21,6
3º quintil	22,6	22,4	21,0	20,3	20,4	22,5
4º quintil	18,3	17,7	21,6	21,3	18,3	16,8
5º quintil	14,8	15,2	13,5	13,1	14,1	14,6
Área pouco povoada						
1º quintil	27,2	25,1	25,6	27,1	25,2	26,1
2º quintil	23,6	24,0	22,0	20,0	21,6	22,4
3º quintil	18,5	20,8	20,6	19,5	20,4	17,4
4º quintil	17,7	16,7	18,4	19,0	19,0	19,4
5º quintil	13,0	13,5	13,3	14,4	13,7	14,7
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 1.11 | Distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade completo e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ensino básico						
1º quintil	18,6	19,0	19,8	20,2	20,6	20,6
2º quintil	22,2	22,2	22,1	21,7	21,7	21,7
3º quintil	23,8	23,9	23,8	23,5	22,8	22,6
4º quintil	22,9	22,5	22,1	22,5	22,0	22,3
5º quintil	12,6	12,4	12,1	12,1	12,8	12,8
Ensino secundário e pós-secundário (não superior)						
1º quintil	9,8	9,5	10,3	8,6	9,2	9,8
2º quintil	11,4	10,9	11,4	12,1	12,8	12,5
3º quintil	15,4	16,6	14,4	17,4	19,1	19,4
4º quintil	27,2	26,4	27,0	24,7	26,2	25,5
5º quintil	36,1	36,5	36,9	37,1	32,8	32,8
Ensino superior						
1º quintil	4,1	3,0	2,8	3,1	3,0	4,0
2º quintil	3,6	4,1	4,4	5,4	5,3	4,0
3º quintil	7,4	6,1	6,3	6,0	6,7	9,6
4º quintil	12,7	14,0	14,0	15,5	16,1	15,5
5º quintil	72,3	72,8	72,5	70,0	68,9	66,8
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Para efeitos deste indicador são considerados os indivíduos com 18 e mais anos.

QUADROS CAPÍTULO 2



Quadro 2.1 | Indicadores de desigualdade económica , Portugal, 2003 - 2008

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Coeficiente de Gini (%)	37,8	38,1	37,7	36,8	35,8	35,4
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	7,0	7,0	6,7	6,5	6,1	6,0
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	12,3	12,2	11,9	10,8	10,0	10,3
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 2.2 | Coeficiente de Gini (%), Portugal, 2003 - 2008

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento disponível	37,8	38,1	37,7	36,8	35,8	35,4
Rendimento bruto	x	x	x	41,4	40,2	39,5
Rendimentos de trabalho e pensões	40,9	41,3	41,3	40,4	38,9	39,0
Rendimentos do trabalho	50,8	51,2	51,4	51,0	50,2	50,7
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Unidade: %

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

QUADROS CAPÍTULO 3



SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 3.1 | Linha de pobreza relativa (€), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Linha de pobreza relativa (preços correntes)	4 149	4 317	4 386	4 544	4 886	4 969
Linha de pobreza relativa (preços de 2008)	4 713	4 788	4 756	4 778	5 013	4 969
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 3.2 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Antes de qualquer transferência social	41,3	40,8	40,2	40,0	41,5	41,5
Após transferências relativas a pensões	26,5	25,7	25,1	24,2	24,9	24,3
Após transferências sociais	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro 3.3 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) , segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais						
Total	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9
0 - 17 anos	24,6	23,7	20,8	20,9	22,8	22,9
18 - 64 anos	17,0	15,9	15,7	15,2	16,3	15,8
65 + anos	28,9	27,6	26,1	25,5	22,3	20,1
Homens	19,2	18,7	17,7	17,2	17,9	17,3
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	16,0	15,3	14,8	14,4	15,4	15,2
65 + anos	28,7	27,5	25,8	23,6	19,2	17,7
Mulheres	21,6	20,1	19,1	19,0	19,1	18,4
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	17,9	16,5	16,6	16,1	17,1	16,3
65 + anos	29,1	27,8	26,4	26,9	24,5	21,8
Após transferências relativas a pensões						
Total	26,5	25,7	25,1	24,2	24,9	24,3
0 - 17 anos	31,9	31,0	27,8	27,1	30,1	30,7
18 - 64 anos	23,2	22,5	22,8	22,0	23,4	22,8
65 + anos	32,9	31,8	30,9	29,2	24,9	23,1
Homens	25,3	25,1	24,5	23,6	24,2	23,9
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	21,8	21,8	22,1	21,4	22,5	22,1
65 + anos	32,3	31,4	30,2	26,9	21,7	20,8
Mulheres	27,6	26,3	25,7	24,8	25,5	24,8
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	24,5	23,2	23,4	22,6	24,2	23,5
65 + anos	33,3	32,0	31,5	30,8	27,2	24,8
Antes de qualquer transferência social						
Total	41,3	40,8	40,2	40,0	41,5	41,5
0 - 17 anos	35,7	34,4	30,5	30,2	33,1	33,5
18 - 64 anos	32,4	31,7	31,4	31,0	32,3	31,9
65 + anos	81,8	82,0	83,5	84,2	84,5	84,5
Homens	38,8	38,6	38,1	38,0	39,8	39,8
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	30,4	29,9	29,9	29,9	31,4	31,1
65 + anos	81,5	83,0	84,1	82,9	82,6	83,0
Mulheres	43,6	42,8	42,1	41,9	43,2	43,1
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	34,2	33,4	32,9	32,1	33,1	32,7
65 + anos	82,0	81,4	83,0	85,1	85,8	85,6
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 3.4 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9
Em emprego						
Total	12,4	11,9	11,2	9,7	11,8	10,3
Homens	13,1	12,8	11,8	10,2	12,2	11,0
Mulheres	11,6	10,9	10,6	9,1	11,3	9,6
Sem emprego						
Total	27,8	26,6	26,3	26,9	24,8	24,4
Homens	26,9	25,9	25,5	25,7	22,2	23,1
Mulheres	28,3	27,1	26,8	27,7	26,5	25,2
Desempregado						
Total	32,0	28,4	31,1	32,2	34,6	37,0
Homens	35,9	33,1	35,2	36,6	34,9	42,0
Mulheres	28,2	24,3	27,6	28,1	34,2	32,8
Reformado						
Total	25,8	25,1	22,9	23,1	20,1	17,4
Homens	26,7	25,2	23,2	22,9	17,9	16,1
Mulheres	25,0	25,0	22,7	23,3	22,0	18,6
Outros inactivos						
Total	29,0	27,9	29,0	30,2	28,3	29,9
Homens	21,9	23,4	24,9	25,4	25,0	28,7
Mulheres	31,4	29,7	30,6	32,1	29,5	30,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Para efeitos deste indicador são considerados os indivíduos com 18 e mais anos.



Quadro 3.5 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2003 - 2008

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Total da população residente	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	
Total, sem crianças dependentes	20,0	18,5	18,9	18,7	16,1	14,9	
1 adulto sem crianças	35,2	37,1	34,9	33,0	31,0	28,0	
1 adulto sexo masculino, sem crianças	32,4	33,7	28,3	26,4	26,2	23,6	
1 adulto sexo feminino, sem crianças	36,6	38,8	38,2	36,1	33,1	30,1	
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	25,7	28,0	26,3	27,3	25,0	20,1	
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41,0	42,2	39,8	36,6	34,5	32,7	
2 adultos ambos c/ menos 65 anos sem crianças	16,2	15,2	18,3	17,6	16,5	16,6	
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos sem crianças	30,0	28,1	25,8	26,4	21,7	18,8	
Outros agregados, sem crianças	11,5	8,7	9,5	9,3	7,4	8,0	
Total, com crianças dependentes	20,6	20,0	18,1	17,7	20,4	20,6	
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	34,8	31,5	41,2	33,6	38,9	38,8	
2 adultos com 1 criança	12,8	14,7	12,1	12,2	16,7	14,8	
2 adultos com 2 crianças	24,0	23,9	18,6	17,0	20,6	20,7	
2 adultos com 3 + crianças	41,0	42,0	37,8	43,3	31,9	42,8	
Outros agregados, com crianças	17,5	14,9	15,8	16,3	18,0	18,8	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 3.6 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2003 - 2008

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Total da população residente	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	
Rendimentos de trabalho	15,1	14,5	12,9	12,4	14,5	13,8	
Rendimentos de pensões	32,5	30,6	28,6	28,7	25,7	22,6	
Outros rendimentos ⁽¹⁾	45,2	41,5	44,7	55,3	46,6	52,6	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

⁽¹⁾ Inclui rendimentos de transferências sociais, excluídas as pensões de velhice e sobrevivência, e outros rendimentos privados

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 3.7 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por grau de urbanização (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9
Área densamente povoada	15,3	14,9	13,1	13,6	13,4	11,9
Área intermédia	21,9	21,6	20,4	19,8	22,2	22,2
Área pouco povoada	27,6	24,5	23,9	24,0	23,4	23,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 3.8 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por nível de escolaridade completo (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9
Ensino básico	19,0	18,4	18,1	18,3	19,3	18,4
Ensino secundário ou pós-secundário (não superior)	10,1	9,3	9,7	8,0	8,6	9,0
Ensino superior	4,1	3,1	2,7	2,6	2,7	3,5
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Para efeitos deste indicador são considerados os indivíduos com 18 e mais anos.

Quadro 3.9 | Dispersão do limiar do risco de pobreza (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais (70% da mediana)	28,2	27,1	25,8	25,6	27,2	25,6
Após transferências sociais (50% da mediana)	13,2	12,5	11,2	11,5	11,9	10,8
Após transferências sociais (40% da mediana)	7,3	6,9	6,5	6,3	5,7	6,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro 3.10 | Dispersão do limiar do risco de pobreza (€), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: €

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais (70% da mediana)	4 841	5 036	5 118	5 301	5 700	5 797
Após transferências sociais (50% da mediana)	3 458	3 597	3 655	3 786	4 071	4 141
Após transferências sociais (40% da mediana)	2 766	2 878	2 924	3 029	3 257	3 313
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 3.11 | Taxa de intensidade da pobreza, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	24,7	26,0	23,5	24,3	23,2	23,6
0 - 17 anos	25,8	27,8	24,4	26,4	26,2	27,8
18 - 64 anos	27,1	27,8	24,6	27,0	23,6	25,9
65 + anos	17,6	17,4	17,4	18,7	17,7	15,5
Homens	24,0	25,6	22,4	24,3	22,5	24,9
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	26,9	27,8	23,9	26,8	22,7	26,5
65 + anos	16,3	16,3	16,0	14,3	17,4	13,6
Mulheres	25,4	26,3	23,9	24,2	23,6	23,0
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	27,1	27,8	25,1	27,3	24,4	25,3
65 + anos	19,5	17,9	19,5	21,6	17,9	16,0
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

QUADROS CAPÍTULO 4



SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 4.1 | Taxa de privação material (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Taxa de privação material	22,2	21,2	20,0	22,4	23,0	21,4	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 4.2 | Privação material por número de itens (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
0 itens	32,2	32,5	33,2	31,2	30,3	32,2	
1 item	23,3	23,7	22,5	21,6	24,3	25,3	
2 itens	22,3	22,5	24,4	24,8	22,4	21,2	
3 itens	12,1	11,9	10,9	12,8	13,3	12,4	
4 itens	6,1	5,1	5,3	5,4	6,2	5,5	
5 itens	2,3	2,4	2,3	2,8	2,3	2,3	
6 ou + itens	1,7	1,7	1,5	1,4	1,2	1,2	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 4.3 | Intensidade da privação material, Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: nº.
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Intensidade da privação material	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro 4.4 | Indicadores de privação material na população total e por estado de pobreza, Portugal 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População total						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	19,5	18,7	16,4	19,7	26,2	27,8
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	60,7	60,1	59,8	61,4	64,3	63,3
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	8,1	7,1	6,5	7,0	6,4	8,7
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	4,4	4,0	3,8	4,1	4,1	4,4
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	36,3	40,0	39,9	41,9	34,9	28,5
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	3,5	3,2	3,5	2,9	2,5	2,0
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	1,1	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5
18. Sem disponibilidade de telefone	4,0	2,9	4,3	4,9	4,5	1,3
19. Sem disponibilidade de automóvel	12,0	11,6	10,9	11,4	9,4	10,1
População em risco de pobreza						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	37,5	38,3	32,3	43,1	46,8	52,3
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	83,6	83,8	83,5	89,0	92,3	90,5
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	13,6	12,2	10,5	13,7	13,3	18,0
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	9,5	11,6	10,5	10,1	9,8	10,0
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	56,9	62,1	60,6	64,9	56,0	44,3
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	10,5	9,5	10,1	9,1	7,1	5,8
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	3,5	1,9	1,7	1,3	0,9	1,8
18. Sem disponibilidade de telefone	10,6	8,2	11,6	12,0	8,6	3,6
19. Sem disponibilidade de automóvel	24,5	23,7	25,1	28,0	20,3	19,8
População sem risco de pobreza						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	14,9	14,0	12,8	14,5	21,6	22,5
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	54,9	54,4	54,4	55,3	58,0	57,4
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	6,6	5,8	5,6	5,5	4,8	6,7
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3,1	2,1	2,3	2,8	2,8	3,2
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	31,0	34,6	35,3	36,8	30,1	25,1
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1,7	1,7	2,0	1,6	1,4	1,2
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	0,4	0,2	0,3	0,4	0,4	0,2
18. Sem disponibilidade de telefone	2,3	1,6	2,7	3,3	3,6	0,8
19. Sem disponibilidade de automóvel	8,8	8,6	7,7	7,7	7,0	8,0

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 4.5 | Indicadores de privação material na população total e na população em privação material, Portugal
2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População total						
I1. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	19,5	18,7	16,4	19,7	26,2	27,8
I2. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	60,7	60,1	59,8	61,4	64,3	63,3
I3. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	8,1	7,1	6,5	7,0	6,4	8,7
I4. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	4,4	4,0	3,8	4,1	4,1	4,4
I5. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	36,3	40,0	39,9	41,9	34,9	28,5
I6. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	3,5	3,2	3,5	2,9	2,5	2,0
I7. Sem disponibilidade de televisão a cores	1,1	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5
I8. Sem disponibilidade de telefone	4,0	2,9	4,3	4,9	4,5	1,3
I9. Sem disponibilidade de automóvel	12,0	11,6	10,9	11,4	9,4	10,1
População em privação material (3 ou + itens)						
I1. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	68,2	72,3	67,7	71,6	83,7	85,5
I2. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	99,3	99,5	99,6	99,6	98,2	99,8
I3. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	76,5	78,2	79,3	77,4	78,9	66,6
I4. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	15,7	17,2	16,6	14,4	15,6	18,7
I5. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	85,9	88,3	87,2	86,9	83,0	73,4
I6. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	14,9	14,2	15,8	12,5	10,4	8,9
I7. Sem disponibilidade de televisão a cores	4,8	2,5	3,0	2,6	1,7	2,2
I8. Sem disponibilidade de telefone	16,5	13,0	18,6	18,5	16,4	5,8
I9. Sem disponibilidade de automóvel	45,9	44,7	44,8	40,9	33,9	38,7
População em privação material (4 ou + itens)						
I1. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	84,8	85,8	81,2	85,3	91,6	93,1
I2. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	99,6	100,0	99,6	100,0	99,9	100,0
I3. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	68,5	71,2	73,1	63,9	65,5	52,9
I4. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	27,2	34,4	28,2	23,8	29,8	34,8
I5. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	91,5	94,5	93,1	93,0	87,2	86,1
I6. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	24,8	23,9	27,0	23,2	19,1	17,4
I7. Sem disponibilidade de televisão a cores	8,8	5,6	6,0	5,7	3,8	4,8
I8. Sem disponibilidade de telefone	29,9	27,1	34,8	33,8	29,2	12,1
I9. Sem disponibilidade de automóvel	66,2	67,6	65,7	61,5	56,6	62,3

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro 4.6 | Taxa de privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	22,2	21,2	20,0	22,4	23,0	21,4
0 - 17 anos	23,4	23,2	20,2	23,9	24,8	25,1
18 - 64 anos	19,3	17,9	17,3	20,6	21,1	19,4
65 + anos	31,3	31,3	29,6	27,5	27,7	24,7
Homens	20,9	20,2	19,5	21,5	22,3	20,6
0 - 17 anos	22,9	22,8	21,1	23,8	25,4	25,7
18 - 64 anos	18,9	17,8	17,3	20,3	21,3	19,2
65 + anos	27,2	27,7	26,8	23,6	22,8	20,0
Mulheres	23,3	22,1	20,4	23,2	23,6	22,2
0 - 17 anos	24,0	23,5	19,2	23,9	24,3	24,5
18 - 64 anos	19,8	18,1	17,3	20,8	21,0	19,7
65 + anos	34,2	33,9	31,6	30,2	31,3	28,1
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 4.7 | Taxa de privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	22,2	21,2	20,0	22,4	23,0	21,4
Área densamente povoada	20,4	21,5	19,4	22,4	24,9	23,2
Área intermédia	22,6	20,5	20,1	22,0	22,8	21,6
Área pouco povoada	24,8	21,5	20,6	22,9	19,5	18,0
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 4.8 | Taxa de privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	22,2	21,2	20,0	22,4	23,0	21,4
Em risco de pobreza	45,5	43,9	42,8	49,8	45,9	45,6
Sem risco de pobreza	16,1	15,7	14,8	16,3	17,8	16,2
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 4.9 | Taxa de privação material, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	22,2	21,2	20,0	22,4	23,0	21,4
Total, sem crianças dependentes	25,0	23,2	22,5	23,2	23,6	19,8
1 adulto sem crianças	38,4	38,7	39,9	36,5	36,9	31,8
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	28,4	27,9	35,7	36,3	35,4	28,7
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	44,3	44,8	42,3	36,7	37,7	33,7
2 adultos ambos c/ menos 65 anos sem crianças	18,7	18,1	17,2	19,8	20,0	17,7
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos sem crianças	31,2	29,5	29,2	27,1	26,7	25,2
Outros agregados, sem crianças	20,1	16,9	15,1	17,6	18,9	14,1
Total, com crianças dependentes	20,0	19,8	18,0	21,8	22,3	23,0
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	40,3	29,3	30,1	45,2	46,9	46,8
2 adultos com 1 criança	16,4	13,7	14,9	15,8	20,4	17,0
2 adultos com 2 crianças	16,5	17,6	15,7	18,8	16,7	18,1
2 adultos com 3 + crianças	30,5	33,0	31,4	25,9	35,8	47,5
Outros agregados, com crianças	21,2	23,2	18,6	26,2	22,7	24,3
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro 4.10 | Taxa de privação material, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	22,2	21,2	20,0	22,4	23,0	21,4
Rendimentos de trabalho	18,2	17,3	15,1	17,9	20,1	18,2
Rendimentos de pensões	31,7	30,7	30,6	28,7	27,6	26,3
Outros rendimentos ⁽¹⁾	37,1	36,8	38,6	58,5	43,6	45,6
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

⁽¹⁾ Inclui rendimentos de transferências sociais, excluídas as pensões de velhice e sobrevivência, e outros rendimentos privados

Quadro 4.11 | Taxa de privação material, por condição perante o trabalho do indivíduo (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	21,8	20,8	19,8	21,8	22,3	20,4
Em emprego	16,9	16,1	14,4	16,6	18,1	15,9
Sem emprego	27,8	26,8	26,8	28,4	28,0	25,7
<i>Desempregado</i>	<i>37,3</i>	<i>32,0</i>	<i>30,6</i>	<i>35,0</i>	<i>38,6</i>	<i>36,9</i>
<i>Reformado</i>	<i>30,7</i>	<i>30,3</i>	<i>29,2</i>	<i>27,4</i>	<i>26,9</i>	<i>22,9</i>
<i>Outros inactivos</i>	<i>21,2</i>	<i>20,8</i>	<i>22,4</i>	<i>27,4</i>	<i>26,1</i>	<i>25,5</i>
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Nota: Para efeitos deste indicador são considerados os indivíduos com 18 e mais anos.

Quadro 4.12 | Intensidade da privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7
0 - 17 anos	3,8	3,7	3,8	3,8	3,7	3,7
18 - 64 anos	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7
65 + anos	3,7	3,7	3,8	3,6	3,6	3,7
Homens	3,8	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
0 - 17 anos	3,8	3,7	3,7	3,8	3,7	3,7
18 - 64 anos	3,8	3,8	3,7	3,7	3,7	3,7
65 + anos	3,8	3,7	3,8	3,6	3,5	3,6
Mulheres	3,7	3,7	3,8	3,7	3,6	3,6
0 - 17 anos	3,8	3,7	3,9	3,8	3,7	3,6
18 - 64 anos	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,6
65 + anos	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 4.13 | Intensidade da privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7
Área densamente povoada	3,8	3,8	3,8	3,8	3,6	3,7
Área intermédia	3,6	3,7	3,7	3,6	3,7	3,6
Área pouco povoada	3,8	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 4.14 | Intensidade da privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7
Em risco de pobreza	4,0	4,1	4,1	4,0	3,8	3,9
Sem risco de pobreza	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

QUADROS CAPÍTULO 5



Quadro 5.1 | Taxa de sobrelotação da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Taxa de sobrelotação da habitação	15,3	16,5	15,8	16,1	15,7	14,1	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.2 | Taxa de sobrelotação da habitação, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total	15,3	16,5	15,8	16,1	15,7	14,1	
0 - 17 anos	23,5	25,5	23,5	23,1	23,5	21,5	
18 - 64 anos	15,2	16,5	16,0	16,7	16,1	14,5	
65 + anos	6,4	6,6	6,4	6,0	5,9	5,0	
Homens	15,0	17,1	16,3	16,8	16,1	14,1	
0 - 17 anos	22,4	26,1	23,8	22,3	22,8	20,5	
18 - 64 anos	15,1	17,2	16,7	18,0	16,8	14,6	
65 + anos	4,2	4,6	4,5	4,3	3,8	4,0	
Mulheres	15,5	16,0	15,2	15,3	15,4	14,1	
0 - 17 anos	24,7	24,8	23,3	23,8	24,3	22,6	
18 - 64 anos	15,2	15,9	15,3	15,4	15,4	14,4	
65 + anos	7,9	8,0	7,6	7,2	7,3	5,6	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro 5.3 | Taxa de sobrelotação da habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	15,3	16,5	15,8	16,1	15,7	14,1
Área densamente povoada	16,4	18,4	18,0	16,7	17,5	15,8
Área intermédia	15,6	15,9	15,1	17,0	17,3	15,8
Área pouco povoada	12,9	14,1	13,3	13,7	10,3	8,8
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.4 | Taxa de sobrelotação da habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	15,3	16,5	15,8	16,1	15,7	14,1
Em risco de pobreza	21,8	24,7	22,2	21,4	25,1	23,4
Sem risco de pobreza	13,6	14,6	14,3	14,9	13,6	12,1
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.5 | Taxa de privação severa das condições da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de privação severa das condições da habitação	7,1	7,7	7,5	7,6	6,9	4,7
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.6 | Taxa de privação severa das condições da habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %						
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	7,1	7,7	7,5	7,6	6,9	4,7
Área densamente povoada	7,7	8,3	9,0	8,3	8,4	5,9
Área intermédia	7,6	8,2	6,7	7,2	7,0	4,1
Área pouco povoada	5,5	6,1	6,3	6,8	4,0	3,3
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.7 | Taxa de privação severa das condições da habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %						
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	7,1	7,7	7,5	7,6	6,9	4,7
Em risco de pobreza	13,0	13,8	11,8	13,4	12,4	10,6
Sem risco de pobreza	5,6	6,3	6,6	6,3	5,7	3,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.8 | Carga mediana das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %						
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carga mediana das despesas em habitação	10,5	8,4	10,3	12,9	11,8	11,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro 5.9 | Carga mediana das despesas em habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	10,5	8,4	10,3	12,9	11,8	11,4
Área densamente povoada	10,5	7,9	10,0	13,9	12,8	12,3
Área intermédia	10,8	8,3	10,2	11,8	11,2	11,2
Área pouco povoada	10,3	9,0	10,9	12,3	10,8	10,3
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.10 | Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	4,7	4,3	4,5	7,4	8,2	6,3
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.11 | Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	4,7	4,3	4,5	7,4	8,2	6,3
Área densamente povoada	4,8	4,6	4,0	7,9	9,4	7,2
Área intermédia	4,6	4,4	5,4	8,7	7,7	6,6
Área pouco povoada	4,4	3,7	4,1	4,9	6,8	4,0
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 5.12 | Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	4,7	4,3	4,5	7,4	8,2	6,3
Em risco de pobreza	16,7	16,6	12,9	22,0	21,8	21,5
Sem risco de pobreza	1,6	1,4	2,6	4,2	5,2	2,9
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

QUADROS CAPÍTULO 6



SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro 6.1 | Taxa de pobreza consistente (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %						
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Em risco de pobreza e em privação material	9,4	8,5	7,9	9,0	8,5	8,1
Em risco de pobreza e sem privação material	11,3	10,9	10,6	9,1	10,0	9,7
Sem risco de pobreza e em privação material	12,8	12,7	12,1	13,4	14,5	13,3
Sem risco de pobreza e sem privação material	66,6	67,9	69,5	68,5	67,0	68,9
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 6.2 | Taxa de pobreza consistente, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %						
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	9,4	8,5	7,9	9,0	8,5	8,1
0 - 17 anos	11,9	10,6	8,9	11,6	10,9	11,3
18 - 64 anos	7,1	6,3	6,3	7,3	6,9	7,0
65 + anos	14,9	14,7	12,9	12,7	12,0	9,1
Total	9,4	8,5	7,9	9,0	8,5	8,1
Homens	8,7	7,9	7,4	8,5	8,0	7,9
Mulheres	10,0	9,1	8,4	9,5	9,0	8,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro 6.3 | Correlação entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %						
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Correlação entre a taxa de risco de pobreza e a taxa de privação material	30,3	27,6	27,4	33,5	26,7	29,0
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

QUADROS COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS



SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CI.1 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007
União Europeia (UE27)	x	15,9	16,1	16,7	16,5
Bélgica (BE)	14,3	14,8	14,7	15,2	14,7
Bulgária (BG)	15,0	14,0	18,4	22,0	21,4
República Checa (CZ)	x	10,4	9,9	9,6	9,0
Dinamarca (DK)	10,9	11,8	11,7	11,7	11,8
Alemanha (DE)	x	12,2	12,5	15,2	15,2
Estónia (EE)	20,2	18,3	18,3	19,4	19,5
Irlanda (IE)	20,9	19,7	18,5	17,2	15,5
Grécia (GR)	19,9	19,6	20,5	20,3	20,1
Espanha (ES)	19,9	19,7	19,9	19,7	19,6
França (FR)	13,5	13,0	13,2	13,1	13,3
Itália (IT)	19,1	18,9	19,6	19,9	18,7
Chipre (CY)	x	16,1	15,6	15,5	16,2
Letónia (LV)	x	19,2	23,1	21,2	25,6
Lituânia (LT)	x	20,5	20,0	19,1	20,0
Luxemburgo (LU)	12,7	13,7	14,1	13,5	13,4
Hungria (HU)	x	13,5	15,9	12,3	12,4
Malta (MT)	x	13,7	13,6	14,3	14,6
Países Baixos (NL)	x	10,7	9,7	10,2	10,5
Áustria (AT)	12,8	12,3	12,6	12,0	12,4
Polónia (PL)	x	20,5	19,1	17,3	16,9
Portugal (PT)	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5
Roménia (RO)	18,0	18,0	19,0	24,8	23,4
Eslovénia (SI)	x	12,2	11,6	11,5	12,3
Eslováquia (SK)	x	13,3	11,6	10,5	10,9
Finlândia (FI)	11,0	11,7	12,6	13,0	13,6
Suécia (SE)	11,3	9,5	12,3	10,5	12,2
Reino Unido (UK)	x	19,0	19,0	18,9	18,8

EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008
---------	------	------	------	------	------

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extracção: 10/09/2010



Quadro CI.2 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, segundo o sexo e o grupo etário (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007
Total	x	15,9	16,1	16,7	16,5
0 - 17 anos	x	19,2	19,2	20,0	20,3
18 - 64 anos	x	14,3	14,5	15,0	14,8
65 + anos	x	18,4	18,5	19,4	18,9
Homens	x	15,2	15,3	15,9	15,6
0 - 17 anos	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	x	13,9	14,0	14,4	14,1
65 + anos	x	15,5	15,7	16,2	15,9
Mulheres	x	16,6	16,9	17,5	17,5
0 - 17 anos	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	x	14,7	15,0	15,6	15,4
65 + anos	x	20,5	20,6	21,8	21,2
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extracção: 10/09/2010

Quadro CI.3 | Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007
Antes de qualquer transferência social	x	42,8	43,0	42,6	42,2
Após transferências relativas a pensões	x	25,7	25,9	25,9	25,1
Após transferências sociais	x	15,9	16,1	16,7	16,5
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extracção: 10/09/2010

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CI.4 | Taxa de intensidade da pobreza (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007
União Europeia (UE27)	x	22,4	22,5	23,0	21,9
Bélgica (BE)	21,5	17,8	19,4	17,8	17,2
Bulgária (BG)	19,0	20,0	28,1	33,5	27,0
República Checa (CZ)	x	18,2	16,8	18,1	18,5
Dinamarca (DK)	19,0	15,6	16,5	17,0	18,0
Alemanha (DE)	x	18,9	20,4	23,2	22,2
Estónia (EE)	26,3	24,0	22,0	20,2	20,3
Irlanda (IE)	19,2	20,2	16,6	17,6	17,7
Grécia (GR)	24,6	23,9	25,8	26,0	24,7
Espanha (ES)	24,6	25,5	26,0	24,1	23,6
França (FR)	18,6	16,5	18,5	17,9	18,1
Itália (IT)	25,0	24,2	24,2	22,3	23,0
Chipre (CY)	x	19,4	18,9	19,7	16,6
Letónia (LV)	x	27,2	24,9	24,6	28,6
Lituânia (LT)	x	28,4	29,1	25,7	25,7
Luxemburgo (LU)	16,4	18,6	19,7	18,8	16,6
Hungria (HU)	x	18,4	24,1	19,8	17,3
Malta (MT)	x	17,1	18,6	17,5	17,7
Países Baixos (NL)	x	20,9	16,9	17,0	14,9
Áustria (AT)	19,8	15,3	15,5	17,0	15,3
Polónia (PL)	x	30,1	25,0	24,0	20,6
Portugal (PT)	24,7	26,0	23,5	24,3	23,2
Roménia (RO)	23,0	22,0	23,0	34,8	32,3
Eslovénia (SI)	x	19,1	18,6	19,4	19,3
Eslováquia (SK)	x	23,5	20,0	19,2	18,1
Finlândia (FI)	14,2	13,9	14,4	14,1	15,7
Suécia (SE)	17,4	17,9	22,7	20,3	18,0
Reino Unido (UK)	x	22,3	22,9	22,4	20,8
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extracção: 10/09/2010



Quadro CI.5 | Taxa de intensidade da pobreza, segundo o sexo e o grupo etário (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007
Total	x	22,4	22,5	23,0	21,9
0 - 17 anos	x	23,2	23,1	23,9	22,2
18 - 64 anos	x	24,5	24,7	25,1	24,1
65 + anos	x	17,4	18,0	18,8	17,5
Homens	x	23,5	23,3	23,9	22,6
0 - 17 anos	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	x	25,6	25,4	25,8	25,0
65 + anos	x	17,5	17,9	18,0	16,6
Mulheres	x	21,6	21,9	22,5	21,4
0 - 17 anos	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	x	23,6	24,1	24,4	23,3
65 + anos	x	17,4	17,9	19,2	18,0
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extracção: 10/09/2010

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro Cl.6 | Coeficiente de Gini (%), União Europeia (UE27), 2003 - 2007

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007
União Europeia (UE27)	x	30,3	29,9	30,6	30,6
Bélgica (BE)	26,1	28,0	27,8	26,3	27,5
Bulgária (BG)	26,0	25,0	31,2	35,3	35,9
República Checa (CZ)	x	26,0	25,3	25,3	24,7
Dinamarca (DK)	23,9	23,9	23,7	25,2	25,1
Alemanha (DE)	x	26,1	26,8	30,4	30,2
Estónia (EE)	37,4	34,1	33,1	33,4	30,9
Irlanda (IE)	31,5	31,9	31,9	31,3	29,9
Grécia (GR)	33,0	33,2	34,3	34,3	33,4
Espanha (ES)	30,7	31,8	31,2	31,3	31,3
França (FR)	28,2	27,7	27,3	26,6	28,1
Itália (IT)	33,2	32,8	32,1	32,3	31,0
Chipre (CY)	x	28,7	28,8	29,8	28,0
Letónia (LV)	x	36,1	39,2	35,4	37,7
Lituânia (LT)	x	36,3	35,0	33,8	34,0
Luxemburgo (LU)	26,5	26,5	27,8	27,4	27,7
Hungria (HU)	x	27,6	33,3	25,7	25,2
Malta (MT)	x	26,9	27,3	25,7	26,9
Países Baixos (NL)	x	26,9	26,4	27,6	27,6
Áustria (AT)	25,8	26,2	25,3	26,2	26,2
Polónia (PL)	x	35,6	33,3	32,2	32,0
Portugal (PT)	37,8	38,1	37,7	36,8	35,8
Roménia (RO)	31,0	31,0	33,0	37,8	36,0
Eslovénia (SI)	x	23,8	23,7	23,2	23,4
Eslováquia (SK)	x	26,2	28,1	24,5	23,7
Finlândia (FI)	25,6	26,0	25,9	26,2	26,4
Suécia (SE)	23,0	23,4	24,0	23,4	24,0
Reino Unido (UK)	x	34,6	32,5	32,8	34,0

EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008
---------	------	------	------	------	------

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extração: 10/09/2010



Quadro CI.7 | Taxa de privação material (%), União Europeia (UE27), 2004 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008
União Europeia (UE27)	x	17,4	17,4	17,8	17,4
Bélgica (BE)	11,9	13,3	12,9	12,0	11,6
Bulgária (BG)	x	x	72,4	73,1	51,0
República Checa (CZ)	x	22,7	19,7	16,4	16,2
Dinamarca (DK)	6,2	7,5	7,8	6,9	5,4
Alemanha (DE)	x	10,9	13,3	11,7	12,7
Estónia (EE)	21,2	26,6	17,7	15,4	12,4
Irlanda (IE)	10,4	11,3	11,3	10,3	13,6
Grécia (GR)	25,1	26,3	23,5	22,0	21,8
Espanha (ES)	13,3	10,8	11,0	9,5	8,7
França (FR)	14,3	13,2	12,7	12,3	13,1
Itália (IT)	14,3	14,3	13,9	14,9	16,1
Chipre (CY)	x	31,2	30,7	30,8	23,3
Letónia (LV)	x	56,4	50,4	44,6	35,2
Lituânia (LT)	x	51,7	41,5	29,6	27,0
Luxemburgo (LU)	2,7	3,9	2,7	2,9	3,5
Hungria (HU)	x	40,0	37,6	37,4	37,1
Malta (MT)	x	15,0	12,5	13,1	13,3
Países Baixos (NL)	x	7,5	6,5	5,6	5,2
Áustria (AT)	8,2	8,3	10,1	10,1	13,7
Polónia (PL)	x	50,8	44,0	38,3	32,3
Portugal (PT)	22,2	21,2	20,0	22,4	23,0
Roménia (RO)	x	x	x	53,3	50,3
Eslovénia (SI)	x	14,7	14,5	14,3	16,9
Eslováquia (SK)	x	43,2	35,7	30,2	27,8
Finlândia (FI)	10,7	10,8	10,0	9,4	9,1
Suécia (SE)	6,5	5,7	6,0	5,7	4,5
Reino Unido (UK)	x	12,6	11,0	10,4	11,6
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extracção: 10/09/2010

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CI.8 | Taxa de privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), União Europeia (UE27), 2004 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008
Total	x	17,4	17,4	17,8	17,4
0 - 17 anos	x	19,8	19,9	19,9	19,8
18 - 64 anos	x	17,2	17,2	17,6	17,1
65 + anos	x	15,3	15,2	16,3	15,6
Homens	x	16,6	16,6	17,0	16,6
0 - 17 anos	x	19,5	19,8	19,8	19,7
18 - 64 anos	x	16,6	16,5	16,9	16,4
65 + anos	x	12,3	12,2	13,4	12,7
Mulheres	x	18,2	18,2	18,6	18,1
0 - 17 anos	x	20,1	19,9	20,0	19,9
18 - 64 anos	x	17,8	17,9	18,2	17,7
65 + anos	x	17,6	17,5	18,5	17,8
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008

Fonte: Eurostat, EU-SILC (EU Statistics on Income and Living Conditions) 2004 - 2008

Data de extracção: 10/09/2010

QUADROS COEFICIENTES DE VARIÇÃO



SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.1 | Coeficientes de variação do rendimento monetário disponível por adulto equivalente (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE (preços correntes)	2,21	2,41	2,49	2,43	2,31	2,38
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.2 | Coeficientes de variação do rendimento monetário disponível por adulto equivalente (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	2,21	2,41	2,49	2,43	2,31	2,38
1º quintil	1,26	1,15	1,22	1,19	1,27	1,30
2º quintil	0,41	0,41	0,40	0,38	0,51	0,40
3º quintil	0,32	0,37	0,37	0,42	0,38	0,34
4º quintil	0,41	0,45	0,45	0,48	0,51	0,46
5º quintil	2,33	2,55	2,74	2,48	2,87	3,62
1º decil	2,13	1,82	2,05	1,64	2,06	1,77
2º decil	0,43	0,42	0,42	0,46	0,45	0,40
3º decil	0,29	0,32	0,32	0,30	0,33	0,27
4º decil	0,25	0,26	0,22	0,32	0,37	0,27
5º decil	0,24	0,26	0,24	0,27	0,26	0,21
6º decil	0,22	0,24	0,26	0,29	0,25	0,26
7º decil	0,26	0,28	0,28	0,30	0,27	0,28
8º decil	0,32	0,34	0,39	0,32	0,37	0,39
9º decil	0,58	0,62	0,64	0,70	0,59	0,54
10º decil	2,45	2,82	3,03	2,74	3,34	4,90
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.3 | Coeficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por composição do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	2,21	2,41	2,49	2,43	2,31	2,38
Total, sem crianças dependentes	2,68	2,99	3,01	2,99	2,48	2,36
1 adulto sem crianças	4,33	3,64	4,38	4,53	4,01	3,75
1 adulto sexo masculino, sem crianças	7,68	6,76	7,35	7,67	6,99	6,87
1 adulto sexo feminino, sem crianças	4,83	4,28	4,90	5,26	4,55	3,70
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	5,50	5,92	6,92	6,99	6,22	5,69
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	5,90	4,05	4,65	4,93	4,97	4,02
2 adultos ambos c/ menos 65 anos sem crianças	4,01	4,88	6,80	4,78	3,95	5,26
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos sem crianças	4,86	4,07	4,94	4,00	3,59	3,24
Outros agregados, sem crianças	3,79	4,41	3,56	4,18	3,76	3,51
Total, com crianças dependentes	2,79	3,11	3,17	2,99	3,32	3,78
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	8,29	7,86	9,22	8,95	8,35	9,65
2 adultos com 1 criança	4,41	4,97	5,05	4,35	4,09	3,74
2 adultos com 2 crianças	4,46	5,23	4,84	4,56	7,03	10,37
2 adultos com 3 + crianças	10,97	14,24	15,26	15,18	15,05	17,12
Outros agregados, com crianças	3,63	3,81	3,16	4,32	3,71	3,53
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.4 | Coeficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	2,21	2,41	2,49	2,43	2,31	2,38
Agregados sem crianças dependentes						
Todos os meses sem trabalho	7,46	7,22	5,97	7,34	5,76	4,72
Alguns meses com trabalho	4,17	4,37	4,05	5,05	4,46	3,85
Todos os meses com trabalho	3,07	5,37	4,98	3,55	3,15	3,99
Agregados com crianças dependentes						
Todos os meses sem trabalho	10,69	10,15	14,11	8,12	10,12	8,93
Menor parte dos meses com trabalho	9,50	8,31	7,58	6,76	13,76	6,69
Maior parte dos meses com trabalho	3,69	4,21	3,80	3,97	3,37	2,85
Alguns meses com trabalho	3,52	3,90	3,54	3,72	3,53	2,74
Todos os meses com trabalho	3,25	3,66	4,02	3,53	4,17	6,20
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.5 | Coeficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por principal fonte de rendimento do agregado familiar, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	2,21	2,41	2,49	2,43	2,31	2,38
Rendimentos de trabalho	2,39	2,65	2,69	2,58	2,61	2,73
Rendimentos de pensões	4,11	4,11	4,07	3,75	2,88	3,04
Outros rendimentos	5,26	7,24	6,07	7,14	7,88	7,15
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.6 | Coeficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por nível de escolaridade completo, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	2,21	2,41	2,49	2,43	2,31	2,38
Ensino básico	1,27	1,61	1,64	1,76	1,74	1,32
Ensino secundário e pós-secundário (não superior)	3,12	3,19	3,25	2,75	2,58	2,55
Ensino superior	3,48	3,77	4,00	3,87	4,09	4,89
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.7 | Coeficientes de variação do rendimento monetário disponível médio por adulto equivalente (%), por grau de urbanização, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio por AE	2,21	2,41	2,49	2,43	2,31	2,38
Área densamente povoada	3,70	3,92	4,27	4,12	3,81	4,13
Área intermédia	3,03	3,61	3,50	3,83	3,37	2,65
Área pouco povoada	2,80	2,84	2,64	3,03	3,35	3,29
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.8 | Coeficientes de variação da distribuição dos indivíduos por intensidade laboral dos membros adultos do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%) , Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Todos os meses sem trabalho						
1º quintil	7,35	7,90	6,54	6,43	7,38	6,54
2º quintil	9,07	11,20	10,33	13,63	11,64	10,82
3º quintil	14,33	15,34	15,86	15,21	14,71	12,42
4º quintil	15,82	18,99	14,54	17,47	16,80	13,81
5º quintil	13,47	13,29	13,73	16,95	13,41	13,81
Menor parte dos meses com trabalho						
1º quintil	11,17	12,68	11,38	9,79	11,17	9,43
2º quintil	12,53	13,32	12,80	14,99	15,28	13,81
3º quintil	16,34	16,51	16,83	17,17	14,88	14,48
4º quintil	15,89	19,46	20,62	19,30	21,84	22,26
5º quintil	16,89	18,43	21,91	20,70	23,22	20,57
Maior parte dos meses com trabalho						
1º quintil	6,49	6,61	7,09	7,63	7,17	7,58
2º quintil	5,99	6,46	6,91	7,68	8,03	7,33
3º quintil	6,24	6,60	6,30	8,30	7,34	6,26
4º quintil	6,18	7,36	6,98	8,62	8,07	7,84
5º quintil	8,56	9,58	8,69	9,10	9,18	8,08
Todos os meses com trabalho						
1º quintil	8,54	9,29	10,35	11,73	10,90	11,93
2º quintil	7,40	7,51	6,98	7,91	7,95	8,50
3º quintil	5,48	5,79	6,26	6,45	6,87	7,15
4º quintil	4,88	5,23	5,23	5,73	6,16	6,49
5º quintil	5,68	6,04	6,10	6,40	6,44	6,11
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.9 | Coeficientes de variação da distribuição dos indivíduos por principal fonte de rendimento do agregado familiar e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %						
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimentos de trabalho						
1º quintil	5,60	6,01	6,29	6,55	6,10	6,27
2º quintil	4,81	5,19	5,17	5,92	5,41	5,62
3º quintil	4,26	4,59	4,66	5,21	4,86	4,61
4º quintil	4,17	4,49	4,29	5,00	5,04	5,22
5º quintil	5,52	5,86	5,79	6,03	5,56	5,21
Rendimentos de pensões						
1º quintil	5,02	4,81	5,29	4,99	5,14	5,50
2º quintil	5,75	5,61	5,53	6,27	5,46	5,20
3º quintil	7,46	7,77	9,19	8,24	6,81	7,30
4º quintil	9,70	8,89	7,97	8,90	8,00	6,70
5º quintil	9,63	9,63	8,51	8,77	8,74	8,64
Outros rendimentos						
1º quintil	7,74	9,67	7,03	7,28	8,59	7,37
2º quintil	13,10	13,69	13,35	16,50	17,95	15,43
3º quintil	16,39	17,11	15,25	20,70	27,25	21,52
4º quintil	18,19	21,83	23,22	26,35	25,14	21,71
5º quintil	18,00	21,24	26,01	29,30	25,66	29,40
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.10 | Coeficientes de variação da distribuição dos indivíduos por grau de urbanização e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Área densamente povoada							
1º quintil	8,13	8,43	8,98	9,32	10,17	8,87	
2º quintil	6,97	8,00	7,20	8,17	7,28	7,77	
3º quintil	6,43	6,84	7,10	7,88	6,63	6,69	
4º quintil	5,72	6,14	6,47	7,43	7,06	6,93	
5º quintil	7,07	7,31	7,12	7,81	6,83	6,74	
Área intermédia							
1º quintil	6,46	6,56	6,92	7,76	6,29	7,06	
2º quintil	6,27	5,85	7,62	7,39	6,68	6,97	
3º quintil	6,31	6,56	6,59	7,47	7,18	6,63	
4º quintil	6,71	7,29	7,05	7,13	8,31	8,15	
5º quintil	10,69	11,28	10,57	10,92	10,53	9,29	
Área pouco povoada							
1º quintil	6,08	7,08	6,57	7,30	7,92	7,30	
2º quintil	5,63	6,76	5,54	8,77	7,13	6,56	
3º quintil	7,05	7,23	7,55	7,99	8,19	7,01	
4º quintil	7,61	7,69	7,27	8,69	8,26	7,91	
5º quintil	9,29	9,94	9,64	10,47	11,08	10,31	
EU-SILC							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.11 | Coeficientes de variação da distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade completo e quintis de rendimento do RAE (%), Portugal, 2003 - 2008

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Ensino básico							
1º quintil	4,36	4,57	4,58	4,64	4,83	4,68	
2º quintil	3,71	4,04	3,99	4,70	4,31	4,25	
3º quintil	3,73	3,84	3,96	4,57	4,24	3,98	
4º quintil	3,89	4,00	4,09	4,55	4,60	4,57	
5º quintil	5,46	5,91	5,97	6,22	6,16	5,75	
Ensino secundário e pós-secundário (não superior)							
1º quintil	11,05	10,69	10,95	12,09	11,10	10,17	
2º quintil	9,16	10,44	10,34	9,58	11,08	10,28	
3º quintil	8,20	8,56	9,65	9,78	8,60	7,72	
4º quintil	6,11	6,79	6,95	7,30	7,00	6,97	
5º quintil	5,17	5,43	5,10	5,55	6,00	6,09	
Ensino superior							
1º quintil	19,02	22,73	25,99	26,62	24,19	19,10	
2º quintil	20,19	21,92	18,63	18,34	20,00	18,67	
3º quintil	15,69	17,51	18,47	15,99	16,31	12,54	
4º quintil	10,81	11,28	11,64	11,50	11,45	10,50	
5º quintil	3,09	3,11	3,18	3,64	3,46	3,36	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.12 | Coeficientes de variação de indicadores de desigualdade económica, Portugal, 2003 - 2008

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Coeficiente de Gini (%)	2,01	2,20	2,32	2,24	2,49	3,08	
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	3,78	4,05	4,11	4,00	4,04	4,74	
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	5,05	4,93	5,44	4,94	5,45	6,70	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.13 | Coeficientes de variação do Coeficiente de Gini, Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento disponível	2,01	2,20	2,32	2,24	2,49	3,08
Rendimento bruto	x	x	x	2,25	2,41	2,82
Rendimentos de trabalho e pensões	1,85	2,03	2,09	2,06	2,30	2,82
Rendimentos do trabalho	1,46	1,60	1,55	1,52	1,77	2,18
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.14 | Coeficientes de variação da linha de pobreza relativa (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Linha de pobreza relativa (preços correntes)	1,51	1,74	1,64	1,84	1,84	1,53
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.15 | Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Antes de qualquer transferência social	1,58	1,62	1,76	1,96	1,78	1,99
Após transferências relativas a pensões	2,58	2,81	2,93	3,23	3,12	3,36
Após transferências sociais	3,29	3,82	3,95	4,12	4,27	4,40
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.16 | Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais						
Total	3,29	3,82	3,95	4,12	4,27	4,40
0 - 17 anos	5,24	5,76	6,21	6,95	6,80	7,26
18 - 64 anos	3,61	4,24	4,51	4,55	4,49	4,72
65 + anos	5,70	6,23	6,36	6,61	7,64	7,33
Homens	3,48	4,14	4,69	4,82	4,77	5,06
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	4,08	4,76	5,67	5,26	4,96	5,26
65 + anos	6,56	6,90	7,33	8,11	8,98	8,87
Mulheres	3,59	4,01	3,93	4,10	4,45	4,42
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	3,82	4,33	4,36	4,80	4,77	4,92
65 + anos	5,89	6,62	6,74	6,56	8,01	7,43
Após transferências relativas a pensões						
Total	2,58	2,81	2,93	3,23	3,12	3,36
0 - 17 anos	4,03	4,33	4,88	5,67	5,44	5,55
18 - 64 anos	3,01	3,12	3,38	3,65	3,31	3,65
65 + anos	4,98	5,32	5,29	5,82	6,82	6,47
Homens	2,77	3,15	3,52	3,70	3,64	3,73
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	3,38	3,61	4,07	4,23	3,83	3,96
65 + anos	5,81	6,08	6,19	7,38	8,27	7,59
Mulheres	2,85	2,91	2,97	3,36	3,28	3,57
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	3,21	3,19	3,43	3,89	3,52	3,92
65 + anos	5,14	5,62	5,72	5,74	7,06	6,68
Antes de qualquer transferência social						
Total	1,58	1,62	1,76	1,96	1,78	1,99
0 - 17 anos	3,53	3,83	4,42	4,98	4,90	5,06
18 - 64 anos	2,32	2,38	2,58	2,91	2,52	2,84
65 + anos	1,17	1,11	1,14	1,15	1,09	1,21
Homens	1,84	1,91	2,20	2,37	2,13	2,32
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	2,71	2,74	3,11	3,39	2,91	3,12
65 + anos	1,63	1,55	1,48	1,66	1,58	1,72
Mulheres	1,67	1,67	1,73	1,95	1,86	2,02
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x
18 - 64 anos	2,42	2,48	2,59	3,01	2,71	3,06
65 + anos	1,23	1,26	1,34	1,19	1,25	1,27
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.17 | Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo (%), Portugal, 2003 - 2008

		Unidade: %					
Ano de referência dos dados		2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente		3,29	3,82	3,95	4,12	4,27	4,40
Em emprego							
	Total	4,65	4,90	5,52	6,12	5,63	5,90
	Homens	5,03	5,47	6,51	6,81	6,07	6,59
	Mulheres	5,87	6,19	6,85	8,02	7,08	7,40
Sem emprego							
	Total	3,83	4,61	4,57	4,39	4,78	4,61
	Homens	4,79	5,71	6,04	5,69	6,00	5,78
	Mulheres	4,09	4,72	4,54	4,44	5,09	4,77
Desempregado							
	Total	7,74	9,72	9,14	8,14	8,05	8,26
	Homens	9,78	12,70	12,02	10,48	11,12	9,37
	Mulheres	10,73	12,63	11,14	11,68	10,86	10,66
Reformado							
	Total	5,74	6,60	6,82	6,72	7,46	7,39
	Homens	6,19	7,28	7,53	7,68	8,47	8,46
	Mulheres	6,64	7,34	7,75	7,34	8,43	7,84
Outros inactivos							
	Total	4,20	4,88	5,01	5,33	5,37	5,13
	Homens	9,04	9,07	9,84	10,64	10,23	8,70
	Mulheres	4,62	5,28	5,23	5,15	5,80	5,52
EU-SILC		2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.18 | Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente	3,29	3,82	3,95	4,12	4,27	4,40
Total, sem crianças dependentes	4,74	5,52	5,94	5,35	6,10	5,72
1 adulto sem crianças	5,66	5,76	6,35	6,99	7,49	6,78
<i>1 adulto sexo masculino, sem crianças</i>	<i>10,11</i>	<i>10,77</i>	<i>12,14</i>	<i>14,26</i>	<i>13,62</i>	<i>12,17</i>
<i>1 adulto sexo feminino, sem crianças</i>	<i>6,80</i>	<i>6,76</i>	<i>7,11</i>	<i>7,32</i>	<i>8,57</i>	<i>7,95</i>
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	10,45	10,41	11,63	12,24	12,92	12,72
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	6,42	6,53	7,07	7,77	8,85	7,84
2 adultos ambos c/ menos 65 anos sem crianças	9,46	11,20	10,21	10,56	10,62	10,73
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos sem crianças	7,49	7,67	8,53	8,21	8,85	9,84
Outros agregados, sem crianças	10,88	13,73	14,49	14,89	14,95	14,83
Total, com crianças dependentes	4,71	5,28	5,61	6,34	5,92	6,27
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	12,67	14,81	13,30	16,92	15,03	13,74
2 adultos com 1 criança	10,41	10,30	12,65	12,18	11,94	11,50
2 adultos com 2 crianças	8,33	9,66	10,75	12,86	11,10	11,83
2 adultos com 3 + crianças	11,52	11,28	14,67	15,53	19,18	16,54
Outros agregados, com crianças	9,61	12,12	11,79	12,98	12,69	12,03
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.19 | Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente	3,29	3,82	3,95	4,12	4,27	4,40
Rendimentos de trabalho	4,70	5,25	5,52	6,29	5,55	6,00
Rendimentos de pensões	5,18	5,95	6,20	6,06	6,67	7,00
Outros rendimentos	7,54	9,99	8,00	7,31	9,29	7,63
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.20 | Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por grau de urbanização (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente	3,29	3,82	3,95	4,12	4,27	4,40
Área densamente povoada	7,53	7,96	8,60	8,66	9,83	9,24
Área intermédia	6,50	7,03	7,27	8,46	6,81	7,47
Área pouco povoada	6,14	7,52	7,12	7,86	8,38	8,23
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.21 | Coeficientes de variação da taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por nível de escolaridade completo (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da população residente	3,29	3,82	3,95	4,12	4,27	4,40
Ensino básico	4,18	4,65	4,95	4,72	4,77	4,89
Ensino secundário ou pós-secundário (não superior)	10,33	10,35	11,01	11,73	11,29	10,06
Ensino superior	18,19	21,82	25,74	29,49	24,97	19,71
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.22 | Coeficientes de variação da dispersão do limiar do risco de pobreza (%), Portugal, 2003 - 2008

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Após transferências sociais (70% da mediana)	2,42	2,85	2,80	3,16	2,99	3,13
Após transferências sociais (50% da mediana)	4,24	4,82	5,37	5,32	5,81	5,88
Após transferências sociais (40% da mediana)	6,23	7,17	7,18	7,74	9,41	7,93
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.23 | Coeficientes de variação da taxa de intensidade da pobreza, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2003 - 2008

		Unidade: %					
Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Total	3,87	4,26	5,12	5,33	5,18	5,97	
0 - 17 anos	6,78	6,60	8,96	9,44	8,86	10,01	
18 - 64 anos	4,72	5,01	6,12	5,47	5,72	6,32	
65 + anos	6,30	6,90	6,93	7,40	6,09	7,01	
Homens	4,34	4,75	6,27	6,43	5,83	7,10	
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x	
18 - 64 anos	5,46	5,61	7,57	6,20	6,41	6,83	
65 + anos	7,97	8,92	9,33	10,73	7,78	9,86	
Mulheres	4,17	4,41	5,12	5,30	4,91	6,03	
0 - 17 anos	x	x	x	x	x	x	
18 - 64 anos	4,88	5,12	6,04	6,01	5,85	6,78	
65 + anos	6,52	7,64	7,35	7,07	7,03	7,87	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.24 | Coeficientes de variação da taxa de privação material (%), Portugal, 2004 - 2009

		Unidade: %					
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Taxa de privação material	4,63	4,73	4,77	5,26	4,55	4,77	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.25 | Coeficientes de variação da privação material por número de itens (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
0 itens	4,04	3,87	3,91	4,03	3,95	3,53
1 item	3,85	3,75	4,12	4,52	3,99	3,87
2 itens	3,85	3,83	3,80	4,26	3,99	4,31
3 itens	5,57	5,63	5,98	5,82	5,77	5,45
4 itens	8,04	8,64	9,45	8,87	10,57	8,54
5 itens	13,40	12,41	12,40	13,94	15,25	19,17
6 ou + itens	17,74	19,05	16,83	24,15	18,32	20,55
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.26 | Coeficientes de variação da intensidade da privação material, Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intensidade da privação material	1,31	1,36	1,25	1,38	1,14	1,30
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.27 | Coeficientes de variação de indicadores de privação material na população total e na população por estado de pobreza, Portugal 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População total						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	4,83	5,46	5,49	5,35	4,32	3,79
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	2,01	2,05	2,13	2,20	1,92	1,85
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	8,65	8,95	9,55	9,47	8,99	8,14
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	11,96	13,31	12,48	16,24	15,39	14,36
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	3,82	3,58	3,68	3,79	4,24	5,08
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	9,65	10,77	9,65	10,97	11,92	12,26
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	17,63	17,67	20,02	30,83	25,02	21,22
18. Sem disponibilidade de telefone	9,96	10,97	9,71	11,64	10,85	12,63
19. Sem disponibilidade de automóvel	5,89	6,52	6,86	7,68	7,48	7,24
População em risco de pobreza						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	6,00	6,17	6,96	5,93	5,83	4,85
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	1,79	1,78	2,23	1,75	1,24	1,55
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	12,35	12,87	13,08	15,06	14,64	11,72
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	13,64	14,74	14,72	20,23	16,83	17,54
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	4,17	3,74	4,22	4,09	5,23	6,22
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	11,33	12,01	12,44	12,43	14,23	14,39
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	22,48	20,70	28,09	28,44	31,14	26,62
18. Sem disponibilidade de telefone	13,02	13,81	11,80	14,70	17,52	16,14
19. Sem disponibilidade de automóvel	7,26	8,53	8,73	8,86	9,85	9,67
População sem risco de pobreza						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	5,73	6,86	6,85	6,71	5,21	4,90
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	2,45	2,52	2,46	2,64	2,41	2,19
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	10,05	11,50	11,20	11,14	11,65	10,58
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	14,27	18,02	14,75	18,75	19,20	20,18
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	4,51	4,33	4,13	4,28	4,98	5,79
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	12,78	16,59	14,53	19,17	16,86	17,89
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	25,46	32,23	27,03	49,14	31,08	33,40
18. Sem disponibilidade de telefone	13,17	16,70	13,84	14,51	12,39	19,27
19. Sem disponibilidade de automóvel	7,13	8,36	8,13	10,00	9,45	9,09

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.28 | Coeficientes de variação de indicadores de privação material na população total e na população em privação material, Portugal 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População total						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	4,83	5,46	5,49	5,35	4,32	3,79
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	2,01	2,05	2,13	2,20	1,92	1,85
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	8,65	8,95	9,55	9,47	8,99	8,14
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	11,96	13,31	12,48	16,24	15,39	14,36
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	3,82	3,58	3,68	3,79	4,24	5,08
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	9,65	10,77	9,65	10,97	11,92	12,26
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	17,63	17,67	20,02	30,83	25,02	21,22
18. Sem disponibilidade de telefone	9,96	10,97	9,71	11,64	10,85	12,63
19. Sem disponibilidade de automóvel	5,89	6,52	6,86	7,68	7,48	7,24
População em privação material (3 ou + itens)						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	3,13	2,93	3,41	3,84	1,96	1,72
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	0,28	0,20	0,18	0,22	0,69	0,10
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	2,70	2,54	2,61	2,80	2,67	3,87
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	12,30	12,62	12,23	17,99	15,26	13,92
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	1,72	1,65	2,04	2,03	2,38	3,50
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	9,80	10,85	9,70	11,04	11,65	12,73
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	17,85	17,54	20,16	30,26	24,44	21,42
18. Sem disponibilidade de telefone	9,74	10,30	9,31	10,13	11,26	12,82
19. Sem disponibilidade de automóvel	4,66	5,08	5,41	6,39	7,44	5,94
População em privação material (4 ou + itens)						
11. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	2,70	2,51	3,08	3,87	1,72	1,54
12. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	0,33	0,00	0,26	0,02	0,09	0,00
13. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	4,33	4,06	4,02	6,36	5,87	8,09
14. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	12,79	11,22	12,70	18,34	14,68	13,59
15. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	1,97	1,54	2,05	2,28	3,40	3,00
16. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	9,88	11,20	10,09	12,22	13,33	14,24
17. Sem disponibilidade de televisão a cores	19,43	18,35	21,23	31,16	26,02	22,68
18. Sem disponibilidade de telefone	10,18	9,94	8,81	10,53	11,95	13,70
19. Sem disponibilidade de automóvel	4,31	4,40	4,70	5,73	7,62	5,87

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.29 | Coeficientes de variação da taxa de privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	4,63	4,73	4,77	5,26	4,55	4,77
0 - 17 anos	6,59	6,81	7,66	7,77	7,00	6,73
18 - 64 anos	5,53	5,69	5,70	6,13	5,23	5,49
65 + anos	4,94	4,52	4,57	5,26	5,34	5,40
Homens	5,03	5,11	5,30	5,87	4,90	5,17
0 - 17 anos	7,43	7,84	8,59	9,45	8,34	8,07
18 - 64 anos	5,90	5,88	6,32	6,78	5,57	5,93
65 + anos	6,45	6,04	5,88	7,03	7,40	6,97
Mulheres	4,62	4,70	4,70	5,21	4,70	4,88
0 - 17 anos	7,79	8,17	9,58	9,06	8,84	8,83
18 - 64 anos	5,62	5,88	5,70	6,08	5,52	5,69
65 + anos	4,89	4,50	4,80	5,36	5,34	5,63
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.30 | Coeficientes de variação da taxa de privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	4,63	4,73	4,77	5,26	4,55	4,77
Área densamente povoada	8,85	8,34	9,38	9,84	7,30	8,01
Área intermédia	7,29	8,21	7,52	8,40	7,57	7,65
Área pouco povoada	7,98	8,38	7,63	7,99	9,33	8,87
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.31 | Coeficientes de variação da taxa de privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total da população residente	4,63	4,73	4,77	5,26	4,55	4,77	
Em risco de pobreza	5,09	5,31	5,68	5,20	5,85	5,54	
Sem risco de pobreza	5,82	6,08	5,88	6,45	5,54	6,38	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.32 | Coeficientes de variação da taxa de privação material, por composição do agregado familiar (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total da população residente	4,63	4,73	4,77	5,26	4,55	4,77	
Total, sem crianças dependentes	5,06	4,75	4,53	5,23	5,22	5,54	
1 adulto sem crianças	5,33	5,36	5,35	6,30	6,13	6,36	
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	11,08	12,02	9,93	10,40	11,56	10,85	
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	5,92	5,58	5,88	7,33	6,90	7,38	
2 adultos ambos c/ menos 65 anos sem crianças	9,82	11,63	11,55	11,77	9,99	11,39	
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos sem crianças	6,39	6,44	6,60	7,13	7,25	6,99	
Outros agregados, sem crianças	10,27	10,37	10,66	10,46	10,59	11,11	
Total, com crianças dependentes	6,40	6,84	7,52	7,47	6,63	6,63	
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	11,64	15,78	16,70	13,53	12,35	12,51	
2 adultos com 1 criança	10,54	11,73	12,29	11,13	11,41	12,02	
2 adultos com 2 crianças	12,13	11,75	14,47	14,26	13,46	14,17	
2 adultos com 3 + crianças	15,13	15,41	16,76	25,06	19,06	13,31	
Outros agregados, com crianças	10,62	10,41	12,38	12,53	12,30	13,30	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.33 | Coeficientes de variação da taxa de privação material, por principal fonte de rendimento (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	4,63	4,73	4,77	5,26	4,55	4,77
Rendimentos de trabalho	6,00	6,15	6,91	6,89	5,72	6,21
Rendimentos de pensões	5,25	5,55	5,00	5,75	5,98	5,84
Outros rendimentos	9,67	9,58	8,63	6,21	10,13	9,14
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.34 | Coeficientes de variação da taxa de privação material, por condição perante o trabalho do indivíduo (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	4,57	4,56	4,51	5,11	4,50	4,78
Em emprego	5,98	6,03	6,25	6,48	5,71	6,19
Sem emprego	4,58	4,57	4,34	5,01	4,60	4,73
<i>Desempregado</i>	8,17	9,75	9,22	9,30	8,69	7,98
<i>Reformado</i>	5,07	4,74	4,46	5,38	5,49	5,43
<i>Outros inactivos</i>	6,68	6,88	6,83	7,03	6,80	6,72
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.35 | Coeficientes de variação da intensidade da privação material, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total	1,31	1,36	1,25	1,38	1,14	1,30	
0 - 17 anos	2,04	2,25	2,40	2,45	2,04	2,23	
18 - 64 anos	1,64	1,70	1,42	1,53	1,21	1,37	
65 + anos	1,28	1,37	1,52	1,45	1,40	1,49	
Homens	1,50	1,43	1,33	1,41	1,33	1,48	
0 - 17 anos	2,16	2,31	2,47	2,67	2,48	2,89	
18 - 64 anos	1,92	1,76	1,52	1,59	1,43	1,46	
65 + anos	2,15	1,94	2,06	2,23	1,71	2,01	
Mulheres	1,31	1,40	1,38	1,54	1,19	1,32	
0 - 17 anos	2,56	2,69	3,02	3,12	2,37	2,58	
18 - 64 anos	1,63	1,79	1,62	1,75	1,28	1,53	
65 + anos	1,31	1,40	1,55	1,51	1,61	1,64	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.36 | Coeficientes de variação da intensidade da privação material, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total da população residente	1,31	1,36	1,25	1,38	1,14	1,30	
Área densamente povoada	2,29	2,55	2,34	2,36	1,74	1,96	
Área intermédia	2,07	2,00	2,03	2,18	2,20	2,46	
Área pouco povoada	1,92	1,68	1,97	2,03	2,07	2,29	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.37 | Coeficientes de variação da intensidade da privação material, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	1,31	1,36	1,25	1,38	1,14	1,30
Em risco de pobreza	1,73	2,08	2,07	2,60	1,94	2,16
Sem risco de pobreza	1,39	1,40	1,23	1,38	1,32	1,52
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.38 | Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de sobrelotação da habitação	4,73	4,93	4,94	5,10	5,70	6,23
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.39 | Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	4,73	4,93	4,94	5,10	5,70	6,23
0 - 17 anos	5,28	5,38	6,08	6,55	6,97	7,24
18 - 64 anos	5,17	5,33	5,32	5,60	6,23	6,70
65 + anos	8,80	9,73	9,48	10,59	10,24	12,10
Homens	5,17	5,31	5,32	5,58	6,19	6,91
0 - 17 anos	6,69	6,80	7,54	7,85	8,80	9,05
18 - 64 anos	5,73	5,75	5,69	6,32	6,82	7,40
65 + anos	14,55	14,41	15,43	19,89	19,41	17,26
Mulheres	4,90	5,17	5,20	5,46	5,97	6,30
0 - 17 anos	6,41	6,37	7,36	8,72	8,50	9,01
18 - 64 anos	5,22	5,55	5,58	5,61	6,60	6,69
65 + anos	9,74	11,06	10,53	10,36	10,54	12,95
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.40 | Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total da população residente	4,73	4,93	4,94	5,10	5,70	6,23	
Área densamente povoada	8,04	7,81	8,70	9,50	9,33	10,06	
Área intermédia	9,12	9,90	9,60	9,23	10,35	10,76	
Área pouco povoada	10,83	11,26	10,91	11,74	13,62	15,43	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.41 | Coeficientes de variação da taxa de sobrelotação da habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Total da população residente	4,73	4,93	4,94	5,10	5,70	6,23	
Em risco de pobreza	7,84	7,66	8,70	9,70	8,71	9,39	
Sem risco de pobreza	5,68	6,12	5,65	6,02	7,01	7,38	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.42 | Coeficientes de variação da taxa de privação severa das condições da habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

							Unidade: %
Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Taxa de privação severa das condições da habitação	7,81	8,38	8,41	10,16	10,29	12,54	
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.43 | Coeficientes de variação da taxa de privação severa das condições da habitação por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	7,81	8,38	8,41	10,16	10,29	12,54
Área densamente povoada	12,66	14,07	14,97	18,28	16,03	19,65
Área intermédia	13,27	14,41	13,89	15,88	17,58	18,11
Área pouco povoada	15,83	14,21	16,25	18,95	21,83	25,52
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.44 | Coeficientes de variação da taxa de privação severa das condições da habitação por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	7,81	8,38	8,41	10,16	10,29	12,54
Em risco de pobreza	11,01	11,47	13,46	14,87	13,74	15,78
Sem risco de pobreza	9,09	10,41	9,48	12,23	13,57	16,06
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.45 | Coeficientes de variação da carga mediana das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carga mediana das despesas em habitação	2,16	2,18	1,98	2,32	2,48	2,16
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009



Quadro CV.46 | Coeficientes de variação da carga mediana das despesas em habitação por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	2,16	2,18	1,98	2,32	2,48	2,16
Área densamente povoada	4,11	3,66	3,71	3,91	4,71	4,95
Área intermédia	4,08	3,63	3,63	4,42	5,15	3,80
Área pouco povoada	3,27	3,46	3,10	4,15	3,74	4,28
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.47 | Coeficientes de variação da taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	7,78	9,11	9,33	8,19	7,41	8,06
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.48 | Coeficientes de variação da taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por grau de urbanização (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	7,78	9,11	9,33	8,19	7,41	8,06
Área densamente povoada	12,28	13,83	16,14	12,58	11,51	11,70
Área intermédia	14,60	16,27	15,03	15,19	12,66	14,32
Área pouco povoada	13,30	17,82	17,58	12,77	13,76	16,78
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

SOBRE A POBREZA, AS DESIGUALDADES E A PRIVAÇÃO MATERIAL EM PORTUGAL

Quadro CV.49 | Coeficientes de variação da taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por estado de pobreza (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total da população residente	7,78	9,11	9,33	8,19	7,41	8,06
Em risco de pobreza	8,69	9,52	11,70	10,71	9,59	9,88
Sem risco de pobreza	15,24	20,78	13,50	11,22	10,49	14,02
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.50 | Coeficientes de variação da taxa de pobreza consistente (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Em risco de pobreza e em privação material	6,23	6,72	6,93	6,89	6,54	6,52
Em risco de pobreza e sem privação material	5,12	4,96	5,43	6,05	6,62	6,40
Sem risco de pobreza e em privação material	5,79	6,08	5,86	6,41	5,52	6,39
Sem risco de pobreza e sem privação material	1,17	1,16	1,06	1,31	1,23	1,23
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009

Quadro CV.51 | Coeficientes de variação da taxa de pobreza consistente, segundo o sexo e o grupo etário (%), Portugal, 2004 - 2009

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	6,23	6,72	6,93	6,89	6,54	6,52
0 - 17 anos	9,32	9,85	10,84	11,10	11,05	9,55
18 - 64 anos	7,57	8,63	8,79	8,17	7,68	7,98
65 + anos	6,50	6,32	6,20	6,99	7,19	7,67
Total	6,23	6,72	6,93	6,89	6,54	6,52
Homens	6,47	7,15	7,86	7,81	7,74	7,57
Mulheres	6,60	6,80	6,82	6,97	6,46	6,43
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Fonte: EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004 - 2009